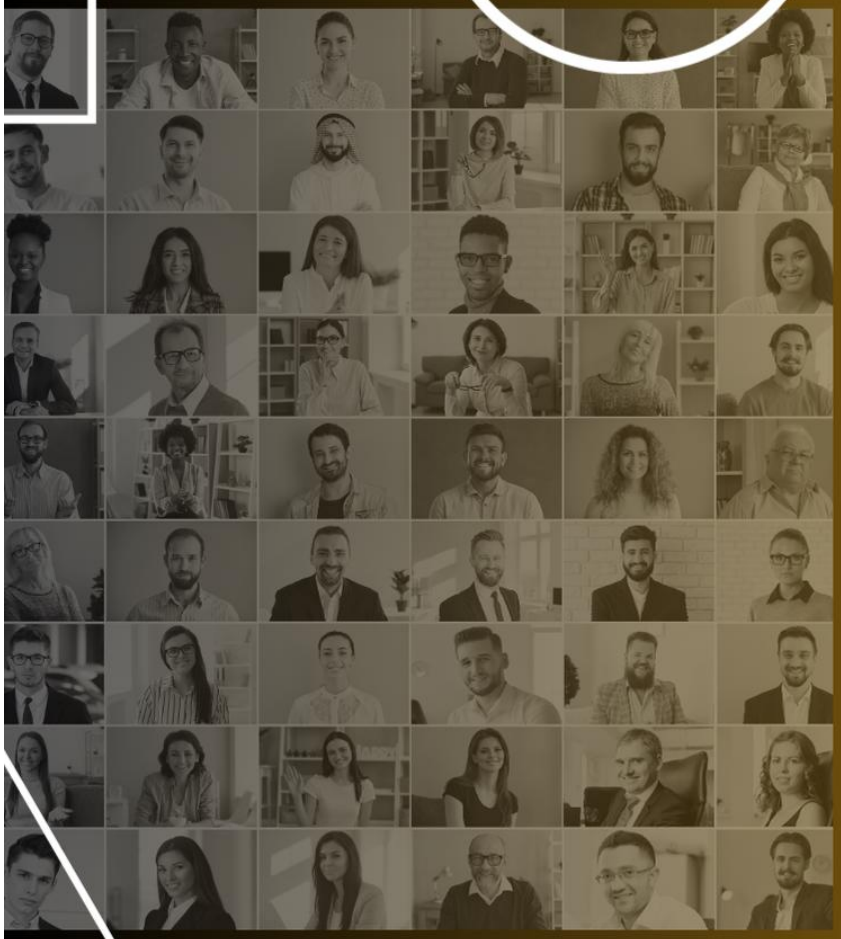


CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

PERSPECTIVAS INTERDISCIPLINARES

ANDERSON
LINCOLN VITAL
DA SILVA

(ORGANIZADOR)

VOLUME 10

Editora Poisson

Anderson Lincoln Vital da Silva
(Organizador)

Ciências Humanas e Sociais: Perspectivas Interdisciplinares – Volume 10

1ª Edição

Belo Horizonte
Editora Poisson
2025

Editor Chefe: Dr. Darly Fernando Andrade

Conselho Editorial
Dr. Antônio Artur de Souza – Universidade Federal de Minas Gerais
MSc. Davilson Eduardo Andrade
Dra. Elizângela de Jesus Oliveira – Universidade Federal do Amazonas
MSc. Fabiane dos Santos
Dr. José Eduardo Ferreira Lopes – Universidade Federal de Uberlândia
Dr. Otaviano Francisco Neves – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
Dr. Luiz Cláudio de Lima – Universidade FUMEC
Dr. Nelson Ferreira Filho – Faculdades Kennedy
MSc. Valdiney Alves de Oliveira – Universidade Federal de Uberlândia

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C569
Ciências Humanas e Sociais: Perspectivas Interdisciplinares – Volume 10/ Organização: Anderson Lincoln Vital da Silva – Belo Horizonte – MG: Editora Poisson,2025

Formato: PDF
ISBN: 978-65-5866-603-5
DOI: 10.36229/978-65-5866-603-5
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia

1.Ciências Sociais 2. Sociedade 3. Ciências Humanas I. SILVA, Anderson Lincoln Vital da II.Título

CDD-300

Sônia Márcia Soares de Moura – CRB 6/1896

O conteúdo deste livro está licenciado sob a Licença de Atribuição Creative Commons 4.0.
Com ela é permitido compartilhar o livro, devendo ser dado o devido crédito, não podendo ser utilizado para fins comerciais e nem ser alterado.

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos seus respectivos autores.

Esse e outros títulos podem ser baixados gratuitamente em www.poisson.com.br
Entre em contato pelo contato@poisson.com.br

SUMÁRIO

Capítulo 1: A memória coletiva: uma síntese da obra de Maurice Halbwachs 05

Alison Santana Rocha, Tatiane Dias Casimiro Valença, Luciana Araújo dos Reis

DOI: 10.36229/978-65-5866-603-5.CAP.01

Capítulo 2: Confiança interpessoal e bem-estar subjetivo: um estudo com adultos portugueses 13

Maria da Luz Bernardes Rodrigues Vale-Dias, Mariana Ferreira Lopes Dias

DOI: 10.36229/978-65-5866-603-5.CAP.02

Capítulo 3: A uberização no Brasil: neoliberalismo e legitimação do trabalho precário 45

Sérgio Luiz de Oliveira Muniz, Vanessa Dias de Oliveira

DOI: 10.36229/978-65-5866-603-5.CAP.03

Capítulo 4: Base Nacional Comum Curricular (BNCC), conteúdos regionais e locais em Geografia e extensão universitária: aproximações necessárias e possíveis..... 62

Valter Luiz de Macedo

DOI: 10.36229/978-65-5866-603-5.CAP.04

Capítulo 5: Identificação e análise de variáveis associadas ao crescimento populacional de municípios dos estados da Região Centro-Oeste de 2010 a 2020..... 73

Alexandre Bandeira Monteiro e Silva, Maria Laura Aparecida Santos de Souza

DOI: 10.36229/978-65-5866-603-5.CAP.05

Capítulo 6: Materiais têxteis e museus: patrimônio cultural da humanidade 99

Ronaldo Salvador Vasques, Larissa Pereira Otino

DOI: 10.36229/978-65-5866-603-5.CAP.06

Capítulo 7: Representação social de poder e rebeldia no jornalismo impresso no começo do século XX – literatura e anarquismo em perspectiva historiográfica 115

Manuel Marquez Viscaíno Junior

DOI: 10.36229/978-65-5866-603-5.CAP.07

Autores 127

Capítulo 1

A memória coletiva: uma síntese da obra de Maurice Halbwachs

Alison Santana Rocha
Tatiane Dias Casimiro Valença
Luciana Araújo dos Reis

Resumo - O presente trabalho apresenta uma síntese analítica da obra *A Memória Coletiva,* de Maurice Halbwachs, destacando seus principais conceitos e articulações. Partindo das influências durkheimianas, Halbwachs compreende a memória como um fenômeno essencialmente social, constituído e mantido nas interações entre grupos. A obra, publicada postumamente em 1950, aprofunda os estudos iniciados em *Os Quadros Sociais da Memória*, abordando as relações entre memória individual e coletiva, memória e história, memória e tempo, e memória e espaço. Halbwachs propõe que toda lembrança pessoal é referendada nos quadros sociais que fornecem elementos à recordação. Ao diferenciar memória e história, enfatiza que a primeira se refere à experiência vivida, plural e dinâmica dos grupos, enquanto a segunda busca uma linearidade universalizante. O autor também demonstra como o tempo e o espaço sociais estruturam as formas de lembrar e atribuir sentido ao passado. A memória coletiva, portanto, é entendida como uma construção social, sustentada pela coesão grupal e pelos contextos culturais. A teoria de Halbwachs inaugura uma abordagem sociológica da memória, contribuindo para compreender como as sociedades constroem, preservam e transformam suas lembranças ao longo do tempo.

Palavras-chave: Halbwachs, memória coletiva, sociologia, tempo, espaço.

O presente texto se propõe a realizar uma síntese da obra A memória coletiva, de Maurice Halbwachs, a partir do enfoque de alguns dos aspectos e conceitos de cada capítulo, além da exposição das articulações que o autor faz entre elementos da vida social na constituição, manutenção e transformação da memória coletiva.

Para tal síntese considera-se necessária uma breve introdução, destacando-se algumas das influências de Halbwachs e o contexto sociohistórico no qual ele desenvolveu sua teoria. Halbwachs é considerado um herdeiro de Émile Durkheim, sendo, assim, um sociólogo francês da escola Durkheimiana. Essa influência se manifesta no modo como Halbwachs se debruça e desenvolve o tema da memória: considerando-a como um fato eminentemente social, e que se dá mediante a coesão social. Desta forma, Halbwachs define a sua preocupação mais com os dados, os fenômenos e as relações entre as instituições sociais, do que com abstrações sobre o real.

Segundo Jean Duvignaud no prefácio[1] escrito para A Memória Coletiva, a análise da memória feita por Halbwachs se assemelha a abordagem adotada por Durkheim em seu livro Formas elementares da vida religiosa, publicado em 1912. Ainda segundo Duvignaud, a segunda geração da Escola Francesa de Sociologia, da qual faz parte Halbwachs, sai do 'distante' ao 'próximo', operando na sociologia o mesmo que havia ocorrido em outros campos do saber: a aproximação para com a realidade concreta da existência.

Um fato importante do continente europeu nos fins do século XIX e início do século XX era a conversão das sociedades rurais tradicionais em sociedades urbanas modernas e industriais. Halbwachs, neste contexto, buscou compreender como que o conteúdo herdado por essas sociedades rurais se fazia presente na conjuntura da sociedade urbana, e como que determinados grupos se relacionavam com novos grupos mediante tradições e correntes de pensamentos distintos.

Halbwachs, rompendo com correntes históricas e contemporâneas da filosofia e da psicologia, toma a memória como fato eminentemente social e desenvolve uma análise social da memória. A obra Os quadros sociais da memória, de 1925, é resultado desta análise, e é quando Halbwachs funda e desenvolve o conceito de memória coletiva.

A memória coletiva é um livro póstumo de Halbwachs, publicado em 1950, cinco anos após a sua morte. Nesta obra se reúnem alguns manuscritos que desenvolvem e dão continuidade às ideias presentes em Os quadros sociais da memória, além de elaborar novos pontos de discussão a partir das críticas que o autor recebeu de pensadores da época pós publicação da obra de 1925.

Em A memória coletiva a escrita de Halbwachs está carregada de referências literárias, históricas e contemporâneas, como Dickens, Stendhal, Joana d'Arc e Blondel, evidenciando de modo empírico parte da teoria apresentada anteriormente em Os quadros sociais da memória. Numa espécie de sociologia do cotidiano, Halbwachs segue dando profundidade a análise sociológica do homem imerso na trama da vida coletiva.

Iniciando a abordagem do primeiro capítulo, intitulado 'Memória individual e memória coletiva', seleciona-se a seguinte citação do autor: "Nossas lembranças nos permanecem coletivas e nos são lembradas por outros" (Halbwachs, 2013, p. 30). Essa afirmação condensa o caráter social da memória, por mais que queiramos nos referir a uma memória individual. Se tratamos de um evento no qual nos envolvemos individualmente ou somente nós testemunhamos, para nos recordarmos será necessário,

[1] Sobre este prefácio ver: Halbwachs, M. A memória coletiva. Trad. Beatriz Sidou. 2º ed. São Paulo: Centauro, 2013.

invariavelmente, o ponto de vista de outros e/ou a contribuição de outras pessoas.

Ressalta ainda Halbwachs que para a realização desta recordação ou confirmação da lembrança não é necessário que pessoas as quais nos apoiamos se façam presentes de forma material ou sensível. Salienta o autor, inclusive, que a simples presença destas não nos seria suficiente para a recordação. Essa insuficiência se demonstra quando uma ou mais pessoas nos trazem provas seguras e concretas de um determinado evento que nos aconteceu, mas, sem conseguirmos correlacionar esses dados com nossas lembranças vivas, tudo nos parece estranho e distante.

Halbwachs, abordando as experiências e lembranças infantis, afirma: "(...) nossas impressões não se ligam a nenhuma base enquanto ainda não nos tornamos um ser social" (Halbwachs, 2013, p. 43). A expressão comumente utilizada em momentos de recordação, 'desde que eu me entendo por gente', parece encontrar aqui uma fundamentação. Halbwachs, portanto, reforça o caráter social e coletivo da memória na reconstrução do passado - esta é, inclusive, para o autor, a função da memória.

No reconhecimento das lembranças, Halbwachs aponta como condição necessária uma determinada sequência de percepções pelas quais só conseguimos retornar refazendo o caminho já feito. Ou seja, quando não pensamos mais em determinada lembrança, é porque, de certo modo, não fomos capazes de reagrupar as imagens através da memória e da reflexão. Existiria, portanto, uma certa combinação singular de impressões sensíveis necessárias para a rememoração de um acontecido anterior.

Halbwachs apoia-se nos relatos de Stendhal, Charles Blondel e Benvenuto Cellini sobre lembranças de suas infâncias para embasar a sua teoria da memória, que sempre se apoia na memória dos grupos. No fenômeno dos grupos Halbwachs sugere dois planos de memória: o primeiro plano se refere àquelas lembranças de eventos que dizem respeito à maioria dos seus membros; já o segundo plano é onde se encontram as lembranças relacionadas a um número pequeno ou a um único membro.

Halbwachs aborda, então, o problema da consciência individual, que ele chama de 'intuição sensível', ou a experiência interna da origem da lembrança. Porém, o autor faz questão de ressaltar uma 'ilusão bastante natural' que acomete frequentemente os indivíduos: o fato de não perceberem a influência de um meio social, salvo quando esta influência distingue um ambiente (ou grupo) do outro.

Assim, entre as lembranças 'puramente pessoais' e as grupais ou coletivas Halbwachs afirma que há uma distinção apenas de grau, devida a maior ou menor complexidade das condições necessárias para que sejam recordadas. Podemos relacionar essa distinção feita pelo autor com o fato de que, ainda que paradoxalmente, "as lembranças que nos são mais difíceis de evocar são as que dizem respeito somente à nós" (Halbwachs, 2013, p. 67.), uma vez que os grupos que as trariam à nós estão distante.

Por conclusão ao primeiro capítulo, ressalta-se a definição de Halbwachs de que cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, e que este ponto de vista varia de acordo com a posição que cada indivíduo ocupa, e que esta posição varia também de acordo com as relações que estes indivíduos mantem em outros grupos.

O segundo capítulo, intitulado 'Memória coletiva e memória histórica', é provavelmente o mais polêmico da obra. Nele Halbwachs conclui que a expressão 'memória histórica' é contraditória em si mesma, na medida em que associa dois termos que se opõem em vários pontos. Para ele, a história se difere a memória em: a história se interessar principalmente pelas diferenças, ao passo que a memória é um 'painel de semelhanças';

a história ser descontínua, existindo a partir da interrupção entre a sociedade que lê a história e aquela que foi testemunha dos fatos nela relatados, enquanto que a memória não conduz necessariamente a datas e fórmulas, mas representa correntes de pensamento e experiências nas quais se reencontra o passado.

A memória, portanto, não se baseia na história aprendida, mas na história vivida. Halbwachs exemplifica isso a partir da experiência de uma criança que, vivenciando um dito evento histórico, se recordará desse momento a partir de uma frágil lembrança de duração reduzida, ou de elementos que não constituem referência à historicidade. Para apreender a realidade histórica por trás desta lembrança será preciso recorrer ao ponto de vista do grupo, sair de si mesma e seguir ao círculo das preocupações e interesses grupais.

Ao recorrer a memória do grupo, Halbwachs afirma que o fato referido na lembrança da criança deixa de se confundir com uma impressão pessoal, passando, então, ao esquema da história. Referindo-se a nomes como Joana d'Arc, Charles VII, Victor Hugo e a escritos de Stendhal, Halbwachs busca demonstrar como que a história, mesmo a contemporânea, normalmente se reduz a uma série por demais abstrata, ou apenas a datas, nomes e fórmulas que constituem uma espécie de 'epitáfio dos fatos de outrora'.

"A história não é todo o passado, e também não é tudo o que resta do passado" (Halbwachs, 2013, p. 86) afirma Halbwachs, acrescentando que o passado deixa seus vestígios, alguns visíveis, outros presentes de modo latente. Porém, ele ressalta que a recordação de um período não é e não deve ser confundida com a soma das lembranças de outrora.

Vale destacar, neste sentido, a distinção que Halbwachs aponta entre o seu pensamento e o de Bergson. Para Bergson o passado permanece inteiro, e que determinados obstáculos da matéria impedem que o passado seja evocado deste modo. Para Halbwachs o que permanece não são imagens totalmente prontas, mas indicações, presentes na vida social e coletiva, necessárias para reconstruir tais partes do passado que são representadas de modo incompleto ou distinto.

Ainda no segundo capítulo, o autor retoma mais uma vez o papel do grupo para a memória individual, afirmando que para que a memória individual seja reforçada e ampliada as lembranças do grupo não podem deixar de ter uma relação com os acontecimentos que constituem o passado do indivíduo. Para corroborar com essa análise, ele exemplifica a partir da realidade distinta entre uma grande cidade e uma pequena aldeia: é possível ser esquecido na primeira, enquanto na segunda os membros 'pensam e se lembram em comum'.

Em conclusão a este capítulo, destaca-se um aspecto apontado por Halbwachs que caracteriza a memória coletiva e a distingue da história: a memória existe em multiplicidade, ao passo que a história é una – ou pelo menos, nas palavras do autor, esta é a 'inclinação fatal' que arrasta os historiadores em sua maioria.

É importante salientar o período histórico e as referências com as quais Halbwachs dialoga em sua obra. A concepção de história no fim do século XIX e início do século XX, segundo o próprio Halbwachs, conduz os historiadores a buscarem se aproximar de uma 'história universal', a partir de um tal lugar de objetividade e imparcialidade. O que Halbwachs contrapõe a essa concepção de história, e que será depois um caminho trilhado por estudos históricos - como o campo da história cultural[2] - é que não existe

[2] Ver artigo: Halbwachs e a memória: contribuições à história cultural, de Regina Weber.

memória universal, uma vez que a memória coletiva pressupõe um grupo específico num tempo e espaço limitados.

No terceiro capítulo, intitulado 'A memória coletiva e o tempo', Halbwachs observa e elabora as diferentes vivências do tempo manifestadas em sociedade. Ele se refere as representações coletivas do tempo (como as divisões em dias, meses, semanas, etc.) como sendo oriundas de convenções e tradições. Halbwachs concorda que as percepções e descobertas astronômicas tiveram sua relevância na constituição destas divisões, por meio dos fenômenos e ciclos da natureza, mas acrescenta que a sociedade as supera com os hábitos e condições de grupos concretos.

Dialogando mais uma vez com Bergson, Halbwachs refere-se à teoria de seu ex-professor quando este diz que todo ser dotado de consciência teria a sensação da duração, ou seja, cada pessoa tem a sua própria duração. Como consequência disto, um indivíduo isolado seria capaz de desenvolver a ideia de um tempo mensurável. Halbwachs ainda retoma outra ideia de Bergson: a de que haveria um tempo universal, vazio, envolvente a todas as existências, e a 'simultaneidade' consistiria no encontro de pensamentos individuais que se cruzam, se fundindo numa representação ampla.

Halbwachs, considerando a proposta bergsoniana da consciência ser encerrada em si mesma, questiona: "Como um pensamento desse tipo se alçaria algum dia ao conhecimento do mundo exterior? " (Halbwachs, 2013, p. 121). Para Halbwachs, não é possível que a representação, para vir da impressão, já não esteja contida nesta, e afirma também que "as impressões afetivas tendem a desabrochar em impressões e representações coletivas" (Halbwachs, 2013, p. 123).

Encontra-se neste terceiro capítulo um trecho que dialoga diretamente com Os quadros sociais da memória quando, nesta referida obra, Halbwachs afirma que enquanto não soubermos quais são as consequências dos eventos que ocorrem ao nosso redor nenhum deles pode nos indiferente (Halbwachs, 2023). Halbwachs, em A memória coletiva, reitera que são as repercussões, em lugar do evento em si, que compõem a memória de um povo, e isso somente a partir do momento em que tais repercussões o atingem. Mais uma vez ele traz a não unicidade da memória coletiva ao considerar os diferentes povos e nações, chegando a questionar: "Quem quiser escrever a história universal e fugir a seus limites, do ponto de vista de que conjunto de homens se poria? " (Halbwachs, 2013, p. 131).

Compreende-se, a partir de Halbwachs, que é preciso distinguir o número de tempos coletivos tantos quantos forem os grupos. Mesmo que se reconheça que a vida social decorre num tempo dividido comumente em horas, dias, semanas, etc., isso não anula o fato de cada grupo constituir um tempo particular em sua memória coletiva. Para Halbwachs é justamente pelo fato dos grupos serem distintos entre si, e dos indivíduos transitarem de um grupo para outro, que se faz necessário que as divisões do tempo guardem determinada semelhança.

Estando no grupo A, o indivíduo se encontra na vivência do tempo do grupo A; migrando para o grupo B, o mesmo indivíduo se encontra imerso no tempo do grupo B. Halbwachs dá como exemplo o modo como um grupo que exige certa pontualidade, como o grupo do trabalho, repreende um indivíduo quando este não se apresenta no horário combinado, ao passo que quando se chega atrasado em um grupo que não faz disso muito caso, como a família, a abordagem ao indivíduo é diferente.

Portanto, conclui Halbwachs, não é um mesmo tempo que é encontrado na sociedade,

mas sim tempos de correspondência similar, existindo tantos grupos quanto origens de tempo diferentes, e é no tempo singular ao grupo que este se apoia para encontrar suas lembranças. Não se pode afirmar que o tempo passe mais rápido aqui ou ali, pois um grupo não pode ser comparado a outro de natureza diferente. O pensamento coletivo corrente num determinado grupo assume seu comportamento na mesma medida das necessidades e tradições deste grupo. O tempo, Halbwachs diz, em si é um contexto imóvel: são os acontecimentos que se sucedem nele.

Em conclusão ao terceiro capítulo, retoma-se a relação fundamental da memória para com o tempo a partir da seguinte questão levantada por Halbwachs: "Sem a memória e fora de momentos em que nos lembramos, como teríamos a consciência de estar no tempo e nos transportarmos na duração? " (Halbwachs, 2013, p. 155). Toda sociedade, para existir e subsistir, precisa, por meio da consciência de si mesma, abranger sob um ou mais olhares um tal conjunto de acontecimentos passados e presentes. Cada grupo, afirma Halbwachs, 'imobiliza o tempo' à sua maneira, transmitindo assim aos seus membros a ilusão de que, durante um determinado período, certas zonas de suas vidas permaneceram estáveis ou, pelo menos, em ínfimas mudanças.

O quarto e último capítulo do livro tem como título 'A memória coletiva e o espaço'. Destaca-se a seguinte citação: "(...) não há memória coletiva que não aconteça em um contexto espacial" (Halbwachs, 2013, p. 170). Para afirmar isso, Halbwachs inicia sua análise indicando a relação dos grupos com os objetos e os lugares nos quais estão localizados. Nessa relação, segundo Halbwachs, não há apenas uma simples correspondência física, mas uma constituição e construção do grupo, ao mesmo tempo em que este também se dobra e se adapta às condições materiais que resistem à sua ação.

Os aspectos, os objetos e os detalhes do lugar habitado pelo grupo têm seus significados e sentidos que são inteligíveis ao grupo, na medida em que pelo grupo foram constituídos. Os objetos, ainda que não falem por si, são compreendidos pelo grupo. Halbwachs cita ainda os 'novos fatos excepcionais', no sentido de eventos serem novidades ao contexto grupal. Salienta o autor que estes fatos só encontram seu lugar na medida em que o grupo, na ocasião desses mesmos fatos, estava mais consciente acerca do que o constitui e dos laços que lhe dão coesão do que do novo que os rompem.

Halbwachs não deixa de pontuar acerca da resistência que os grupos encontram na relação com a matéria do espaço por ele habitado, assim como com os seus arranjos antigos. Diz Halbwachs: "(...) não é muito fácil modificar as relações que se estabeleceram entre as pedras e os homens. (...) Tanto isso é verdade que, em parte de si, os grupos imitam a passividade da matéria inerte. " (Halbwachs, 2013, p. 163). Para que essa resistência se manifeste o autor retorna ao indispensável papel do grupo como manifestação social, uma vez que os pesares e as manifestações individuais não são capazes de mobilizar uma resistência.

O grupo não se satisfaz em apenas apresentar sua indignação, mas, por meio de suas tradições, resiste com as forças oriundas destas. Na ausência dessa resistência, e na perda de seus lugares 'no canto de tal rua, à sombra de tal muro', o grupo perde sua única razão de ser e subsistir: o apoio numa tradição que o protege. Essa relação com tal imagem espacial é tão intrínseca ao grupo que Halbwachs se refere a dificuldade encontrada em descrever as formações coletivas mais importantes sem considerar o aspecto espacial.

Nesse sentido, Halbwachs traz o exemplo de grupos jurídicos que, desde a Idade Média, associam a condição jurídica de um homem ao local em que este vive. Outro exemplo

apontado pelo autor está no fato de que mesmo que se considere diferentes serviços e modos de trabalho, estes são prestados e realizados em um determinado endereço, que terá para os determinados grupos de trabalhadores uma imagem parcial de um contexto local mais amplo, remetendo-lhes, portanto, a lembranças associadas a esse espaço. Halbwachs refere-se ainda à relação da religião com os espaços, que recebem dos fiéis as ideias e imagens que estes defendem. Os ditos lugares sagrados e lugares profanos são exemplos dessa instalação da religião sobre o solo[3].

Halbwachs aborda ainda a relação dos indivíduos com bens materiais e propriedades, chegando a falar de uma memória econômica, uma vez que a imagem de um objeto nos evoca a lembrança de seu preço. Não é o espaço ocupado pelos objetos, mas os lugares em que se formam as opiniões sobre os valores das coisas que nos servem como um ponto de referência à memória econômica. Descrevendo alguns fenômenos entre grupos de comerciantes e compradores, Halbwachs se refere novamente a necessária continuidade da memória coletiva, que determinada coesão para que seja possível a mudança: "O comerciante não consegue fixar pouco a pouco o preço e integrá-lo ao objeto, senão oferecendo o objeto pelo mesmo preço durante um tempo mais ou menos longo. " (Halbwachs, 2013, p. 181).

Em conclusão ao último capítulo, destaca-se a seguinte afirmação de Halbwachs sobre a memória coletiva e o espaço: "Assim, cada sociedade recorta o espaço à sua maneira, (...) de maneira a constituir um contexto fixo em que ela encerra e encontra suas lembranças" (Halbwachs, 2013, p. 188). Para nos lembrarmos de quaisquer fatos, é necessário que estes sejam postos em um local em que já residimos ou que passemos por um momento e que continua existindo. Seguindo nesta ideia, Halbwachs afirma ainda que para nos lembrarmos não é necessário que em pensamento nos transportemos para fora do espaço, pelo contrário: é justamente a imagem do espaço que nos fornece a estabilidade necessária a rememoração.

Encerra-se a presente síntese reafirmando a importância de Halbwachs para o avanço e desenvolvimento dos estudos sobre a memória em seu caráter coletivo. A elaboração do conceito de quadros na obra Os quadros sociais da memória foi fundamental para a compreensão dos marcos que servem de referência aos grupos sociais, e, portanto, para a memória coletiva. É a função social dos quadros sociais que se destaca para Halbwachs, e em A memória coletiva essas funções são compreendidas por meio de problemas e questões que estavam postas no contexto sociohistórico de sua época: a individualidade, a história, o tempo, o espaço.

A partir de suas contribuições compreende-se que a memória não se limita a um processo de nível introspectivo e individualizante, mas se constrói e se sustenta nas relações sociais, nos quadros coletivos e na concretude do tempo e do espaço. A crítica de Halbwachs a história como tentativa de unificação e universalização do passado e seu olhar para a multiplicidade das memórias dos grupos constituem contribuições valiosas em estudos sociológicos e culturais. A memória coletiva, longe de ser uma soma de lembranças individuais, é uma construção social que baseia, orienta e preserva as experiências de uma coletividade. É a tomada da memória como fenômeno eminentemente social que caracteriza e destaca Halbwachs como um dos teóricos deste campo do saber.

[3] Sobre a análise de Halbwachs sobre as religiões e o espaço ver: Halbwachs, M. A topografia lendária dos Evangelhos na Terra Santa: Estudo de memória coletiva. Trad. Antonio Fontoura. Curitiba: antoniofontoura, 2024.

REFERÊNCIAS

[1] HALBWACHS, M. A memória coletiva. Tradução de Beatriz Sidou. 2ª ed. São Paulo: Centauro, 2013.

[2] HALBWACHS, M. Os quadros sociais da memória. Tradução de Antonio Fontoura. Curitiba: antoniofontoura, 2023.

Capítulo 2

Confiança interpessoal e bem-estar subjetivo: um estudo com adultos portugueses

Maria da Luz Bernardes Rodrigues Vale-Dias
Mariana Ferreira Lopes Dias

Resumo: O presente estudo pretende estudar a confiança interpessoal, tanto relativamente ao melhor amigo como no relacionamento com o par amoroso, assim como analisar a sua relação com o bem-estar subjetivo, tendo em conta a satisfação com a vida, a afetividade positiva e a afetividade negativa, e ainda algumas variáveis sociobiográficas. Para a recolha de dados, uma amostra composta por 303 sujeitos (209 mulheres), com idades compreendidas entre os 18 e 65 anos (M=33.22; DP = 14.01), completou os seguintes instrumentos: um Questionário Sociobiográfico; duas versões da adaptação portuguesa da Escala de Confiança Interpessoal (Rotenberg´s Specific Trust Scale-Adults), uma com o objetivo de avaliar a confiança no par amoroso e outra a confiança no melhor amigo; a Escala de Satisfação com a vida – SWLS; e a Escala de Afetividade Positiva e Negativa – PANAS. No sentido de contribuir para o estudo das características psicométricas, foi analizada a consistência interna das escalas. As análises estatísticas das escalas do bem-estar subjetivo e da confiança interpessoal no melhor amigo foram realizadas considerando a totalidade dos sujeitos da amostra. Relativamente à análise da Escala de Confiança Interpessoal no par amoroso apenas foram considerados os 182 sujeitos que relataram ter uma relação amorosa. Relativamente aos resultados, foram obtidas associações significativas entre a confiança interpessoal e o bem-estar subjetivo. Foi possível observar o papel preditor significativo da confiança interpessoal relativamente ao bem-estar subjetivo. Foram encontradas diferenças estatisticamente significativas entre os géneros na Escala de Confiança Interpessoal no melhor amigo e nos seus respetivos fatores. Ainda, foram igualmente observadas diferenças entre os grupos de idade na escala SWLS e na Escala de Confiança Interpessoal no par amoroso. Finalmente, foi possível constatar o papel preditor significativo do índice de problemas de vida diversos em relação à escala de confiança no par amoroso e ao bem-estar subjetivo. As limitações e implicações dos resultados são abordadas.

Palavras-chave: confiança interpessoal, bem-estar subjetivo, variáveis sóciobiográficas.

1. INTRODUÇÃO

A psicologia positiva envolve estudos focados nas relações positivas, na satisfação com a vida, nos afetos positivos, e no bem-estar (Benoit, & Gabola, 2021; Leontopoulou, 2015). Esta perspetiva positiva tem como finalidade alcançar a potencialidade dos sujeitos, considerando as suas origens, capacidades e características individuais (Seligman & Csikszentmihalyi, 2000). A intervenção na psicologia positiva inclui métodos de tratamento ou atividades intencionais que pretendem desenvolver sentimentos, comportamentos e cognições positivas (Benoit, & Gabola, 2021; Parks, & Schueller, 2014; Sin & Lyubomirsky, 2009).

Nesta linha, no presente trabalho, destacamos o conceito de bem-estar subjetivo e outros conceitos a ele interligados (como a satisfação com a vida e a afetividade), que têm vindo a ganhar uma crescente importância na comunidade científica, devido à promoção da intervenção da psicologia positiva. No âmbito desta pesquisa, damos ainda destaque à análise da confiança interpessoal, um conceito que tem demonstrado importância no que se refere à interação com os outros, ao funcionamento psicossocial e à estabilidade emocional do sujeito (Sijtsma et al., 2023). Segundo Rotenberg (2010), a confiança desempenha um papel fundamental nas relações românticas e na manutenção de relações de amizade. Desta forma, torna-se pertinente saber como funciona a relação entre a confiança interpessoal, nas relações de proximidade, e o bem-estar subjetivo, de forma a contribuir para a investigação das relações positivas dos sujeitos e do ajustamento do indivíduo.

1.1. A EVOLUÇÃO E ESTRUTURA DO CONCEITO DE BEM-ESTAR SUBJETIVO

A psicologia positiva é considerada um domínio amplo, que tem como raízes o humanismo e o construtivismo, e que congrega diversos tópicos de investigação como a responsabilidade, a competência, a sabedoria, a criatividade, a esperança, o otimismo, a autenticidade, a compaixão e o bem-estar (Novo, 2005). Muita da pesquisa no âmbito da psicologia positiva concentra-se especificamente nas emoções positivas e nos traços de caráter positivos para melhorar a saúde mental e promover o bem-estar. Com efeito, a experiência de emoções positivas contribui para o desenvolvimento social, físico, intelectual, para os recursos psicológicos do indíduo (Benoit, & Gabola, 2021). Existem diversas estratégias e programas baseados em práticas consistentes com o campo teórico da psicologia positiva que têm como objetivo promover o bem-estar (Parks, & Schueller, 2014).

O bem-estar subjetivo é um conceito fundamental na psicologia contemporânea, particularmente no domínio da psicologia positiva, e diz respeito à forma como os indivíduos avaliam e vivenciam a sua própria vida, tanto do ponto de vista cognitivo como emocional. As suas raízes podem ser encontradas na filosofia clássica, nomeadamente nas reflexões sobre a felicidade e a vida boa, mas a sua afirmação científica ocorre sobretudo a partir da segunda metade do século XX, quando começou a ser abordado de forma sistemática no âmbito científico, em particular com os contributos da psicologia social e, mais tarde, da psicologia positiva (Galinha & Ribeiro, 2005a). O conceito de bem-estar subjetivo, tal como o conhecemos hoje, tem pouco mais de 60 anos se tivermos em conta a pesquisa de Wilson, de 1960, como o marco do seu nascimento. A evolução deste conceito complexo foi fortemente influenciada pelos trabalhos de Diener (Diener et al., 1999), que definiu o bem-estar subjetivo como uma avaliação subjetiva da vida, integrando uma componente cognitiva (satisfação com a vida) e uma componente afetiva

(predominância de afetos positivos face aos negativos). Esta abordagem permitiu distinguir o bem-estar subjetivo de conceitos próximos, como a felicidade, o bem-estar psicológico ou a qualidade de vida, conferindo-lhe maior rigor conceptual e metodológico. É importante salientar que as componentes do bem-estar subjetivo, isto é, a satisfação com a vida (SWL), a afetividade positiva (PA) e a afetividade negativa (PN) estão relacionadas entre si, mas são também consideradas dimensões independentes umas das outras, cujo estudo permite ter uma visão completa do bem-estar subjetivo global (Galinha, 2008; Simões et al., 2003).

A abrangência e complexidade do conceito de bem-estar, aliadas a um aumento de estudos neste âmbito, fizeram emergir, pela década de 80, a necessidade de novas especificações conceptuais. Assim, atualmente podemos considerar três modelos principais do bem-estar: o Bem-Estar Subjetivo, que se refere à satisfação com a vida e às dimensões do afeto (positivo e negativo), sendo uma medida de bem-estar emocional ou de hedonia (Diener et al., 1999; Diener et al. 2005); o Bem-Estar Psicológico, que envolve os domínios de autoaceitação, autonomia, controlo sobre o meio, relações positivas, propósito de vida e desenvolvimento pessoal, integrando, além da felicidade ou prazer hedonista, a expressão do desenvolvimento da personalidade e do potencial pessoal que decorre da luta para conquistar essa felicidade (Ryff, 1989); o Bem-Estar Social, que se relaciona com a aceitação social, coerência social e contribuição para a comunidade, revelando uma preocupação em contemplar a influência do posicionamento dialógico do sujeito com a sociedade na elaboração do seu bem-estar (Keyes, 1998).

A evolução das formas de avaliação do bem-estar subjetivo, com o desenvolvimento de instrumentos psicométricos fiáveis, possibilitou a investigação sistemática do fenómeno em diferentes culturas e contextos. O bem-estar subjetivo é, assim, um conceito fundamental na psicologia contemporânea, com implicações relevantes para a investigação, a intervenção psicológica e a formulação de políticas públicas, ao colocar a experiência subjetiva dos indivíduos no centro da avaliação do bem-estar e da saúde mental. Para Maia de Carvalho e Vale-Dias (2012), o bem-estar subjetivo é um conceito central no estudo da saúde mental positiva e do desenvolvimento pessoal.

No que se refere às relações do bem-estar com outras variáveis, as revisões de literatura (Simões et al., 2000; Diener et al., 1999; DeNeve & Cooper, 1998; Diener, 1984) demonstram que os fatores sociodemográficos explicam apenas uma pequena parte do bem-estar subjetivo (Simões et al., 2003). A idade é uma das variáveis muito estudadas pelos investigadores do bem-estar subjetivo. Foi possível observar que as correlações entre o bem-estar subjetivo e a idade são pequenas (Lima et al., 2001; Simões et al., 2000; Argyle, 1999; Stock, Okun, Haring, & Witter, 1985; Simões et al., 2003). As revisões de literatura também demonstraram que com a idade tende a aumentar a afetividade positiva e a satisfação com a vida, e a diminuir ou manter-se estável a afetividade negativa (Simões et al., 2000). A variável género também não revela um efeito significativo sobre o bem-estar subjetivo (Simões et al., 2000; Diener & Diener, 1995; Simões et al., 2003). Já relativamente a variáveis como o estado civil, a generalidade dos estudos demonstra correlações positivas entre o bem-estar subjetivo e a condição de estar casado (Simões et al, 2000). As relações de amizade também demonstram estar correlacionadas positivamente com o bem-estar subjetivo. As investigações evidenciam correlações positivas entre o contacto com amigos e o bem-estar subjetivo (Argyle, 1999; Myers, 1999; Veenhoven, 1984 citado por Simões et al., 2003, p. 9). De acordo com Argyle (1999), a variável saúde tem efeito significativo sobre o bem-estar subjetivo. Igualmente, os traços

de personalidade revelaram correlações significativas com o bem-estar-subjetivo (DeNeve & Cooper, 1998; Diener, et al., 2003; Simões, et.al 2000).

Por fim, relativamente a estudos que correlacionem a confiança e o bem-estar subjetivo, vale a pena sublinhar que são muito escassos. Num estudo já longínquo, realizado por DeNeve e Cooper (1998), foi possível observar que a confiança e a estabilidade emocional eram bons preditores do bem-estar subjetivo (Lima et al., 2001).

1.2. O CONCEITO DE CONFIANÇA INTERPESSOAL E O MODELO DE ROTENBERG

A noção de confiança é crucial para o funcionamento psicossocial, tal como foi avançado desde o início da psicologia contemporânea (Haselhuhn et al. 2015; Rotenberg, 2010; Sijtsma et al., 2023). Segundo Simpson (2007), a confiança deve ser entendida como o ingrediente mais importante para o desenvolvimento e manutenção da felicidade e do bom funcionamento das relações. A confiança também pode ser definida como um estado psicológico que compreende a intenção de aceitar a vulnerabilidade baseada nas expectativas positivas das intenções do comportamento do outro (Rousseau, Sitkin, Burt, & Camerer, 1998).

Várias teorias, que incluem a Teoria de Vinculação (Bowlby, 1969) e a Teoria do Desenvolvimento Psicossocial (Erikson, 1963), construíram-se na premissa de que elevados níveis de confiança nas relações precoces criam as bases psicológicas para a felicidade e para o bom funcionamento das relações na vida adulta (Simpson, 2007). Desta forma, a confiança é formada durante a infância e afeta o funcionamento psicossocial durante o ciclo de vida (Rotenberg, 2010).

A confiança não é um comportamento (por exemplo, a cooperação) ou uma escolha (por exemplo, correr um risco), mas sim uma condição psicológica capaz de causar certas ações. O risco e a interdependência são condições necessárias para a confiança, e as variações destes fatores ao longo de uma relação entre partes podem alterar quer o nível quer a forma como foi construída a confiança (Rousseau, Sitkin, Burt, & Camerer, 1998). De acordo com Simpson (2007), a confiança é um constructo psicológico complexo e dinâmico, moldado tanto por características individuais como por processos interativos.

A confiança tem um papel crítico na formação e na manutenção de amizades (Rotenberg, 1991), de relacionamentos amorosos (Lamm, 1998), e de relacionamentos em organizações empresariais (Kramar & Tayler, 1996). A disposição dos indivíduos para confiar nos outros está ligada à longevidade, saúde física, bem-estar psicológico e performance académica (Bernath & Feshbach, 1995; Barefoot et al., 1998 citado por Rotenberg, 2001).

A confiança interpessoal é definida como a expectativa de um indivíduo ou grupo, em como a palavra, promessa ou declaração, verbal ou escrita, de outro indivíduo ou grupo, pode ser invocada (Rotter, 1967).

Em síntese, considerando três dos principais investigadores da confiança interpessoal: Rotter (1967) introduziu a confiança como disposição ou traço geral aprendido; Rotenberg (2001) ampliou-a com uma abordagem multidimensional, integrando fatores cognitivos, afetivos e comportamentais e considerando relações específicas; e Simpson (2007) focou-se na confiança como processo dinâmico, moldado por experiências interativas e interdependência. Concluindo, a confiança interpessoal é um constructo complexo e dinâmico que sustenta as interações humanas, influenciando não apenas o

bem-estar individual, mas também a coesão e eficácia de grupos e comunidades, sendo considerada como uma faceta crítica das relações sociais, no adulto, adolescentes e crianças ao longo do desenvolvimento (Haselhuhn et al. 2015; Rotenberg, 1991; Rotter, 1980; Rotenberg, 2010; Sijtsma et al., 2023).

O modelo de Rotenberg (1994, 2019) é uma das possíveis conceptualizações da confiança interpessoal, o qual se aborda especificamente na presente pesquisa pela sua multidimensionalidade. Este modelo tem a particularidade de entender a confiança interpessoal como recíproca e bidirecional. Assim, uma das qualidades da confiança interpessoal é esta ser recíproca ou mútua (Larzelere & Huston, 1980; Lindskold, 1978; Rotenberg & Pilpenko, 1984 citado por Rotenberg, 1994), o que nos permite refletir sobre o efeito bidirecional da confiança entre os indivíduos. Rotenberg (1994) refere que a esta confiança recíproca é conseguida ou alcançada através: de reciprocidade comportamental, na qual a confiança entre indivíduos coincide, e de reciprocidade verbal, na qual as expressões verbais de confiança também coincidem entre indivíduos.

Desta forma, o modelo de Rotenberg (1994) compreende a existência de três bases da confiança, três domínios e duas dimensões (3 *bases* x 3 *domains* x 2 *target dimensions*, BDT) (Rotenberg, 1994; 2001; Rotenberg, 2010). As três bases de confiança consideradas neste modelo são: a fidelidade (*realiability*) – que se refere ao cumprimento da palavra ou promessa de uma pessoa; a confiança emocional (*emotional trust*) - que se refere ao princípio de que os outros se abstêm de causar danos emocionais, estão disponíveis para revelações, mantêm a confidencialidade das mesmas, abstêm-se de críticas e evitam atos que fomentam constrangimentos; e a honestidade (*honesty*) – que se refere a uma pessoa dizer a verdade e a dedicar-se a comportamentos que sejam guiados por intenções benignas e estratégias genuínas, em de vez de intenções maliciosas e estratégias manipulativas e traiçoeiras (Rotenberg, 1994, 2001, 2010, 2019).

Os três domínios da confiança referidos são: o cognitivo/ afectivo (*cognitive/affective*), que compreende as crenças individuais e reações emocionais demonstradas nas três bases de confiança; o domínio da confiança dependente do comportamento (*behavior-dependent*), que se refere à tendência comportamental de esperar que os outros sejam fieis e honestos; e o domínio da iniciativa de comportamento (confiabilidade – *trustworthiness*) que se refere ao envolvimento comportamental do indivíduo nas três bases da confiança (Rotenberg, 2010, 2019).

Existem ainda duas dimensões da confiança que correspondem à especificidade e à familiaridade. A especificidade (*specificity*) oscila entre confiança generalizada e que é dirigida a alguém em particular. Na familiaridade (*familiarity*) a confiança varia entre os níveis de "não familiar" e "muito familiar".

Estudos revelaram que, no período entre o jovem adulto (20-29 anos) e o adulto de meia-idade (30-55 anos), é comum os indivíduos envolverem-se em relacionamentos românticos mais longos e começarem a executar um trabalho. Neste período é possível destacar a confiança no contexto de um relacionamento romântico. Também foi possível constatar que a confiança individual de parceiros, em contexto de casamento, está associada ao amor e às crenças de que os mesmos se preocupam com o bem-estar individual (Rempel et al., 1985; Rotenberg, 1994). Já o período da idade adulta mais avançada (55-75 anos) é marcado pela preocupação individual sobre a qualidade de vida e pela saúde física. A confiança nos adultos mais velhos centra-se na extensão de relacionamentos com os filhos, redes sociais e instituições sociais que podem promover

ajuda e cuidado, estabelecendo ou mantendo uma qualidade de vida satisfatória (Bierhoff, 1992; Rotenberg, 2001).

Ao concluir a abordagem do modelo de confiança interpessoal proposto por Rotenberg, importa referir que são inexistentes as pesquisas que relacionem os diversos aspetos da confiança com o conceito de bem-estar subjetivo.

2. OBJETIVOS E HIPÓTESES

Esta investigação pretende estudar a confiança interpessoal, tanto nas relações com o melhor amigo como no relacionamento com o par amoroso, assim como a sua relação com o bem-estar subjetivo, tendo em conta a satisfação com a vida, a afetividade positiva e afetividade negativa, e ainda certas variáveis sociobiográficas. Assim, foram definidos como objetivos gerais desta investigação:

1. Dar um contributo para o estudo das características psicométricas dos instrumentos utilizados, apresentando um estudo de fidelidade para a adaptação portuguesa da escala *Rotenberg´s Specific Trust Scale-Adults* (2013; adaptação portuguesa: Vale-Dias & Franco-Borges, 2014, destinada ao melhor amigo e par amoroso, e ainda um estudo de fidelidade para a Escala de Satisfação com a Vida – SWLS (Simões, 1992) e para a Escala de Afetividade Positiva e Negativa – PANAS (Galinha & Pais-Ribeiro, 2005b).
2. Explorar a relação entre a confiança interpessoal (relativamente ao melhor amigo e par amoroso) e o bem-estar subjetivo.
3. Explorar o papel das variáveis sociobiográficas na confiança interpessoal e no bem-estar subjetivo.

Neste sentido, foram definidos os seguintes objetivos específicos:

a) Explorar a relação entre os níveis de confiança interpessoal, para com o par amoroso e para com o melhor amigo, e as dimensões do bem-estar subjetivo, nomeadamente, satisfação com a vida e afetividade positiva e negativa.

b) Testar o possível efeito preditor da confiança interpessoal sobre o bem-estar subjetivo.

c) Explorar as possíveis diferenças em termos de níveis de confiança interpessoal e bem-estar subjetivo, atendendo às diferenças sociobiográficas.

d) Explorar possíveis variáveis sociobiográficas com efeito preditor na confiança interpessoal e no bem-estar subjetivo.

Considerando a literatura prévia e os objetivos delineados, as hipóteses levantadas neste estudo são as seguintes:

Hipótese 1 - Níveis mais elevados de confiança interpessoal associam-se a níveis mais elevados de afeto positivo e satisfação com a vida e a níveis mais baixos de afeto negativo.

Hipótese 2 – Níveis mais altos de confiança interpessoal predizem níveis mais elevados de bem-estar subjetivo.

Hipótese 3 – A idade, o nível socioeconómico, bem como o número de meses de namoro e os problemas de vida relatados, associam-se significativamente aos níveis de confiança interpessoal e de bem-estar subjetivo.

Hipótese 4 - Existem diferenças na confiança interpessoal e no bem-estar subjetivo, atendendo ao género. É esperado que os níveis de confiança interpessoal, satisfação com a vida e afeto negativo sejam mais elevados e níveis de afeto positivo sejam mais baixos no género feminino.

Hipótese 5 - Existem diferenças na confiança interpessoal e no bem-estar subjetivo, atendendo à idade. É esperado que os níveis de confiança interpessoal e de bem-estar subjetivo aumentem com a idade.

Hipótese 6 – A magnitude das associações entre os problemas relatados, por um lado, e a confiança interpessoal e o bem-estar subjetivo, por outro, varia segundo os diferentes tipos de problemas, nomeadamente: ansiedade, *stress*, tabaco, relações amorosas e de ordem familiar.

Hipótese 7 - O índice de problemas de vida tem influência na confiança interpessoal no par amoroso e no bem-estar subjetivo. Níveis mais elevados no índice de problemas predizem predizem níveis mais baixos de confiança interpessoal no par amoroso, satisfação com a vida e afeto positivo e níveis mais elevados de afeto negativo.

3. METODOLOGIA

3.1. DESCRIÇÃO DA AMOSTRA

A amostra utilizada neste estudo é composta por um total de 303 sujeitos de nacionalidade portuguesa, sendo que 69% pertencem ao sexo feminino e 31% ao sexo masculino (cf. Tabela 1). Relativamente à média de idades da amostra, esta situa-se nos 33.22 anos (DP = 14.01) (cf. Tabela 2). Também foi realizada a distribuição da idade por três grupos distintos, sendo eles: adultos emergentes (18 aos 24 anos) – respetivamente 42.2% da amostra; jovens adultos (25 aos 44 anos) – 30.4%; e os adultos de meia-idade – representando 26.1% dos sujeitos (cf. Tabela 3). Detetaram-se algumas oscilações do *N* devido ao número de *missings values*.

Tabela 1. Frequências e percentagens em função do sexo na amostra total (N=303)

Sexo	N	Percentagem %
Feminino	209	69%
Masculino	94	31%
Total	303	100%

Tabela 2. Características gerais em relação à idade da amostra total (N=299)

	N	Mínimo	Máximo	Média	Moda	DP
Idade	299	18	65	33.22	28	14.01

Tabela 3. Frequências e percentagens da distribuição da amostra em função da idade (N=303)

Grupos de idade	Frequência	Percentagem %
18 – 24 Anos	128	42.2%
25 – 44 Anos	92	30.4%
45 – 65 Anos	79	26.1%
Não responde	4	1.3%
Total	303	100%

Nesta investigação foi seguida a classificação do nível socioeconómico de Simões (2000). Para a caracterização deste nível, foram pedidas informações relativas à instrução educacional e profissão dos sujeitos, assim como dos seus pais. Foi possível calcular, através da informação fornecida, o nível socioeconómico de 278 sujeitos. Podemos observar que o nível "Médio" abrange o maior número de sujeitos 40.3%, seguindo-se o nível "Baixo" com 28.7% e, por fim, o nível "Alto" com 22.8% dos sujeitos (cf. Tabela 4).

Tabela 4. Frequências e percentagens do nível socioeconómico (N=303)

Nível socioeconómico	Frequência	Percentagem %
Baixo	87	28.7%
Médio	122	40.3%
Alto	69	22.8%
Não responde	25	8.3%
Total	303	100%

Relativamente à ocupação dos sujeitos, também foi possível fazer a distribuição através da Classificação Portuguesa de Profissões, 2010 – CPP (2011), através da informação fornecida. Desta forma, 109 sujeitos são estudantes (36%), 63 sujeitos são especialistas em atividades científicas e intelectuais (20.8%), 36 sujeitos são técnicos e profissionais de nível intermédio (11.9%), 20 sujeitos são profissionais de serviços pessoais de proteção e segurança e vendedores (6.6%), 15 sujeitos são trabalhadores não qualificados (5%), 12 sujeitos são trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices (4%), 9 sujeitos fazem parte do pessoal administrativo (3%), 5 sujeitos são operadores de instalações de máquina e trabalhadores da montagem (1.7%), 2 sujeitos são representantes do poder legislativo, órgãos executivos, direção e gestores (0.7%) e, por último, também 2 sujeitos são agricultores ou trabalhadores qualificados da agricultura da pesca e da floresta (0.7%).

Em relação ao local de residência, foi possível fazer a distribuição dos sujeitos por NUTS II[1] (cf. Tabela 5). Assim, podemos observar que a maioria dos sujeitos reside no centro do país (260 sujeitos, 85.8%). Na zona norte residem 30 sujeitos (9.9%). Existem ainda 5 sujeitos (1.7%) que residem na Área Metropolitana de Lisboa, 3 sujeitos (1%) que residem no Algarve, 2 sujeitos na Região Autónoma dos Açores (0.7%) e 1 sujeito (0.3%) que reside no Alentejo.

Tabela 5. Distribuição do local de residência por NUTS II (N=303)

Local de residência por NUTS II	Frequência	Percentagem %
Norte	30	9.9%
Centro	260	85,8%
Área Metropolitana de Lisboa	5	1.7%
Alentejo	1	0.3%
Algarve	3	1%
Região Autónoma dos Açores	2	0.7%
Não responde	2	0.7%
Total	303	100%

[1] NUTS II – Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos.

Quanto ao estatuto marital dos sujeitos (cf. Tabela 6), a maioria refere que é solteira (167 sujeitos, 55.1%). Foi possível observar ainda que 91 sujeitos (30%) referem estar atualmente casados e a viver com o cônjuge. Já 24 sujeitos (7.9%) afirmam que vivem numa união consensual. Existem ainda 11 sujeitos (3.6%) que estão divorciados, 6 sujeitos (2%) são viúvos e apenas 1 sujeito (0.3%) afirma que é casado, mas que vive com alguém sem ser o cônjuge.

Relativamente às questões sobre relacionamentos amorosos, apenas 195 dos sujeitos referem o tempo de duração deste relacionamento, que em média é de 137. 46 meses (cerca de 11 anos) (cf. Tabela 7).

Tabela 6. Frequência e percentagem do estatuto marital (N=303)

Estatuto marital	Frequência	Percentagem %
Casado(a) e a viver com o cônjuge	91	30%
Casado(a) mas a viver com alguém sem ser o cônjuge	1	0.3%
Não casado(a), mas a viver com alguém (união consensual)	24	7.9%
Separado (casado(a), mas não a viver com o cônjuge)	2	0.7%
Divorciado	11	3.6%
Viúvo(a)	6	2%
Solteiro (nunca casado)	167	55.1%
Não responde	1	0.3%
Total	303	100%

Tabela 7. Características gerais em relação ao tempo de relacionamento (em meses) (N=195)

	N	Mínimo	Máximo	Média	Moda	DP
Tempo de relacionamento	195	2	516	137.46	36	135.96

3.2. MATERIAIS/ INSTRUMENTOS

Nesta investigação foram utilizados quatro instrumentos para a recolha de dados, sendo eles: o Questionário Sociobiográfico (uma adaptação de Rohner, 2008), duas versões da adaptação portuguesa da escala *Rotenberg´s Specific Trust Scale-Adults* (Vale-Dias & Franco-Borges, 2014), com o duplo objetivo de avaliar a confiança no par amoroso e a confiança no melhor amigo, a versão portuguesa da Escala de Afetividade Positiva e Negativa – PANAS (Galinha & Pais-Ribeiro, 2005b) e a versão portuguesa da Escala de Satisfação com a Vida – SLWS (Simões, 1992).

3.2.1. QUESTIONÁRIO SOCIOBIOGRÁFICO

O Questionário Sociobiográfico utilizado segue o modelo do Formulário de Dados Pessoais de Rohner (2008). Este questionário tem como principal objetivo fornecer informação que permita caracterizar a amostra. Desta forma, o instrumento inclui dados pessoais relativos ao sujeito, como por exemplo: o sexo, a idade, a nacionalidade, as habilitações literárias, a situação profissional, o estatuto marital, o local de residência e local de

nascença. Também inclui questões relativas aos pais do sujeito, nomeadamente: área de residência, nacionalidade, naturalidade, habilitações literárias e emprego. Ao serem adicionadas questões de interesse específico para a presente pesquisa, também é perguntado se os sujeitos já estiveram numa relação amorosa com mais de seis meses de duração, se atualmente mantêm uma relação amorosa, e se sim, é pedido que refiram o tempo de duração da relação. Por fim, é apresentada uma lista de problemas/dificuldades diversos (por exemplo, ansiedade, depressão, tabaco, ordem familiar, etc.), a que os sujeitos têm que responder se sentem ou não estes problemas.

3.2.2. ADAPTAÇÃO PORTUGUESA DA ROTENBERG´S SPECIFIC TRUST SCALE-ADULTS

A *Rotenberg´s Specific Trust Scale-Adults* (Rotenberg, 2013) foi desenvolvida a partir da escala de Johnson-George e Swap (1982), a *Interpersonal Trust Scale* (SIT). A escala do estudo original de Johnson-George e Swap (1982) permite medir a confiança interpessoal no par amoroso através de uma subescala de confiabilidade com 10 itens e uma subescala emocional também com 10 itens, que implica a avaliação numa escala de tipo *Likert* (1 – Concordo totalmente a 9 - Discordo totalmente). Neste sentido, quanto menor for a pontuação total, maior é a confiança sentida pelos indivíduos. Em termos de consistência interna, esta escala apresentou um *Alpha de Cronbach*.71 e .83 (Jonhson-George & Swap, 1982).

A adaptação portuguesa da Escala de Confiança Interpessoal (Vale-Dias & Franco-Borges, 2014) tem como finalidade medir a confiança dos adultos. Esta escala é composta por 10 itens, que implicam juízos numa escala do tipo *Likert* de 9 pontos (1 – Concordo Totalmente a 9 – Discordo Totalmente). A Análise Fatorial Exploratória (AFE), utilizando o método de extração da Factorização do Eixo Principal (*Principal Axis Factoring*) e o método de rotação obliqua *Promax*, com a finalidade de validar o construto da escala, revelou a existência de dois fatores, *emocional* e *fidelidade*, quer na versão referente ao par amoroso quer ao melhor amigo.

3.2.3. VERSÃO PORTUGUESA DA ESCALA DE AFETIVIDADE POSITIVA E NEGATIVA (PANAS)

A *Positive and Negative Affect Schedule* (PANAS) foi desenvolvida por Watson, Clark e Tellegen, em 1988, e tem como objetivo avaliar a componente afetiva do bem-estar subjetivo. A escala original é constituída por 20 itens (10 itens que avaliam o afeto positivo e 10 itens que avaliam o afeto negativo), numa escala de tipo *Likert* de 5 pontos (1 – Muito pouco ou nada a 5 – Muitíssimo). Relativamente à consistência interna, foi possível obter um *Alpha de Cronbach* de .88 na subescala do afeto positivo e .87 na subescala de afeto negativo (Watson et al., 1988).

A versão portuguesa da Escala de Afetividade Positiva e Negativa foi realizada por Simões, em 1993. Esta escala é composta por 22 itens (mais dois itens que a original): 11 itens que avaliam o afeto positivo e 11 itens que avaliam o afeto negativo. Os itens também são avaliados numa escala de tipo *Likert* de 5 pontos. Esta versão teve um *Alpha de Cronbach* de .82 na subescala do afeto positivo e .85 na subescala de afeto negativo (Simões, 1993).

Nesta investigação, foi utilizada a versão portuguesa da Escala de Afetividade Positiva e Negativa de Galinha e Pais-Ribeiro (2005b). Como na escala original, esta versão também

é composta por 20 itens (10 itens para a avaliação da subescala do afeto positivo e 10 itens para a avaliação da subescala de afeto negativo), que são avaliados também numa escala de tipo *Likert* de 5 pontos (1- Nada ou muito Ligeiramente a 5 – Extremamente).

Desta forma, é pedido aos sujeitos que avaliem as suas emoções nos últimos dias ou nas últimas semanas. Ao nível da consistência interna, foi possível observar valores na subescala de afeto positivo de um *Alpha de Cronbach* de .86 e na subescala de afeto negativo de .89 (Galinha & Pais-Ribeiro, 2005b).

3.2.4. VERSÃO PORTUGUESA DA ESCALA DE SATISFAÇÃO COM A VIDA (SWLS)

A *Satisfaction with Life Scale* (SWLS) foi desenvolvida por Diener, Emmons, Larsen e Griffin, em 1985, e tem como finalidade avaliar a componente cognitiva do bem-estar subjetivo através da satisfação global de jovens, adultos e idosos. É constituída por apenas cinco itens que são avaliados numa escala tipo *Likert* de 7 pontos (1 – Discordo muito a 7 – Concordo muito). No final, é contabilizada uma pontuação total que pode variar entre 5 e 35 pontos.

A escala original demonstrou uma boa consistência interna (*Alpha de Cronbach* de .87) (Diener et al.,1985). Em 1993, esta escala foi revista por Pavot e Diener, demonstrando boas qualidades psicométricas, como por exemplo a validade de construto (estrutura unifatorial e bons níveis de consistência interna).

A primeira adaptação portuguesa da Escala de Satisfação com Vida (SWLS) foi realizada por Neto, Barros e Barros, em 1990, e apresentou qualidades psicométricas favoráveis, nomeadamente uma consistência interna de .78.

Na adaptação portuguesa de Simões, em 1992, a escala de avaliação dos itens de tipo *Likert* sofreu uma alteração, passando de 7 para 5 pontos (1 – Discordo muito a 5 – Concordo muito). Desta forma, a nota total pode variar entre 5 a 25 pontos. Também foi possível observar que esta escala obteve boas qualidades psicométricas (consistência interna .77; validade preditiva e validade convergente) (Simões, 1992).

3.3. PROCEDIMENTOS DA INVESTIGAÇÃO

Numa primeira fase, foi elaborado o protocolo de investigação que inclui: o Consentimento Informado (de forma a dar informações legais sobre a investigação, nomeadamente a garantia do anonimato do sujeito) (APA, 2010; Ordem dos Psicólogos, 2011); o Questionário Sociobiográfico; a PANAS; a SWLS; e duas versões da adaptação portuguesa da escala de *Rotenberg´s Specific Trust Scale-Adults* (uma referente ao melhor amigo e outra ao par amoroso).

De seguida, foi iniciada a recolha de dados, que decorreu entre Maio e Novembro de 2019. No começo, o protocolo de investigação foi passado aos alunos da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra. Posteriormente, foi passado à rede pessoal de contactos, seguindo apenas o critério de ter idade compreendida entre 18 e 65 anos.

No ato do preenchimento do protocolo, coletivamente ou individualmente, também foram fornecidas algumas instruções adicionais, nomeadamente a importância da assinatura do consentimento por parte dos indivíduos e a possibilidade de recusarem a sua participação. Também foram respondidas algumas dúvidas apresentadas pelos sujeitos.

3.4. PROCEDIMENTOS ESTATÍSTICOS

Após a recolha de dados estar concluída, procedeu-se ao tratamento e análise dos dados recolhidos através do programa estatístico *SPSS – Statistical Package of Social Science – versão 22* (Martins, 2011; Pereira, 2003; Pestana & Gajeiro, 2008).

Será importante referir que, numa fase inicial da análise dos dados, foi testada a normalidade das distribuições amostrais das variáveis em estudo, através do Teste de *Kolmogorov-Smirnov*. Assim, foi possível concluir que as variáveis não seguem uma distribuição normal, por isso, optou-se pela utilização de testes não paramétricos.

Também será relevante referir que os itens da Escala de Confiança Interpessoal foram invertidos, de forma a que valores mais elevados na escala correspondam diretamente a níveis mais elevados de confiança.

As estatísticas descritivas utilizadas na análise foram: as Medidas de Tendência Central – que inclui a Média, Mediana a e Soma; as Medidas de Dispersão – Desvio Padrão (DP), Variância, Mínimo e Máximo; e as Medidas de Frequência – que incluem as Frequências Absolutas (N) e Frequências Relativas (%) (Pestana & Gajeiro, 2008).

Com o objetivo de contribuir para a adaptação portuguesa das duas Escalas de Confiança Interpessoal (Vale-Dias & Franco-Borges, 2014), assim como para o estudo psicométrico das restantes escalas, procedeu-se à análise da sua fidelidade, tendo esta sido testada através do *Alpha de Cronbach*. Para a interpretação dos resultados, foram seguidos os valores de *Alpha de Cronbach* de Nunally (1978): valores superiores a .90 são considerados excelentes, entre .80 e .90 são bons; entre.70 e.80 são razoáveis; entre.70 e 60 são fracos, e menores que .60 são considerados inaceitáveis.

De forma a testar a associação entre variáveis, foi utilizado o Coeficiente de Correlação de *Spearman*. Relativamente à sua interpretação, foram seguidas as normas de Pestana e Gajeiro (2008), que sugerem que: um *r* menor que .2 indica uma correlação muito baixa; entre .2 e .3 é considerada baixa; entre .4 e .69 é moderada; entre .7 e .89 é alta; e entre .9 e 1 é uma associação considerada muito alta.

Foi utilizado o teste não paramétrico *U de Mann-Whitney*, que compara o centro de localização de duas amostras, como forma de detetar diferenças entre duas populações correspondentes.

Foi executada uma *One-Way Anova* que pode ser utilizada para testar diferenças entre diversas situações e para duas ou mais variáveis (Pereira, 2003). Foi também utilizado o teste *post-hoc de Bonferroni* que é considerado um teste conservador que permite controlar o erro tipo I (rejeitar a hipótese nula quando esta é verdadeira).

Por último, para testar o papel preditivo de algumas variáveis, foi utilizado o Modelo de Regressão Linear Simples que analisa a relação entre duas variáveis de natureza quantitativa X e Y (Pestana & Gageiro, 2008).

4. RESULTADOS

Numa primeira fase serão apresentados os estudos de fidelidade das Escalas de Confiança Interpessoal e das Escalas de Bem-Estar Subjetivo e, por último, serão apresentados os resultados referentes às hipóteses delineadas.

4.1. CONSISTÊNCIA INTERNA DAS ESCALAS

4.1.1. CONSISTÊNCIA INTERNA DA ADAPTAÇÃO PORTUGUESA DA ROTENBERG´S SPECIFIC TRUST SCALE-ADULTS (ESCALA DE CONFIANÇA INTERPESSOAL NO PAR AMOROSO E ESCALA DE CONFIANÇA INTERPESSOAL NO MELHOR AMIGO

A fidelidade da escala de confiança no par amoroso foi testada através da análise da consistência interna, tendo sido obtido um *Alpha de Cronbach* considerado excelente (α =.907). No que concerne à consistência interna dos fatores obtidos, no fator *emocional* obteve-se um *Alpha de Cronbach* considerado excelente (α =.952); e no fator *fidelidade* obteve-se também um *Alpha de Cronbach* considerado excelente (α =.967).

Na análise de fidelidade da escala de confiança para o melhor amigo, foi possível obter um *Alpha de Cronbach* considerado muito bom (α =.850). A consistência interna no fator *emocional* obteve um valor considerado excelente (α =.938) e no fator *fidelidade* obteve um *Alpha de Cronbach* considerado boa (α =.883).

4.1.2. CONSISTÊNCIA INTERNA DAS ESCALAS DO BEM-ESTAR SUBJETIVO

Com a finalidade de contribuir para o estudo psicométrico das escalas que compõem o bem-estar subjetivo, procedeu-se ao estudo da fidelidade das mesmas através do *Alpha de Cronbach.*

Desta forma, a Escala de Satisfação com a Vida (SWLS) revelou uma consistência interna considerada boa (α =.866). Já a Escala de Afetividade Positiva e Negativa (PANAS) revelou valores excelentes na subescala de Afeto Positivo (α =.901) e valores considerados bons na subescala de Afeto Negativo (α =.884).

4.2. TESTE DAS HIPÓTESES EM ESTUDO

4.2.1. ESTUDO DA RELAÇÃO ENTRE A CONFIANÇA INTERPESSOAL E O BEM-ESTAR SUBJETIVO

Hipótese 1: Níveis mais elevados de confiança interpessoal associam-se a níveis mais elevados de afeto positivo e satisfação com a vida e a níveis mais baixos de afeto negativo.

De forma a analisar as relações de associação entre a confiança interpessoal e o bem-estar subjetivo, procedeu-se ao cálculo do Coeficiente de Correlação de *Spearman*.

É possível observar (cf. Tabela 8) que as correlações entre a confiança interpessoal no melhor amigo foram consideradas baixas. No caso específico da escala de SWLS obteve-se uma correlação baixa (r =.291), com um resultado estatisticamente significativo (*p* =.000). A subescala de Afeto Positivo (PA) também obteve uma correlação baixa (r =.230), apresentado também um resultado significativo (*p* =.000). Já a subescala de Afeto Negativo (NA) obteve uma correlação negativa baixa (r =-.299), revelando também um resultado significativo (*p* =.000). Relativamente às correlações com o fator *emocional* e o fator *fidelidade*, é possível observar correlações baixas significativas com todas as escalas do bem-estar subjetivo. Por fim, a escala de SWLS também apresenta correlações baixas e significativas com as duas subescalas da PANAS (r =.351, *p* =.000 no PA; e r =-.303, *p* =.000 no NA).

Também as correlações entre a confiança interpessoal no par amoroso (cf. Tabela 9) foram consideradas baixas. Mais propriamente, a correlação obtida com a escala da SWLS foi considerada baixa (r =.379), com um resultado estatisticamente significativo (*p* =.000). A subescala de NA demonstrou uma correlação moderada negativa (r = -.443), apresentando também um resultado estatisticamente significativo (*p* =.000). Por fim, a correlação obtida com a subescala PA foi considerada baixa (r =.210), apresentando também um resultado estatisticamente significativo. Relativamente às correlações realizadas para o fator *emocional*: verificou-se uma correlação moderada negativa com a subescala de NA (r =-.421, *p* =.000), com um resultado estatisticamente significativo; e uma correlação considerada muito baixa e significativa com a subescala PA (r =.188, *p* =.000). Também foi possível observar uma correlação negativa moderada, com um resultado estatisticamente significativo, entre o fator *fidelidade* e a subescala de NA (r = -.416, *p* =.000). A escala de SWLS obteve uma correlação moderada com a subescala de PA (r=.406, *p* =.000) e uma correlação negativa considerada baixa com a subescala NA (r= -.333, *p* =.000). Estes resultados também se revelaram estatisticamente significativos.

Desta forma, podemos considerar que a confiança interpessoal, tanto no melhor amigo como no par amoroso, se correlaciona positivamente com o afeto positivo e a satisfação com a vida, e negativamente com o afeto negativo.

Tabela 8. Matriz de correlações entre a Escala de Confiança Interpessoal (no melhor amigo), SWLS e PANAS

	Confiança melhor amigo	Fator *Emocional*	Fator *Fidelidade*	SWLS	PA	NA
Confiança no melhor amigo	-	.978**	.853**	.291**	.230**	-.299**
Fator *Emocional*		-	.752**	.281**	.226**	-.286**
Fator *Fidelidade*			-	.250**	.244**	-.236**
SWLS				-	.351**	-.303**
PA					-	-.090
NA						-
Sig. ** <.01						

Tabela 9. Matriz de correlações entre a Escala de Confiança Interpessoal (no par amoroso), SWLS e PANAS

	Confiança no par amoroso	Fator *Emocional*	Fator *Fidelidade*	SWLS	PA	NA
Confiança no par amoroso	-	.965**	.918**	.379**	.210**	-.443**
Fator *Emocional*		-	.821**	.379**	.188**	-.421**
Fator *Fidelidade*			-	.353**	.250**	-.416**
SWLS				-	.406**	-.333**
PA					-	-.033
NA						-
Sig. ** <.01						

Hipótese 2: Níveis mais altos de confiança interpessoal predizem níveis mais elevados de bem-estar subjetivo.

Como forma de avaliar o poder preditivo dos níveis da confiança interpessoal, tanto no melhor amigo como no par amoroso, relativamente ao bem-estar subjetivo, foram realizadas regressões lineares simples para cada uma das variáveis que compõem o bem-estar subjetivo.

Relativamente ao valor preditivo da confiança interpessoal no par amoroso (cf. Tabela 10) foi possível observar que este explica cerca de 14% (R^2=.140, p=.000) da variância da satisfação com a vida (componente cognitiva do bem-estar subjetivo. É possível observar a influência desta variável preditora nos resultados estandardizados (β =.374), em que a confiança interpessoal explica 37.4% variância da escala de SWLS.

Quanto à componente afetiva do bem-estar subjetivo, a confiança interpessoal no par amoroso tem um valor preditivo que explica: 7.3% (R^2 = 0.073; p= 000) da variância do PA (cf. Tabela 11); e 12% (R^2 =.116, p =.000) da variância do NA (cf. Tabela 12). Os valores observados da competente afetiva também são estatisticamente significativos. Relativamente aos resultados estandardizados, a confiança influência cerca de 27% do PA (β =.270) e -34.1% do NA (β = -.341).

Tabela 10. Análise da Regressão linear da variável preditora Escala de Confiança Interpessoal no par amoroso e SWLS (VD)

	R	R^2	ΔR^2	F	β	Sig.
Confiança Interpessoal no par amoroso	.374	.140	.135	28.54	.374	.000**
Sig. <.05**						

Tabela 11. Análise da Regressão linear da variável preditora Escala de Confiança Interpessoal no par amoroso e PA (VD)

	R	R^2	ΔR^2	F	β	Sig.
Confiança Interpessoal no par amoroso	.270	.073	.067	13.43	.270	.000**
Sig. <.05**						

Tabela 12. Análise da Regressão linear da variável preditora Escala de Confiança Interpessoal no par amoroso e NA (VD)

	R	R^2	ΔR^2	F	β	Sig.
Confiança Interpessoal no par amoroso	.341	.116	.111	22.44	-.341	.000**
Sig. <.05**						

Quanto ao valor preditivo da confiança interpessoal no melhor amigo, foi possível observar que este explica cerca 4.3% (R^2 =.043, p =.000) da variância da satisfação com a vida (cf. Tabela 13), 3.6% (R^2 =.036, p =.001) da variância do PA (cf. Tabela 14); e 5.5 % (R^2 =.055, p = 000) da variância do NA. (cf. Tabela 15). Todos os valores demonstram-se estatisticamente significativos.

Relativamente aos resultados estandardizados, a confiança no melhor amigo influencia cerca de 20.6% (β =.206) da escala da SWLS, 18.9% (β =.189) da subescala da PA e -23.4% (β = -.234) da subescala de NA.

Podemos considerar que a variação dos níveis de confiança interpessoal, tanto no para amoroso como no melhor amigo, influenciam ainda que modestamente, os níveis de bem-estar subjetivo.

Tabela 13. Análise da Regressão linear da variável preditora Escala de Confiança Interpessoal no melhor amigo e SWLS (VD)

	R	R^2	ΔR^2	F	β	Sig.
Confiança Interpessoal no melhor amigo	.206	.043	.039	13.03	.206	.000**
Sig. <.05**						

Tabela 14. Análise da Regressão linear da variável preditora Escala de Confiança Interpessoal no melhor amigo e PA (VD)

	R	R^2	ΔR^2	F	β	Sig.
Confiança Interpessoal no melhor amigo	.189	.036	.032	10.64	.189	.001**
Sig. <.05**						

Tabela 15. Análise da Regressão linear da variável preditora da Escala de Confiança Interpessoal no melhor amigo e NA (VD)

	R	R^2	ΔR^2	F	β	Sig.
Confiança Interpessoal no melhor amigo	.234	.055	.052	16.59	-.234	.000**
Sig. <.05**						

4.2.2. ESTUDO DAS RELAÇÕES ENTRE AS VARIÁVEIS SOCIOBIOGRÁFICAS, A CONFIANÇA INTERPESSOAL E O BEM-ESTAR SUBJETIVO

Hipótese 3: A idade, o nível socioeconómico, bem como o número de meses de namoro e os problemas de vida relatados, associam-se significativamente aos níveis de confiança interpessoal e bem-estar subjetivo.

Com o intuito de analisar as relações de associação entre as variáveis sociobiográficas, a confiança interpessoal e o bem-estar subjetivo, procedeu-se à execução do Coeficiente de Correlação de *Spearman*.

Foi realizada uma primeira análise de correlações entre um grupo específico de variáveis sociobiográficas (idade, nível socioeconómico e índice total de problemas), a confiança interpessoal no melhor amigo, a SWLS e a PANAS (cf. Tabela 16).

Tabela 16. Matriz de Correlações entre variáveis sociobiográficas, escala de Confiança no melhor amigo e escalas do Bem-estar subjetivo

	Confiança no melhor amigo	*Emocional*	*Fidelidade*	SWLS	PA	NA
Idade	-.112	-.128*	-.093	-.255**	-.059	-.134*
Nível socioeconómico	.129*	.113	.110	.237**	.274**	.082
Índice de problemas	-.190**	-.195**	-.147*	-.339**	-.069	.479**
Sig. *<.01; ** <.05						

Desta forma, é possível destacar uma correlação negativa baixa entre a variável idade e a SWLS (r = -.255, *p* =.000), com um resultado estatisticamente significativo. Quanto às correlações com o nível socioeconómico foi possível obter correlações consideradas baixas e estatísticas significativas com a SWLS (r =.237, *p* =.000) e com o PA (r =.274, *p* =.000). Relativamente ao índice de problemas, obteve uma correlação negativa baixa com a SWLS (r = -.339, *p* =.000) e uma correlação considerada moderada com o NA (r =.479, *p* =.000), ambas significativas.

Como foi referido anteriormente, foi realizada uma outra análise de correlações entre um grupo específico de variáveis sociobiográficas (idade, nível socioeconómico, o número de meses de relacionamento e índice total de problemas), a confiança interpessoal no par amoroso, a SWLS e a PANAS (cf. Tabela 17).

Tabela 17. Matriz de Correlações entre variáveis sociobiográficas, escala de Confiança no par amoroso e escalas do Bem-estar subjetivo

	Confiança no par amoroso	*Emocional*	*Fidelidade*	SWLS	PA	NA
Idade	-.125	-.162*	-.138	-.211**	-.102	-.119
Nível socioeconómico	.026	.018	.080	.275**	.264**	.090
Nº de meses de relacionamento	-.153*	-.159*	-.156*	-.141	-.072	-.034
Índice de problemas	-.257**	-.289**	-.187**	-.348**	-.044	.552**
Sig. *<.01; ** <.05						

É possível verificar que a variável idade obteve uma correlação negativa baixa e estatisticamente significativa com a SWLS (r = -.211, *p* =.000). O nível socioeconómico obteve correlações baixas estatisticamente significativas com a SWLS (r =.275, *p* =.000) e o PA (r =.264, *p* =.000), como ocorreu no primeiro grupo em análise. Relativamente à variável número de meses de relacionamento obteve correlações negativas consideradas muito baixas, com destaque para a correlação com o fator *emocional* (r = -.159, *p* =.000). Por último, o índice de problemas obteve correlações negativas considerada baixas com a confiança no par amoroso (r = -.257, *p* =.000), o fator *emocional* (r = -.289, *p*=.000) e a SWLS (r = -.348, *p* =.000) e uma correlação positiva considerada moderada com o NA (r =.552, *p* =.000).

Para finalizar, após a observação da análise, é possível considerar que a confiança interpessoal no melhor amigo, a satisfação com a vida e a subescala de afeto positivo se correlacionam positivamente com a variável nível socioeconómico. A variável índice de problemas mostrou correlacionar-se positivamente com a subescala de afetividade negativa. A variável idade apresentou correlações negativas com todas as escalas. Também é possível referir que a confiança interpessoal no par amoroso, a satisfação com a vida e a subescala de PA se correlacionam positivamente com a variável nível socioecónomico e negativamente com as variáveis idade, número de meses de relacionamento e índice de problemas.

Hipótese 4: Existem diferenças na confiança interpessoal e no bem-estar subjetivo, atendendo ao género. É esperado que os níveis de confiança interpessoal, satisfação com a vida e afeto negativo sejam mais elevados e que os níveis de afeto positivo sejam mais baixos no género feminino.

De forma a analisar as diferenças de género nas escalas de confiança interpessoal (tanto no melhor amigo como no par amoroso) e nas escalas de bem-estar subjetivo, procedeu-se à execução do teste de *U* de *Mann-Whitney*.

Mais uma vez, numa primeira fase foi testada as diferenças de género na Escala de Confiança Interpessoal no melhor amigo, SWLS e PANAS (cf. Tabela 18).

Tabela 18. Diferenças de género na Escala de Confiança Interpessoal no melhor amigo, SWLS e PANAS

	Sexo	Média	DP	*U*	Sig.
Confiança no melhor amigo	M F	60.59 63.93	11.78 11.64	7393.50	.002**
Emocional	M F	45.15 47.87	9.18 8.98	7281.50	.001**
Fidelidade	M F	15.47 16.03	3.07 3.17	8171.00	.016**
SWLS	M F	17.04 17.63	4.40 4.86	8875.00	.252
PA	M F	30.84 29.92	7.77 8.66	8881.00	.407
NA	M F	16.22 17.77	6.16 6.95	8020.50	.059
Sig. <.05**					

Foi possível observar que existem diferenças estatisticamente significativas entre o género masculino (M = 60.59) e género feminino (M = 63.93) ao nível da confiança interpessoal no melhor amigo (U = 7393.50, p =.002). Relativamente aos fatores da confiança interpessoal, foi possível observar que também existem diferenças estatisticamente significativas entre o género masculino e género feminino no fator *emocional* (U = 7281.50, p =.001) e no fator *fidelidade* (U = 8171.00, p =.016). Nas escalas SWLS e PANAS não se obtiveram diferenças estatisticamente significativas entre os géneros.

Posteriormente foram testadas as diferenças de género na Escala de Confiança Interpessoal no par amoroso, SWLS e PANAS (cf. Tabela 19).

Após a análise, foi possível observar que não se verificaram diferenças de género estatisticamente significativas em nenhuma das escalas.

Assim, é possível concluir que existem diferenças de género estatisticamente significativas na Escala de Confiança Interpessoal no melhor amigo, não se verificando mais nenhuma diferença nas escalas do bem-estar subjetivo.

Tabela 19. Diferenças de género na Escala de Confiança Interpessoal no par amoroso, SWLS e PANAS

	Sexo	Média	DP	*U*	Sig.
Confiança no par amoroso	M F	63.17 62.98	14.50 13.74	3735.50	.995
Emocional	M F	31.46 31.24	7.29 7.02	3732.50	.988
Fidelidade	M F	31.56 31.74	7.39 7.03	3708.00	.705
SWLS	M F	17.34 17.32	4.49 4.75	3691.00	.890
PA	M F	30.44 30.26	7.64 8.97	3548.00	.960
NA	M F	16.14 16.90	6.38 6.76	3314.00	.418
Sig. <.05**					

Hipótese 5: Existem diferenças na confiança interpessoal e bem-estar subjetivo, atendendo à idade. É esperado que os níveis de confiança interpessoal e de bem-estar subjetivo aumentem com a idade.

De modo a analisar as diferenças na idade nas escalas de confiança interpessoal e nas escalas de bem-estar subjetivo, procedeu-se à execução de uma *One-Way Anova* e respetivo teste de *post-hoc* de *Bonferroni*. Como já foi referido anteriormente, resultados da variável idade foram divididos em 3 grupos distintos: 18 aos 24 anos, 25 aos 44 anos e, por último, dos 45 aos 65 anos.

Num primeiro momento foram analisadas as diferenças nos grupos de idades na Escala de Confiança interpessoal no melhor amigo, SWLS e PANAS (cf. Tabela 20).

Foi possível verificar que existem diferenças estatisticamente significativas entre os grupos de idades na escala da componente cognitiva do bem-estar subjetivo, SWLS, F (2,294) = 7.96, p =.000.

Mais pormenorizadamente, o teste *post-hoc* revelou que na escala SWLS foi possível observar diferenças estatisticamente significativas entre os seguintes grupos de idade: dos 18 aos 24 e dos 25 aos 44 anos (p=.016); e dos 18 aos 24 e dos 45 aos 65 anos (p=.001).

Tabela 20. Diferenças entre os grupos de idade na Escala de Confiança Interpessoal no melhor amigo, SWLS e PANAS

	Grupos de idade	Média	DP	F (df)	Sig.
Confiança no melhor amigo	18-24 25-44 45-65	64.60 62.22 60.96	11.31 11.83 12.28	2.52 (2,290)	.082
Emocional	18-24 25-44 45-65	48.34 46.31 45.75	9.15 9.15 8.97	2.35 (2,290)	.098
Fidelidade	18-24 25-44 45-65	16.23 15.91 15.20	2.93 3.13 3.46	2.63 (2,295)	.074
SWLS	18-24 25-44 45-65	18.66 16.90 16.21	4.37 4.83 4.64	7.96 (2,294)	.000**
PA	18-24 25-44 45-65	30.82 30.43 29.19	8.08 8.41 8.65	.916 (2,288)	.401
NA	18-24 25-44 45-65	17.88 16.84 16.60	6.08 6.96 7.41	1.06 (2,287)	.347
Sig. <.05**					

Num segundo momento, foram analisadas as diferenças nos grupos de idades das escalas de confiança interpessoal no par amoroso, SWLS e PANAS (cf. Tabela 21).

Foi possível verificar que existem diferenças estatisticamente significativas entre os grupos de idade na Escala de Confiança Interpessoal no par amoroso, F (2,175) = 5.45, p =.005, no fator *emocional, F* (2,175) = 4.87, p =.009, e no fator *fidelidade, F* (2,177) = 6.13, p =.003. Concluíu-se, através do *post-hoc* que as diferenças estatisticamente significativas na escala de confiança no par amoroso ocorrem entre os grupos de idade: dos 18 aos 24 e dos 45 aos 65 anos (p =.016); e dos 25 aos 44 e dos 45 aos 65 anos (p=.013).

Quanto ao fator *emocional* foi possível verificar diferenças significativas entre os grupos de idade: dos 18 aos 24 e dos 45 aos 65 anos (p=.038); e dos 25 aos 44 e dos 45 aos 65 anos (p=.015).

Por último, no fator *fidelidade* as diferenças estatisticamente significativas ocorrem entre o grupo dos 18 aos 24 e dos 45 aos 65 anos (p=.007) e entre os 25 aos 44 e os 45 aos 65 anos (p=.012).

Desta forma, é possível concluir que se verificam diferenças estatisticamente significativas entre os grupos de idade na Escala de Satisfação com a vida e na Escala de Confiança Interpessoal no par amoroso.

Foi possível observar que os níveis de confiança interpessoal, tanto no melhor amigo como no par amoroso, diminuem com o aumento da idade.

Tabela 21. Diferenças entre os grupos de idade na Escala de Confiança Interpessoal no par amoroso, SWLS e PANAS

	Grupos de idade	Média	DP	F (df)	Sig.
Confiança no par amoroso	18-24 25-44 45-65	65.58 65.42 58.36	9.93 11.09 18.21	5.45 (2,175)	.005**
Emocional	18-24 25-44 45-65	32.36 32.61 29.07	5.96 5.43 8.94	4.87 (2,175)	.009**
Fidelidade	18-24 25-44 45-65	33.20 32.81 29.18	4.37 5.99 9.35	6.13 (2,177)	.003**
SWLS	18-24 25-44 45-65	18.32 17.25 16.59	4.54 4.77 4.54	2.01 (2, 175)	.138
PA	18-24 25-44 45-65	31.21 30.74 29.35	7.77 8.40 8.98	.74 (2,169)	.480
NA	18-24 25-44 45-65	16.98 16.34 16.42	5.40 6.72 7.34	.154 (2,170)	.857
Sig. <.05**					

Hipótese 6: A magnitude das associações entre os problemas relatados, por um lado, e a confiança interpessoal e o bem-estar subjetivo, por outro, varia segundo os diferentes tipos de problemas, nomeadamente: ansiedade, *stress*, tabaco, relações amorosas e de ordem familiar.

Com a finalidade de analisar a existência de diferenças na magnitude da associação entre o tipo de problemas e as escalas de confiança interpessoal e de bem-estar subjetivo, realizou-se o Coeficiente de Correlação de *Spearman* para cada tipo de problema.

Numa primeira fase, foi possível observar, através da análise das frequências, os problemas mais assinalados pela amostra. Assim, foi constatado que os problemas mais referidos se relacionam com: ansiedade, *stress*, problemas com tabaco, relações amorosas e questões de ordem familiar.

Tabela 22. Coeficientes de Correlação de Spearman entre tipos de problemas e a Escala de Confiança Interpessoal no melhor amigo, SWLS e PANAS (N=303)

	Ansiedade	*Stress*	Tabaco	Relações amorosas	Ordem familiar
Confiança no melhor amigo	-.142*	-.105*	-.027	-.219**	-.171**
Emocional	-.132*	-.107	.048	-.218**	-.180**
Fidelidade	-.141*	-.074	-.003	-.199**	-.132*
SWLS	-.218**	-.222**	-.240**	-.184**	-.241**
PA	-.034	-.004	-.040	.033	-.076
NA	.413**	.397**	.141*	.191**	.257**
Sig. *<.01; ** <.05					

Posteriormente passou-se para a análise das diferenças de magnitude na associação entre problemas e as escalas de confiança interpessoal no melhor amigo, SWLS e PANAS (cf. Tabela 22).

Foi possível observar uma correlação negativa significativa baixa entre a Escala de Confiança Interpessoal no melhor amigo e os problemas relacionados com relações amorosas (r = -.219). Por sua vez, obteve-se uma correlação negativa baixa entre o fator *emocional* e os problemas devidos a relações amorosas (r = -.218).O fator *fidelidade* obteve uma correlação considerada muito baixa com as relações amorosas (r = -.199). Foi ainda possível observar correlações significativas consideradas baixas entre a Escala de Satisfação com a Vida e todos os problemas, em exceção aos problemas de relações amoras que obteve uma correlação muito baixa (r = -.184). A subescala de NA obteve uma correlação moderada significativa com a ansiedade (r =.433) e correlações consideradas baixas com o *stress* (r =.397) e com problemas de ordem familiar (r =.257).

Foram também analisadas as associações entre tipos de problemas e a Escala de Confiança Interpessoal no par amoroso (cf. Tabela 23).

Foi possível observar uma correlação negativa significativa considerada baixa entre a Escala de Confiança Interpessoal no par amoroso e a ansiedade (r = -.208). Neste sentido, obteve-se uma correlação negativa baixa entre o fator *emocional* e os problemas de ansiedade (r = -.204), tabaco (r = -.219) e relações amorosas (r = -.211). Por sua vez, o fator *fidelidade* obteve uma correlação significativa muito baixa com a ansiedade (r = -.182).

Tabela 23. Coeficientes de Correlação de Spearman entre tipos de problemas e a Escala de Confiança Interpessoal no par amoroso (N = 182)

	Ansiedade	*Stress*	Tabaco	Relações amorosas	Ordem familiar
Confiança no par amoroso	-.208**	-.180**	-.181*	-196 **	-.106
Emocional	-.204**	-.188*	-.219**	-.211**	-.128
Fidelidade	-.182*	-.166*	-.107	-.170*	-.093
Sig. *<.01; ** <.05					

Hipótese 7 – O índice de problemas de vida tem influência na confiança interpessoal no par amoroso e no bem-estar subjetivo. Níveis mais elevados no índice de problemas predizem níveis mais baixos de confiança interpessoal no par amoroso, satisfação com a vida e afeto positivo e níveis mais elevados de afeto negativo.

De forma de avaliar o papel dos problemas foram realizadas regressões lineares simples considerando como variáveis dependentes a Escala de Confiança Interpessoal no par amoroso e cada uma das escalas que compõem o bem-estar subjetivo. Neste sentido, todos os problemas mencionados no questionário sociobiográfico foram agrupados num índice de problemas.

Foi possível observar que o índice de problemas de vida exerce uma influência estatisticamente significativa sobre todas as escalas.

Tabela 24. Análise da Regressão linear da variável preditora Índice de problemas de vida e a Confiança Interpessoal no par amoroso (VD)

	R	R^2	ΔR^2	F	β	Sig.
Índice de problemas de vida	.218	.047	.042	8.60	-.218	.004**
Sig. <.05**						

Tabela 25. Análise da Regressão linear da variável preditora Índice de problemas de vida e a SWLS (VD)

	R	R^2	ΔR^2	F	β	Sig.
Índice de problemas de vida	.449	.201	.197	43.62	-.449	.000**
Sig. <.05**						

Tabela 26. Análise da Regressão linear da variável preditora Índice de problemas de vida e a PA (VD)

	R	R^2	ΔR^2	F	β	Sig.
Afeto Positivo	.181	.033	.027	5.69	-.181	.018**
Sig. <.05**						

Tabela 27. Análise da Regressão linear da variável preditora Índice de problemas de vida e a NA (VD)

	R	R^2	ΔR^2	F	β	Sig.
Índice de problemas de vida	.503	.253	.249	57.02	.503	.000**
Sig. <.05**						

Mais detalhadamente, os problemas explicam cerca de 4.7 % (R^2=.047 p=.004) da variância da confiança no par amoroso (cf. Tabela 24), sendo este valor considerado baixo e estatisticamente significativo. É possível observar a influência desta variável preditora nos resultados estandardizados (β =-.218), em que o total de problemas explica - 21.8% variância da escala de confiança.

Relativamente a SWLS (cf. Tabela 25), os problemas explicam cerca de 20.1 % (R^2=.201 p=.000) da sua variância. Em termos de resultados estandardizados, os problemas influenciam (β =-.499) cerca de -49.9% da variância da escala de satisfação com a vida.

Esta variável também explica cerca de 33% (R^2=.033 p =.018) da variância da subescala de PA (cf. Tabela 26) e 25.3% (R^2=.253 p=.000) da variância da subescala de NA (cf. Tabela 27). Esta influência é explicita nos resultados estandardizados, onde a variável explica -.18.1% (β =-.181) da variação da subescala de afetividade positiva e 50.3% (β =.503) da variação da subescala de afetividade negativa.

Por fim, podemos considerar que o aumento de problemas mencionados predizem níveis mais baixos de confiança no par amoroso, satisfação com a vida e afeto positivo. Por outro

lado, predizem também níveis mais elevados de afeto negativo. Em suma, a hipótese é aceite.

5. DISCUSSÃO

Esta investigação pretende analisar as relações entre a confiança interpessoal (nas relações de intimidade e nas relações de amizade mais próximas), o bem-estar subjetivo e algumas variáveis sociobiográficas. Deste modo, numa amostra de adultos portugueses, pretendemos saber se a confiança interpessoal se associa e exerce um papel de influência sobre o bem-estar subjetivo. Para além deste propósito, também pretendemos analisar o papel exercido pelas variáveis sociobiográficas sobre a confiança interpessoal e o bem-estar subjetivo. Foi também estabelecido, como objetivo específico desta investigação, o contributo para o estudo psicométrico, isto é, o estudo da fidelidade das versões portuguesas das escalas de confiança interpessoal e das escalas que compõem o bem-estar subjetivo. Desta forma, encontrámos bons valores para as Escalas de Confiança Interpessoal. A Escala de Satisfação com a Vida revelou uma consistência interna considerada boa, superando as qualidades psicométricas do estudo original (Simões, 1992). Já a Escala de Afetividade Positiva e Negativa revelou valores excelentes na subescala de Afeto Positivo e valores considerados bons na subescala de Afeto Negativo. Posto isto, é possível referir que o resultado obtido na subescala de Afeto positivo supera os resultados do estudo de adaptação de Galinha e Pais-Ribeiro (2005b). É importante salientar que as análises estatísticas das escalas do bem-estar subjetivo e da confiança interpessoal no melhor amigo foram realizadas considerando a totalidade dos sujeitos da amostra. Relativamente à análise da Escala de Confiança Interpessoal no par amoroso, apenas foram considerados os 182 sujeitos que afirmaram estar num relacionamento com duração superior ou igual a 6 meses.

De forma a estudar as relações entre a confiança interpessoal, o bem-estar subjetivo e as varáveis sociobiográficas, foram testadas sete hipóteses, previamente elaboradas tendo em conta a literatura revista.

A primeira hipótese refere que níveis mais elevados de confiança interpessoal (tanto para o par amoroso como para o melhor amigo) se associam a níveis mais elevados de satisfação com a vida e de afeto positivo e a níveis mais baixos de afeto negativo. Para testar esta hipótese procedeu-se à execução do Coeficiente de Correlação de *Spearman*, que revelou correlações consideradas baixas, mas todas estatisticamente significativas. Como previsto, foi possível observar correlações positivas entre a confiança interpessoal (tanto no par amoroso como no melhor amigo) e a Escala de Satisfação com a Vida e a subescala de Afeto Positivo. Também foi possível estabelecer uma relação negativa significativa entre a confiança interpessoal e o Afeto Negativo, sendo que entre a Escala Interpessoal no par amoroso e a subescala NA foi possível verificar uma correlação considerada moderada. Estes resultados vão de encontro ao referido na literatura, particularmente nas investigações que evidenciam correlações positivas entre as relações de amizade e o bem-estar subjetivo (Argyle, 1999; Myers, 1999; Veenhoven, 1984, cit. por Simões et al., 2003; Sousa, 2012). Igualmente, o relacionamento amoroso, nomeadamente a condição de estar casado demonstra correlações positivas com o bem-estar subjetivo (Simões et al, 2000). Os estudos mencionam ainda correlações positivas entre a confiança e as relações de intimidade (Larzelere & Huston 1980; Lamn, 1998; Rempel et al., 1985; Rotenberg, 1994) e em relações próximas de amizade (Rotenberg, 1991; Wieselquist, 2007). Também devem ser referidos os estudos que relatam que a disposição dos

indivíduos em confiar está ligada ao bem-estar (Barefoot et al., 1998; Bernath & Feshbach, 1995; Rotenberg, 2001). Desta forma, foi possível corroborar esta hipótese, pois estabelecem-se relações positivas significativas entre a confiança interpessoal, quer em relações com o melhor amigo quer com o par amoroso, a satisfação com a vida e o afeto positivo, e relações negativas com o afeto negativo.

A segunda hipótese pretendeu avaliar o poder preditivo dos níveis de confiança interpessoal, através da realização de regressões lineares para cada uma das escalas do bem-estar subjetivo. Neste sentido, partiu-se do pressuposto que níveis mais altos de confiança interpessoal, quer no par amoroso quer no melhor amigo, predizem níveis mais elevados de bem-estar subjetivo. Relativamente aos dados obtidos, estes permitem aceitar a hipótese. A Escala de Confiança Interpessoal no par amoroso apresenta resultados modestos significativos relativamente à explicação da variância da satisfação com a vida, afeto positivo e afeto negativo. Por outro lado, a Escala de Confiança Interpessoal no melhor amigo apresenta valores considerados mais baixos mas significativos na explicação da variação das escalas que compõem o bem estar-subjetivo. Assim, é possível comprovar esta influência nos resultados estandardizados, pois é possível observar a relação negativa entre os níveis de confiança interpessoal e a afetividade negativa. No seu conjunto, os resultados obtidos também vão de encontro ao que foi considerado na revisão literária, particularmente a investigação que indica que a confiança e a estabilidade emocional eram bons preditores do bem-estar subjetivo (DeNeve & Cooper, 1998; Lima et al., 2001).

Na terceira hipótese pretendeu-se analisar as relações de associação entre as variáveis sociobiográficas, a confiança interpessoal e o bem-estar subjetivo, através da execução do Coeficiente de Correlação de *Spearman*. Foi possível observar uma relação negativa considerada muito baixa, mas estatisticamente significativa entre a Escala de Confiança Interpessoal no melhor amigo e o índice de problemas de vida relatados. Por sua vez, a escala SWLS obteve uma correlação negativa baixa com o índice de problemas. A subescala de Afeto Positivo obteve uma correlação positiva baixa com a variável nível socioeconómico. Como já era esperado, a subescala de Afeto negativo teve uma correlação positiva moderada com o índice de problemas. A Escala de Confiança Interpessoal no par amoroso também obteve uma correlação negativa baixa com o índice de problemas e uma correlação negativa muito baixa com a variável número de meses de relacionamento. Desta forma, apesar dos resultados de baixa magnitude, mas significativos, eles vão de encontro ao que era esperado pela literatura, especificamente os estudos que referem que as variáveis sociobiográficas apenas explicam uma pequena parte do bem-estar subjetivo (Simões et al., 2000; Diener et al., 1999; DeNeve & Cooper, 1998; Diener, 1984; Veenhoven, 1984, cit. por Simões et al., 2003). Especificamente, a variável idade obteve correlações pequenas com o bem-estar subjetivo, o que foi possível verificar em estudos anteriores (Lima et al., 2001; Simões et al., 2000; Argyle, 1999; Veenhoven, 1984, cit. por Simões et al., 2003; Stock, Okun, Haring & Witter, 1985; Simões et al., 2003). Já o índice de problemas demonstrou correlações mais fortes, em comparação com as outras variáveis, o que também está de acordo com o que já tinha sido concluído em literatura anterior, nomeadamente nos estudos que referem a variável saúde (física e mental) como um bom preditor do bem-estar subjetivo (Simões et al., 2000; Diener et al., 1999; Veenhoven, 1984, cit. por Simões et al., 2003; Diener, 1984; Larsen, 1978, cit por Diener, et al., 1985).

A quarta e quinta hipóteses pretendem analisar diferenças nas escalas de confiança interpessoal e bem-estar subjetivo segundo as variáveis sociobiográficas. Mais especificamente, a hipótese 4 teve como finalidade analisar as diferenças de género nas

distintas escalas, pelo que se procedeu à execução do teste de *Mann-Whitney.* Partiu-se do pressuposto que o género feminino iria obter níveis mais elevados de confiança interpessoal, satisfação com a vida e afeto negativo e níveis mais baixos de afeto postivo. Foi possível obter diferenças estatisticamente significativas entre os géneros na Escala de Confiança Interpessoal no melhor amigo, no fator *emocional* e no fator *fidelidade*. Estes resultados vão de encontro ao esperado (Williams, 2013), ou seja, o género masculino apresenta resultados mais baixos ao nível da confiança interpessoal no melhor amigo. Neste sentido, o género masculino parece apresentar maiores dificuldades nas relações de confiança em comparação com o género feminino. No entanto, será necessário referir que as investigações sobre o papel do género na confiança interpessoal ainda não são conclusivas (Haselhuhn et al. 2015; Rotenberg et al., 2010; Sijtsma et al., 2023), requerendo-se mais pesquisa sobre este aspeto. Não foram encontradas diferenças estatisticamente significativas entre os géneros nas escalas do bem-estar subjetivo, indo o resultado de encontro aos estudos de Neto e colaboradores (1990) e Diener e Diener (1995). Apesar de as diferenças não serem estatisticamente significativas, é possível verificar que o grupo feminino apresenta níveis mais baixos de afeto positivo e níveis mais altos de afeto negativo, resultados já referidos anteriormente (Assunção, 2014; Rask et al, 2002). Contrariamente aos nossos resultados e aos de Neto e colaboradores (1990) e de Diener e Diener (1995), certa literatura indica que o género masculino apresenta níveis mais elevados de satisfação com a vida (Arita, 2005; Assunção, 2014; Goede, Sprulit, & Maas, 1999). Parece, então, ser necessário continuar a aprofundar a pesquisa em torno do efeito do género.

A quinta hipótese pretendeu analisar se existem diferenças nas escalas de confiança interpessoal e de bem-estar subjetivo, atendendo aos grupos de idade. Desta forma, partiu-se do pressuposto que os níveis de confiança interpessoal e de bem-estar subjetivo aumentam com a idade. O teste desta hipótese foi realizado, através da execução de uma *One-Way Anova* e do teste *post-hoc* de *Bonferroni.* Foi possível verificar que os níveis de confiança interpessoal e de bem-estar subjetivo diminuem de grupo para grupo de idade, quer isto dizer que os resultados diminuem à medida que a idade aumenta. Estes resultados revelam-se significativos ao nível da satisfação com a vida e na confiança interpessoal no par amoroso. Mais especificamente, entre os grupos de idade dos 18 aos 24 e dos 25 aos 44 anos e os grupos de idade dos 18 aos 24 e dos 45 aos 65 anos observam-se diferenças significativas na escala de SWLS. Assim, verifica-se uma diminuição significativa nos níveis de satisfação com a vida, quando a idade aumenta. Estes resultados não vão de encontro ao que era esperado, de acordo com a revisão da literatura (e.g., Simões et al., 2000), a partir da qual se previa que, com o aumento da idade, a satisfação com a vida e o afeto positivo aumentariam e o afeto negativo diminuiria ou estabilizaria. Também se verificaram diferenças estatisticamente significativas na escala de confiança no par amoroso e respetivos fatores, entre os grupos de idade dos 18 aos 24 anos e dos 45 aos 65 anos e nos grupos de idade dos 25 aos 44 e dos 45 aos 65 anos. Em suma, verificou-se que os níveis de confiança interpessoal (tanto no par amoroso como no melhor amigo) diminuem à medida que os anos passam. Os resultados referentes à confiança estabelecem um pequeno contrassenso. Por um lado, existem estudos que estabelecem que a confiança numa relação diminui com o passar do tempo (Rousseau, Sitkin & Camerer, 1998). Por outro lado, existem outros que referem que os níveis de confiança vão aumentando com a idade (Sutter & Kocher, 2007). Conclui-se então pela necessidade de realização de mais investigação.

A sexta hipótese levantada prende-se com a necessidade de analisar a existência de diferenças na magnitude da associação entre um grupo específico de problemas e as escalas de confiança interpessoal e de bem-estar subjetivo, sendo a sua análise executada novamente através do Coeficiente de Correlação de *Spearman.* Desta forma, foi possível observar correlações negativas significativas entre a Escala de Confiança Interpessoal no melhor amigo e os problemas relacionados com as relações amorosas. Também foram encontradas correlações negativas significativas entre a Escala de Satisfação com a Vida e problemas relacionados com a ansiedade, *stress*, tabaco e de ordem familiar. A subescala de NA obteve uma correlação positiva moderada significativa com a ansiedade e correlações consideradas baixas significativas com o *stress* e com problemas de ordem familiar. Foi possível observar uma correlação negativa significativa entre a Escala de Confiança Interpessoal no par amoroso e a ansiedade. Verificaram-se também correlações negativas significativas entre o fator *emocional* e os problemas de ansiedade, tabaco e relações amorosas. Por sua vez, o fator *fidelidade* obteve uma correlação negativa significativa com a ansiedade. As diferenças estatisticamente significativas nas magnitudes de associação ocorrem principalmente tendo por base problemas relacionados com a ansiedade, *stress* e de ordem familiar. Estes resultados vão de encontro aos estudos que relacionam o bem-estar subjetivo e os traços de personalidade (DeNeve & Cooper, 1998; Diener, Oishs & Cooper, 2003; Simões et al, 2000), onde existem correlações moderadas entre o bem-estar subjetivo e o neuroticismo (no qual podemos observar a ansiedade como faceta). Neste sentido, as diferenças estatisticamente significativas, atendendo aos problemas relacionados com a ansiedade e o *stress*, podem explicar uma diminuição dos níveis de bem-estar subjetivo. Também foi possível verificar que os níveis de confiança interpessoal diminuem com o aumento dos problemas indo de encontro ao estudo de Schneider, Koninjn, Rightti, e Rusbult (2011), que identificou que problemas de saúde, nomeadamente de ansiedade e *stress,* diminuem os níveis de confiança interpessoal.

Por último, a sétima hipótese prende-se com a avaliação do papel do índice dos problemas mencionados na Escala de Confiança Interpessoal no par amoroso e no bem-estar subjetivo, através da execução de regressões lineares simples. Partiu-se do pressuposto que o aumento de problemas mencionados predizem níveis mais baixos de confiança interpessoal no par amoroso e de bem-estar subjetivo. Esta hipótese confirmou-se e foi possível observar que o índice de problemas explica uma diminuição significativa da variância da confiança do par amoroso, da satisfação com a vida e da afetividade positiva. Também explica um aumento muito significativo da variação da afetividade negativa. Estes resultados corroboram os de estudos anteriormente referidos (Schneider et al., 2011).

6. CONCLUSÕES

Um dos principais objetivos desta investigação foi analisar a relação entre a confiança interpessoal, no par amoroso e no melhor amigo, o bem-estar subjetivo e as variáveis sociobiográficas. Foi possível verificar correlações significativas baixas entre as escalas de confiança interpessoal, tanto no melhor amigo como no par amoroso, e as escalas que compõem o bem-estar subjetivo. Igualmente, foi possível verificar que a confiança desempenha um papel preditor modesto, mas significativo, na variação das escalas do bem-estar subjetivo. As variáveis sociobiográficas correlacionam-se de forma baixa e modesta com a confiança interpessoal e o bem-estar subjetivo. Também foi possível identificar diferenças significativas de géneros na confiança interpessoal relativa ao

melhor amigo, com resultados mais favoráveis para as mulheres. Do mesmo modo, registaram-se diferenças significativas entre os grupos de idade na satisfação com a vida, nomeadamente entre o grupo de adultos emergentes e o grupo de jovens adultos; e na confiança interpessoal no par amoroso, entre o grupo de jovens adultos e os grupos de adultos emergentes e adultos de meia-idade. Por último, foi possível constatar que o índice de problemas de vida relatados explica uma pequena parte da variação da confiança interpessoal e do bem-estar subjetivo.

Podemos considerar como um dos pontos positivos desta investigação, a contribuição realizada para o estudo psicométrico da adaptação portuguesa da Escala de Confiança Interpessoal. Desta forma, foi possível verificar a fidelidade e adequação da utilização da escala na população adulta, sendo desejável, em próximas pesquisas, aprofundar o estudo da estrutura fatorial decorrente do Modelo de Confiança Interpessoal de Rotenberg (1994), já testada noutros estudos da adaptação portuguesa (Vale-Dias & Franco-Borges, 2014; Minas, 2014; Santos, 2014). Neste sentido, podemos realçar os resultados robustos obtidos na Escala de Confiança Interpessoal no par amoroso. Igualmente, é possível destacar a versatilidade desta escala, na possibilidade de avaliar os níveis de confiança interpessoal considerando diferentes alvos, como por exemplo o par amoroso e o melhor amigo.

Também pode ser destacado como ponto positivo, a utilização de medidas afetivas e cognitivas, o que possibilitou uma avaliação íntegra do bem-estar subjetivo. Do mesmo modo, podemos referir o estudo de variáveis desenvolvimentais, tais como a confiança interpessoal (Sijtsma et al., 2023), considerando diferentes fases da vida adulta, que ainda não foram descritas na literatura, sendo que, por isso, se justifica dizer que este pode ser visto como um estudo inovador, pelo menos, no contexto nacional.

Por outro lado, as limitações deste estudo prendem-se com os desequilíbrios que se verificaram na amostra, nomeadamente a existência de mais sujeitos do género feminino e de sujeitos com idades compreendidas entre os 18 a 24 anos. Também deve ser destacada a baixa magnitude dos resultados de alguns testes, e, ainda, a utilização de apenas instrumentos de autorrelato, o que pode levar ao enviesamento das perceções e crenças (Ma et al., 2020), isto é, das respostas dos sujeitos.

Para investigações futuras referimos a necessidade de continuar os estudos psicométricos da adaptação portuguesa da Escala de Confiança Interpessoal, atendendo à diversidade de possíveis alvos. Adicionalmente mencionamos a necessidade de replicar este estudo com uma amostra mais alargada e diversificada em termos culturais. Igualmente referimos a possibilidade de execução de um estudo longitudinal, de forma a perceber as razões da diminuição dos níveis de confiança interpessoal e de bem-estar subjetivo ao longo do tempo. Levantamos também a hipótese de realização de estudos que reflitam o controlo de variáveis sociobiográficas, como por exemplo, a orientação sexual e a religião. Do mesmo modo, seria interessante estudar a relação entre a confiança interpessoal, o bem-estar subjetivo e a psicopatologia ou problemas de comportamento, tal como já iniciado por alguns autores (e.g., Aebi et al., 2022; Bell et al., 2019). Por último, destacamos a possibilidade de investigar a relação entre a confiança interpessoal e os acontecimentos de vida que marcam a vivência amorosa.

REFERÊNCIAS

[1] Aebi, M., Haynes, M., Bessler, C. et al. (2022). Associations of interpersonal trust with juvenile offending/conduct disorder, callous-unemotional traits, and criminal recidivism. *Sci Rep 12*, 7594. https://doi.org/10.1038/s41598-022-11777-6

[2] American Psychological Association (2010). *Ethical Principles of Psychologists and Code of Conduct.* Retirada a 10 de janeiro de 2022, em: http://www.apa.org/ethics/code/.

[3] Argyle, M. (1999). Causes and correlates of happiness. In D. Kahneman, E. Diener, & N. Schwarz (Eds.), Well-being: *The foundations of hedonic psychology* (pp. 353–373). Russell Sage Foundation.

[4] Arita, B. Y. W. (2005). Satisfaction with life and the homeostatic theory of well-being. *Psicología y Salud, 15*(1): 121-126. https://psicologiaysalud.uv.mx/index.php/psicysalud/article/view/826

[5] Assunção, C. M. A. (2014). *O bem-estar subjetivo na adolescência: contributos das variáveis sociodemográficas e psicológicas.* Dissertação de Mestrado não publicada apresentada à Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra.

[6] Barefoot, J.C., Maynard, K. E., Beckham, J. C., Brammett, B. H., Hooker, K., & Siegler, I. C. (1998). Trust, health and longevity. *Journal of Behavioral Medicine, 21,* 517–526. https://doi.org/10.1023/a:1018792528008.

[7] Bell, V., Robinson, B., Katona, C., Fett, A.-K. & Shergill, S. (2019). When trust is lost: The impact of interpersonal trauma on social interactions. *Psychol. Med. 49*, 1041–1046. https://doi.org/10.1017/S0033291718001800.

[8] Benoit, V.; Gabola, P. (2021). Effects of Positive Psychology Interventions on the Well-Being of Young Children:A Systematic Literature Review. *Int. J. Environ. Res. Public Health, 18*,12065. https://doi.org/10.3390/ijerph182212065

[9] Bernath, M. S., & Feshbach, N. D. (1995). Children's trust: Theory, assessment, development, and research directions. *Applied & Preventive Psychology, 4*(1), 1–19. https://doi.org/10.1016/S0962-1849(05)80048-4

[10] ierhoff, H. W. (1992). Trust and trustworthiness. In L. Montada, S.-H. Filipp, & M. J. Lerner (Eds.), *Life crises and experiences of loss in adulthood* (pp. 411–433). Lawrence Erlbaum Associates, Inc.

[11] Bowlby, J. (1969). *Attachment and Loss, Vol. 1: Attachment. Attachment and Loss*. New York: Basic Books.

[12] Diener, E. (1984). Subjective well-being. *Psychological Bulletin*, *95*, 542-575. https://doi.org/10.1037/0033-2909.95.3.542

[13] Diener, E., & Diener, M. (1995). Cross-cultural correlates of life satisfaction and self-esteem. *Journal of Personality and Social Psychology*, *68*, 653-663. https://doi.org/10.1037/0022-3514.68.4.653

[14] Diener, E., Emmons, R. A., Larsen, R. J., Griffin, S. (1985). The satisfaction with life scale. *Journal of Personality Assessment, 49*(1), 71-75. https://doi.org/10.1207/s15327752jpa4901_13

[15] Diener, E., & Lucas, R. E. (1999). Personality and subjective well-being. In D. Kahneman, E. Diener & N. Schwartz (Eds.). *Well-being: the foundations of hedonic psychology* (pp. 213-229). New York: Russel Sage Foundation.

[16] Diener, E., Suh, E. M., Lucas, R. E., & Smith, H. L. (1999). Subjective well-being: three decades of progresso. *Psychological Bulletin, 125* (2), 276-302. https://doi.org/10.1037/0033-2909.125.2.276

[17] Diener, E., Oishi, S., & Lucas, R. E. (2003). Personality, culture and subjective well-being: emotional and cogntive evalutions of life. *Annual Review of Psychology, 54*, 403-425. https://doi.org/10.1146/annurev.psych.54.101601.145056

[18] Diener, E., Lucas, R. E. & Oishi, S. (2005). Subjective well-being: the science of happiness and life satisfaction. In C. R. Snyder, & S. J. Lopez (Eds.), *Handbook of Positive Psychology* (pp.63-73). NewYork: Oxford University Press.

[19] DeNeve, K. M., & Cooper, H. (1998). The happy personality: a meta-analysis of 137 personality traits and subjective well-being. *Psychological Bulletin, 124* (2), 197-229. https://doi.org/10.1037/0033-2909.124.2.197

[20] Erikson, E. H. (1963). *Childhood and society* (2nd Ed.). New York: Norton.

[21] Galinha, I. C., & Ribeiro, J. L. (2005a). História e evolução do conceito de bem-estar subjectivo. *Psicologia, Saúde & Doenças*, 6 (2), 203-214.

[22] Galinha, I. C. & Pais-Ribeiro, J. L. (2005b). Contribuição para o estudo da versão portuguesa da Positive and Negative Affect Schedule (Panas): II – Estudo Psicométrico. *Análise Psicológica, 2* (XXIII), 219-227. https://doi.org/10.14417/ap.84

[23] Galinha, I. C. (2008). *Bem-estar Subjectivo – factores cognitivos, afectivos e contextuais.* Coimbra: Quarteto.

[24] Goede, M., Sprulit, E., & Maas, C. (1999). Individual and family factors and adolescent well-being: A multi-level analysis. *Social Behavior and Personality, 27* (3), 263-280.

[25] Haselhuhn, M. P., Kennedy, J. A., Kray, L. J., Van Zant, A. B., & Schweitzer, M. E. (2015). Gender differences in trust dynamics: Women trust more than men following a trust violation. *Journal of Experimental Social Psychology, 56*, 104–109. https://doi.org/10.1016/j.jesp.2014.09.007.

[26] Instituto Nacional de Estatística (2011). *Classificação Portuguesa das Profissões, 2010*. Retirada a 12 de dezembro de 2024, em: http://azores.gov.pt/NR/rdonlyres/2750F07D-9748-438F-BA47-7AA1F8C3D794/0/CPP2010.pdf.

[27] Johnson-George, C., & Swap, W. C. (1982). Measurement of specific interpersonal trust: Construction and validation of a scale to assess trust in a specific other. *Journal of Personality and Social Psychology, 43*(6), 1306-1317. https://doi.org/10.1037/0022-3514.43.6.1306

[28] Keyes, C. L. M. (1998). Social well-being. *Social Psychology Quarterly, 61*, 121–140. https://doi.org/10.2307/2787065

[29] Kramer, R. M., & Tyler, T. R. (Eds.). (1996). *Trust in organizations: Frontiers of theory and research*. Sage Publications, Inc.

[30] Lamm, H. (1998). Subjective determinants of attraction: Self-perceived causes of the rise and decline of liking, love, and being in love. https://doi.org/10.1111/j.1475-6811.1998.tb00161.x

[31] Leontopoulou, S. (2015). A positive psychology intervention with emerging adults. *The European Journal of Counselling Psychology, 3*(2), 113-136. https://doi.org/10.23668/psycharchives.2015

[32] Lima, M. P., Simões, A., Vieira, C. M. C., Oliveira, A. L., Ferreira, J. A. G. A., Pinheiro, M. R. M. M., & Matos, A. P. M. (2001). O bem-estar subjectivo na meia-idade: do mito à realidade. *Revista Portuguesa de Pedagogia, 35*(1), 149-170.

[33] Ma, I., Westhoff, B., & van Duijvenvoorde, A. C. K. (2020). The cognitive mechanisms that drive social belief updates during adolescence. *BioRxiv*. https://doi.org/10.1101/2020.05.19.105114.

[34] Maia de Carvalho, M. P. & Vale-Dias, M.L. (2012). Saúde mental e desenvolvimento pessoal positivo. *International Journal of Developmental and Educational Psychology-INFAD Revista de Psicología, 1*(4), 135-144. Acedido 23/12/2025: https://core.ac.uk/download/pdf/72045823.pdf

[35] Martins, C. (2011). *Manual de análise de dados quantitativos com recurso ao IBM SPSS: saber decidir, fazer, interpretar e redigir.* Braga: Psiquilibrios Edições.

[36] Minas, B.D. F. (2014). *A violência nas relações íntimas: prevalência e estudo de relações de confiança interpessoal e com a esperança.* Dissertação de Mestrado não publicada apresentada à Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra.

[37] Myers, D. G. (1999). Close relationships and quality of life. In D. Kahneman, E. Diener, & N. Schwarz (Eds.), *Well-being: The foundations of hedonic psychology* (pp. 374–391). Russell Sage Foundation.

[38] Neto, F., Barros, J. e Barros, A. (1990). Satisfação com a vida. In L. Almeida et al. (Eds.). *A Acção educativa: análise psicossocial* (2ª reimpr.) (pp. 105-117). Leiria: ESEL/APPORT.

[39] Novo, R. F. (2005). Bem-estar e Psicologia: conceitos e propostas de avaliação. *Revista Iberoamericana de Diagnòstico y Evaluaciòn Psicològica. 20* (2), 183-203.

[40] Nunnally, J. C. (1978). *Psychometric theory* (2nd ed.). NewYork: McGraw-Hill.

[41] Ordem dos Psicólogos (2011). *Código deontológico da Ordem dos Psicólogos Portugueses*. Retirada a 10 janeiro de 2022, em: https://www.ordemdospsicologos.pt/pt/cod_deontologico.

[42] Parks, A.C.; Schueller, S. (Eds.). (2014). *The Wiley Blackwell Handbook of Positive Psychological Interventions*. Wiley-Blackwell: New York, NY.

[43] Pavot, W. & Diener, E. (1993). Review of the Satisfaction with Life Scale. *Psychological Assessement, 5*, 164-172.

[44] Pereira, A. (2003). *SPSS - Guia prático de utilização. Análise de dados para Ciências Sociais e Psicologia (4ª edição)*. Lisboa: Edições Sílabo, Lda.

[45] Pestana, M. L. & Gajeiro, J. N. (2008). *Análise de dados para Ciências Sociais. A complementaridade do SPSS* (5ªEds). Lisboa: Edições Sílabo.

[46] Rask K, Astedt-Kurki P, Laippala P. (2002). Adolescent subjective well-being and realized values. *Journal of Advance Nursing, 38*(3), 254-263. 254-63. https://doi.org/10.1046/j.1365-2648.2002.02175.x.

[47] Rempel, J., Holmes, J & Zanna, M. (1985). Trust in close relationships. *Journal of Personality and Social Psychology*, *49*(1), 95-112. https://doi.org/10.1037/0022-3514.49.1.95

[48] Rohner, R., Melendez, T., & Kraimer-Rickaby, L. (2008). Intimate partner acceptance, parental acceptance in childhood, and psychological adjustment among american adults is on going attachment relationships. *Cross-Cultural Research, 42*(1), 13.

[49] Rotenberg, K. J. (1991) *Children's interpersonal trust: sensitivity to lying, deception, and promise violations*. Springer, New York.

[50] Rotenberg, K. (1994). Loneliness and interpersonal trust. *Journal of Social and Clinical Psychology*, 13(2), 152-173. https://doi.org/10.1521/jscp.1994.13.2.152

[51] Rotenberg, K. J. (2001). Interpersonal trust across the lifespan. In N. J. Smelser & P. B. Baltes (Eds.), *International Encyclopedia of the Social & Behavioral Sciences* (pp. 7866-7868). New York: Pergamon.

[52] Rotenberg, K. J. (2010). The conceptualization of interpersonal trust: a basis, domain and target framework. In K. J. Rotenberg (Eds.), *Interpersonal trust during childhood and adolescence.* (pp. 8-27). University of Keele: Cambridge University Press.

[53] Rotenberg, K.J. (2019). *The Psychology of Interpersonal Trust: Theory and Research* (1st ed.). Routledge. https://doi.org/10.4324/9781351035743

[54] Rotenberg, K. J., Addis, N., Betts, L. R., Fox, C., Hobson, Z., Rennison, S., Trueman, M., & Boulton, M. J. (2010). The relation between trust beliefs and loneliness during early childhood,middle childhood and adulthood. Personality and Social Psychology Bulletin, 36, 1086–1100. https://doi.org/10.1177/0146167210374957.

[55] Rotter, J. B. (1967). A new scale for the measurement of interpersonal trust. *Journal of Personality, 35*, 651-665. https://doi.org/10.1111/j.1467-6494.1967.tb01454.x

[56] Rousseau, D. M., Sitkin, S. B., Burt, R. S., & Camerer, C. (1998). Not so diferente after all: a cross-discipline view of trust. *Academy of Management Review, 23*(3), 393-404. http://www.jstor.org/stable/259285

[57] Ryff, C. D. (1989). Happiness is everything, or is it? Explorations on the meaning of psychological well-being. *Journal of Personality and Social Psychology, 57*, 1069–1081. https://psycnet.apa.org/doi/10.1037/0022-3514.57.6.1069

[58] Santos, A.R. S. (2014). *Aceitação-rejeição parental e confiança interpessoal nas relações íntimas.* Dissertação de Mestrado não publicada apresentada à Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra.

[59] Schneider, I. R., Konijn, E.A, Righetti, F., & Rusbult (2011). *A healthy dose of trust: the relationship between interpersonal trust and health.* University of Amsterdam.

[60] Seligman, M. E. P., & Csikszentmihalyi, M. (2000). Positive psychology: an introduction. *The American Psychologist, 55*(1), 5-14. https://doi.org/10.1037/0003-066X.55.1.5

[61] Sijtsma, H., Lee, N.C., Braams, B.R., Hollarek, M., Walsh, R.J., Buuren, M. van, & Krabbendam, L. (2023). The development of adolescent trust behavior. *Journal of Experimental Child Psychology, 231*, 105653, https://doi.org/10.1016/j.jecp.2023.105653.

[62] Simões, A. (1992). Ulterior validação de uma Escala de Satisfação com a Vida (SWLS). *Revista Portuguesa de Pedagogia, XXVI*(3), 503-515.

[63] Simões, A. (1993). São os homens mais agressivos que as mulheres? *Revista Portuguesa de Pedagogia, XXVII*(3), 387-404.

[64] Simões, A., Ferreira, J. A. G. A., Lima, M. P., Pinheiro, M. R. M. M., Vieira, C. M. C., Matos, A. P. M., & Oliveira, A. L. (2000). O bem-estar subjectivo: estado actual dos conhecimentos. *Psicologia, Educação e Cultura, IV*(2), 243-279.

[65] Simões, A., Ferreira, J., Lima, M., Pinheiro, M., C., Matos, A., & Oliveira, C. (2003). O bem-estar subjectivo nos adultos: um estudo transversal. *Revista Portuguesa de Pedagogia, 37*(1), 5-30.

[66] Simões, M. M. R. (2000). *Investigações no âmbito da aferição nacional do teste das Matrizes Progressivas Coloridas de Raven (M. P. C. R).* Tese de Doutoramento em Psicologia, Especialização em Avaliação Psicológica, apresentada à Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra. Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian.

[67] Sin, N. L., & Lyubomirsky, S. (2009). Enhancing well-being and alleviating depressive symptoms with positive psychology interventions: A practice-friendly meta-analysis. *Journal of Clinical Psychology, 65*, 467-487. https://doi.org/10.1002/jclp.20593

[68] Simpson, J. A. (2007). Psychological foundations of trust. *Current Directions in Psychological Science, 16*, 264-268. https://doi.org/10.1111/j.1467-8721.2007.00517.x

[69] Sousa, D. A. (2012). Intimate friendship relationships among young adults. *Paidéia, 22*(53), 325-333. doi:http://dx.doi.org/10.1590/1982-43272253201304

[70] Stock, W., Okun. M., Haring, M., & Witter, R. (1985). *Human Development, 28* (4): 192–197. https://doi.org/10.1159/000272960

[71] Sutter, M., & Kocher, M.G. (2007). Trust and trustworthiness across different age groups. *Games Econ. Behav., 59*, 364-382. https://doi.org/10.1016/j.geb.2006.07.006

[72] Vale-Dias, M. & Franco-Borges, G. (2014). *Adaptação portuguesa da Escala de Confiança Interpessoal (Rotenberg´s Specific Trust Scale-Adults).* Documento não publicado.

[73] Watson, D., Clark, L. A., & Tellegen, A. (1988). Development and validation of brief measures of positive and negative Affect: The PANAS Scales. *Journal of Personality and Social Psychology. 54*(6), 1063-1070. https://doi.org/10.1037/0022-3514.54.6.1063

[74] Wieselquist, J. (2007). Commitment and Trust in Young Adult Friendships. *Interpersona: An International Journal on Personal Relationships, 1*(2), Article e3169. https://doi.org/10.5964/ijpr.v1i2.14

[75] Williams, T. (2013). *The psychology of interpersonal trust. How peopel feel when it comes to trusting someone.* McKendree University.

Capítulo 3

A uberização no Brasil: neoliberalismo e legitimação do trabalho precário

Sérgio Luiz de Oliveira Muniz
Vanessa Dias de Oliveira

Resumo: A uberização das relações de trabalho faz parte de um processo totalizador de reorganização e controle de trabalhadores e trabalhadoras por meio do gerenciamento de plataformas digitais. A uberização se caracteriza pela individualização, fragmentação, informalidade e precariedade do trabalho, um autogerenciamento subordinado com expressividade na realidade nacional. Esse novo reordenamento socioeconômico coloca o país na liderança de usuários do serviço e, igualmente, no número de trabalhadores incorporados na atividade. Desse modo, a pesquisa lança um olhar geográfico sobre os desdobramentos da uberização no Brasil e seus determinantes na reorganização territorial do trabalho no comércio e serviços. A partir de leituras interdisciplinares de artigos, teses, livros e acesso aos dados sobre o trabalho mediado por plataformas (IBGE, Uber,) identificou-se a expansão funcional e contraditória dessas modalidades exploratórias, ancoradas no discurso da autonomia de trabalhadores de um lado, bem como da expectativa/discurso de melhoria dos serviços de locomoção e da mobilidade urbana de outro. As pesquisas revelam que há uma dispersão funcional do trabalho controlada de forma centralizada por plataformas, especialmente através de tablets e smartphones, que não só escamoteiam a superexploração, como potencializam-na. Conforma-se uma "geografia do trabalho uberizado" e precário que pode ser feito em qualquer lugar e em qualquer tempo, legitimado pela destruição neoliberal de direitos ou mesmo pela inexistência deles. Uma farta disponibilidade de trabalhadores/as é parcialmente absorvida localmente, num ritmo ininterrupto, que amplia o fluxo de veículos nas cidades, aumenta os custos de locomoção e da jornada laboral sem retorno satisfatório para usuários e motoristas que exercem a atividade. Sob o estandarte da liberdade o mito do empreendedorismo é colocado nas ruas, nas costas do trabalho precário e da autoexploração eficaz como mérito.

Palavras-chave: trabalho, uberização, neoliberalismo, plataformização e precariedade.

1. INTRODUÇÃO

O interesse pela temática surgiu através das pesquisas para a disciplina optativa de Tópicos Especiais em Geografia Humana I, momento em que o contato com a temática do Neoliberalismo e as mudanças nas legislações do trabalho permitiram identificar seus rebatimentos geográficos no urbano e, consequentemente, delimitaram o interesse e horizonte deste Trabalho de Conclusão de Curso. Além do seminário, a realização de viagens pela Uber, em algumas ocasiões, foi um fato que chamou atenção enquanto realidade concreta e em crescimento.

As mudanças no mundo do trabalho nas últimas duas décadas são reveladoras de novos formatos produtivos e organizacionais do capitalismo. A reestruturação produtiva intensifica e engendra um mundo do trabalho que vai além dos espaços industriais tradicionais, expande-se nas atividades de comércio e serviços. Consequentemente, novas modalidades de exploração são criadas, como é o caso do trabalho mediado pelas plataformas digitais, que tem na uberização, seu exemplo predominante.

No bojo dessas novas forças produtivas está a denominada Indústria 4.0 caracterizada pela automatização e robotização, com o uso de algoritmos, a internet das coisas, o Big Data, a Inteligência Artificial, etc. Para Antunes (2020), no seio dessas novas engrenagens de controle e gerenciamento do trabalho, a uberização corresponde a um processo de individualização e invisibilização das relações de trabalho com tendências universais, sustentando-se na trípode terceirização-informalidade-flexibilidade. É uma hegemonia informacional e digital, sob comando do capital financeiro em que tablets e smartphones se convertem em instrumentos de controle e supervisão de grandes empresas, de forma remota e centralizada.

Essa tendência do mundo do trabalho tem encontrado terreno fértil no Brasil, historicamente e estruturalmente marcado pela informalidade, precariedade, por baixos salários e formado por uma débil legislação trabalhista, que vem sendo corroída pelo avanço neoliberal. O Brasil ocupa o primeiro lugar do mundo em número de trabalhadores vinculados às plataformas digitais (Uber) e também é o país que tem mais consumidores de transporte uberizado (Moura, 2025). Para se ter uma noção de tamanha relevância dessas plataformas Moura (2025) traz a fala do presidente da empresa Uber, Dara Kerosrowshahi, na qual afirma que é no Brasil que essa empresa concentra o maior número de motoristas e de viagens dentre os demais países de atuação da Uber, contando com 1,4 milhão de ubers, visto que, no ano de 2015 (segundo ano de atuação no Brasil), havia apenas 6 mil motoristas de acordo com The News (2022).

Desse modo, a funcionalidade do mundo do trabalho brasileiro revela a posição do país na Divisão Internacional do Trabalho através da extrema exploração; permite que empresas operem de forma ilimitada, reconfigurem a geografia de suas redes de produção com custos baixíssimos, uma vez que o desemprego coloca o trabalho mediado por plataformas, caso da uberização, como principal ou a única alternativa possível de empregabilidade no espaço urbano.

Ressalta-se que toda produção social do espaço (e territórios) pressupõe sua base fundante: a relação sociedade e natureza mediada pelo trabalho. Nesse sentido, as leituras se sustentaram no diálogo interdisciplinar com a Sociologia, Economia, Serviço Social, Filosofia e autores/autoras da Geografia que interpretam o mundo a partir da manifestação contraditória do trabalho no capitalismo. Desse modo, a pesquisa é de natureza teórica, baseada em leitura de artigos, livros e sites relacionados à temática da uberização e do acesso aos dados do IBGE (PNAD contínua) e dados no site da Uber.

Uma pesquisa cujo objetivo geral foi analisar os desdobramentos socioespaciais da uberização no Brasil e, como objetivos específicos: 1 - Relacionar o Neoliberalismo com a destruição dos direitos trabalhistas no país, por via da uberização; 2 - Destacar a funcionalidade de uma "geografia da uberização" frente ao desemprego e na acumulação capitalista contemporânea e 3 - Analisar as consequências da uberização para os trabalhadores nas cidades.

Os resultados revelam que o Estado de cunho neoliberal é o agente legitimador da precariedade do mundo do trabalho brasileiro ao desregulamentar as relações laborais e reafirmar a informalidade histórica e estrutural do país, atraindo trabalhadores desempregados ao rolo compressor da extrema exploração, mas sob discurso ideológico da autonomia e liberdade. A uberização projeta o empreendedorismo como norma, as plataformas aparecem como neutras, mas mantém intocada a subjugação da força de trabalho vital ao capitalismo via exploração desses trabalhadores nas cidades.

2. REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA, NEOLIBERALISMO E TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO

A sociedade capitalista é baseada na exploração ilimitada do trabalho com acúmulo desigual de riquezas, o que produz o conflito de classes a ela correspondente. Assim, a resposta para as históricas crises e contradições capitalistas tem sido: a incorporação tecnológica, a subordinação intensa dos trabalhadores e trabalhadoras e a destruição da natureza. A presença da mediação do Estado sempre foi e é o instrumento de regulamentação do trabalho em todas as fases do capitalismo, inclusive atualmente. O Neoliberalismo não corresponde a ausência do Estado (ele é o sustentáculo do funcionalismo do capitalismo), o que ocorre é o recuo da sua participação na garantia dos direitos e atendimento das demandas sociais.

O Estado, como defende Mascaro (2013), é o aparato necessário à reprodução das mercadorias e para as condições gerais de exploração do trabalho. No Neoliberalismo não temos a abolição da forma política estatal, havendo assim mais que nunca, sua intensificação. Se a economia capitalista se estrutura por meio do conflito, lastreada na apropriação de capitais e na exploração do trabalho, assim o Estado se apresenta em relação direta com a multiplicidade das contradições econômicas e sociais. O Neoliberalismo é a manifestação da regulação do Estado no regime de acumulação flexível e toyotista; permanece sendo uma política dos capitais passando pelos Estados. É através deste que toda desregulamentação da reestruturação produtiva se processa.

Ao se tratar da reestruturação produtiva, é necessário entender que ela é um traço próprio do funcionamento do capitalismo, ou seja, nesse sistema ocorrem ininterruptamente momentos de avanço das forças produtivas, sobretudo após as crises. Na década de 1970, com a crise estrutural do capital, o termo reestruturação produtiva ganha proeminência para delimitar a transição do taylorismo-fordismo (sustentado no Estado interventor) para o toyotismo (com o formato Neoliberal do Estado) para a tentativa da retomada do crescimento econômico. A tríade: estado Neoliberal, reestruturação produtiva e a financeirização, fazem parte do "remédio" para a crise em andamento e ainda não resolvida.

Posto isso, Antunes e Alves (2004) apresentam as principais tendências no contexto da reestruturação produtiva, cunhadas com as práticas neoliberais: redução dos trabalhadores estáveis (com garantias trabalhistas); aumento dos terceirizados (*part-*

time); número de mulheres cada vez maior no mercado (importante destacar que, geralmente, o mercado opta por colocá-las em empregos terceirizados recebendo menos e usufruindo de menos direitos que o público masculino); crescimento do setor de serviços; o público jovem não tem tantas expectativas em relação à empregabilidade; exclusão de indivíduos próximos dos 40 anos de idade (considerados "idosos" para o mercado); inserção de crianças de forma irregular; maior importância do "Terceiro Setor", onde algumas empresas assumem um caráter voluntário; mais pessoas trabalhando em domicílios e, por fim, o capital está cada vez mais transnacionalizado, logo, as empresas transnacionais possuem grandes poderes, caso das plataformas digitais com o trabalho uberizado. O mundo do trabalho não é mais o mesmo em relação às outras épocas, pois diversas mudanças acarretam transformações inéditas e irreversíveis, como o desemprego e a informalidade.

Ainda segundo os autores, o modelo toyotista determina as transformações em curso: "O mundo do trabalho atual tem recusado os trabalhadores herdeiros da 'cultura fordista', fortemente especializados, que são substituídos pelo trabalhador "polivalente e multifuncional" da era toyotista" (Antunes; Alves, 2004, p. 339). Atrelado a essa polivalência de funções, o Toyotismo adota um modelo de produção enxuta sob demanda com um alto grau de maquinário e com um número reduzido de trabalhadores na produção, isso acarreta, dentre outros fatores, em um aumento do número de desempregados (muitos vão para o setor informal). O Toyotismo também "captura" a subjetividade dos sujeitos, pois muitos dos que migram para a informalidade não reconhecem a posição de subordinação que ocupam, motivo pelo qual o trabalho informal, de viés empreendedor, se amplia: muitos que estão na condição de informalidade se consideram "empresários" e não pertencentes à classe trabalhadora, caso observado nos trabalhadores/as da Uber.

Conforme Harvey (2005) o surgimento de setores de produção inéditos tem promovido novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve aceleradas mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual, entre setores e regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado setor de serviços além da "compressão espaço-tempo". Tais mudanças são notórias na conformação do trabalho uberizado e concentrado nos espaços urbanos.

Com tais transformações, ressalta-se que o Estado neoliberal mantém sua função de atender os interesses do regime de acumulação flexível vigente. De acordo com Viana (2008), as raízes do Neoliberalismo aparecem na década de 1940, momento em que não possuía um viés político e prático na sociedade, pois vigorava o Estado de Bem-Estar Social, estruturador da regulação do trabalho e da economia capitalista do período. A prática neoliberal se difunde após a crise de 1970, com a chegada ao poder de Margaret Thatcher na Inglaterra em 1979, Ronald Reagan nos Estados Unidos em 1980 e Helmuth Kohl na Alemanha em 1982. A partir daí houve uma ampliação das práticas neoliberais no mundo; contexto esse que coincide com um ataque ampliado aos direitos sociais, trabalhistas e ambientais.

Ao final da década de 1980 ocorreu a passagem da fase emergente para a hegemônica do Neoliberalismo, momento em que o "capitalismo de Estado", de viés Keynesiano, estava em crise também e ocorria o desmonte da "proposta socialista" no mundo, como a queda do muro de Berlim (1989) e o fim Guerra Fria (1991). Nesse contexto de enfraquecimento da intervenção estatal e recuo do enfrentamento do capitalismo pelo

bloco socialista, os ideais neoliberais se frutificam. Ainda que o sistema capitalista estivesse igualmente dentro de uma crise sistêmica, o Neoliberalismo se expande como uma ideologia e prática solucionadora para as contradições do período (Viana, 2008).

Na expansão neoliberal o Estado é mínimo no que se refere ao investimento em políticas de assistência social, políticas sociais, investimentos em educação e saúde; atua em favor de políticas de repressão social e desmonte de direitos. No tocante às políticas públicas, o caráter focalizador e paliativo prevalece.

Nos anos 2000, a atuação do Estado se faz fortemente e claramente contrária às mobilizações da classe trabalhadora e movimentos sociais, tendo como intuito conter as revoltas de cunho popular. Tal período é denominado como neoliberalismo protofascista para Viana (2008). O Estado passa a atender claramente os interesses hegemônicos da burguesia e do grande capital de modo a reprimir e criminalizar manifestações em prol de melhores condições de vida para a população.

O Consenso de Washington, no final dos anos 1980, foi o grande responsável por levar a receita neoliberal ao mundo e contou com a participação de organismos internacionais como o Banco Mundial (BM), o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), na capital estadunidense. Batista (1994) discorre que o Consenso de Washington abrangeu 10 áreas: 1. Disciplina fiscal; 2. Priorização dos gastos públicos; 3. Reforma tributária; 4. Liberalização financeira; 5. Regime cambial; 6. Liberalização comercial; 7. Investimento Direto Estrangeiro; 8. Privatização; 9. Desregulação; e 10. Propriedade intelectual. Portanto, foi uma imposição estadunidense a ser seguida pelo restante do mundo, não respeitando as particularidades dos países.

Vale destacar que essas medidas serviram para mitigar as problemáticas no continente e não necessariamente solucioná-las; criaram o favorecimento para que a classe trabalhadora venha sendo extremamente explorada e o capital se mantenha (Fidelis; Branca e Alvarado, 2024). Logo, é impossível ocorrer uma diminuição da exploração dos trabalhadores e trabalhadoras: o Neoliberalismo é uma receita que promove o enfraquecimento do edifício social protetivo do trabalho.

Juntamente com o avanço neoliberal, a partir de 2011, os desdobramentos da Indústria 4.0 implementam um salto tecnológico ainda maior no gerenciamento e subjugação do trabalho. A condição denominada de "Quarta Revolução Industrial", constitui um conjunto de tecnologias inovadoras, como a nanotecnologia, as plataformas digitais, a inteligência artificial, a internet das coisas, etc. Gonsales (2020) enfatiza a capacidade logística das plataformas, caso do estudo da Uber, enquanto um controle centralizado do trabalho que determina valor, roteiro, desempenho, tomada de decisões e avaliação, sem processo seletivo de inserção (o contrato é instantâneo), além do aumento da alienação.

Schinestsck (2020) apresenta características dessa nova organização do labor: controle por programação com comandos e objetivos da empresa; adaptação em tempo real às imposições dos dados algoritmos; "liberdade" para o desempenho da atividade que esbarra na programação do algoritmo; gestão por ganhos e recompensa/punição; disponibilidade total para os objetivos da programação, o que explica a participação hegemônica de homens em vez de mulheres (que socialmente atendem demandas do trabalho reprodutivo); aliança e parceria de trabalhadores com a empresa e a atomização do mercado de trabalho. Essas características não perpassam apenas pela falta de regulação da atividade, mas especialmente pela sua relevância e funcionalidade na

produção de riqueza no setor de serviços.

No caso brasileiro um conjunto de fatores favorece a expansão dessas modalidades de exploração. Desde sua gênese, o mundo do trabalho no país foi pautado pelo contínuo excedente de força de trabalho, alta instabilidade, flexibilidade dos salários, frágil ou inexistente legislação protetora e profunda desigualdade regional. A superexploração do trabalho foi historicamente a garantia da articulação capitalista mundial em todas as fases. Nessa linha, Thomaz Júnior (2004) destaca a natureza da plasticidade do trabalho no país, especialmente nas formas mais expressivas da subproletarização: o trabalho parcial, temporário, domiciliar, informal, etc.

Tal plasticidade é hegemônica justamente porque nos espaços urbanos está o lócus da disponibilidade e exploração flexível do trabalho. Nas últimas décadas, a normalização do trabalho precário e a consolidação Neoliberal, completam o horizonte necessário à expansão das plataformas no país. A expansão da presença das empresas/aplicativos foi gradual, concentrada nas regiões Sudeste e Sul do Brasil, e depois se expandiu no restante do território alcançando as demais regiões.

3. CORROSÃO DOS PARCOS DIREITOS TRABALHISTAS COMO INCENTIVO PARA A UBERIZAÇÃO

A construção desses direitos trabalhistas no Brasil foi tardia. Nunca houve cobertura universal efetiva, desse modo, a precariedade sempre foi normatizada e normalizada. Discorrem Novaes *et.al* (2022) que no Brasil a partir do governo de Getúlio Dorneles Vargas (Getúlio Vargas) foi instituída a CLT (Consolidação da Leis Trabalhistas em 1943) ainda que com cobertura baixa e nos espaços urbanos, destacam-se na lei: o salário mínimo e jornada de trabalho de até oito horas diárias, sendo esses promulgados na então Constituição Federal de 1934. Campana (2000) ressalta para o período a criação da Carteira Profissional de Trabalho no ano de 1932. Nesse contexto, a criação do salário mínimo serviria para ampliar o mercado consumidor voltado para indústrias de bens de consumo, que estavam em expansão com mercadorias que se tornaram mais acessíveis ao trabalhador.

Também foram direitos instituídos nessa Constituição de 1934 as férias anuais com remuneração, proteção aos menores de 14 anos, a indenização para aqueles que fossem demitidos sem justa causa, além de assistência médica e sanitária. No ano de 1946 houve uma nova Constituição, que tornou a Justiça do Trabalho um Órgão do Judiciário, e permitiu o direito à greve que havia sido proibido e garantiu o seguro pelo empregado contra acidentes trabalhistas. (Luz; Santin, 2010).

Durante o período militar houve a promulgação de uma nova constituição, mais precisamente no ano de 1967 e a consequente criação do Programa de Integração Social (PIS) e do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), além de haver uma proibição do direito à greve, visto que esse direito, que havia sido reestabelecido na constituição de 1946, foi novamente proibido (Luz; Santin, 2010).

Sobre a atual Constituição, elaborada em 1988 e também conhecida como “Constituição Cidadã”, diversos outros direitos foram estabelecidos e ampliados, como licença às gestantes durante um prazo de 120 dias sem qualquer prejuízo, seguro- desemprego caso haja desemprego involuntário, ou seja, aquele que ocorre contra a vontade do trabalhador, proibição de diferença salarial relacionada a divergência de idade, cor de pele, sexo ou estado civil, salário mínimo estabelecido de forma unificada em nível nacional,

remuneração maior para aquelas atividades consideradas insalubres, penosas ou perigosas, trabalho normal de até oito horas ao dia, direito à aposentadoria, repouso com remuneração ao longo da semana com preferência nos domingos etc. (Constituição Federal, 2023).

Apesar dessas garantias constitucionais, o cenário neoliberal em que o Brasil está inserido há décadas tem sido marcado pelo seu descumprimento. Após 1990, ocorreram diversos ataques a regulamentação protetora, caso dos trabalhadores uberizados, que exercem suas atividades com longas jornadas, pois ficam à disposição de empresas de aplicativos de modo quase que ininterrupto (Filgueiras; Antunes, 2020).

Analisa Borges (2016) que o período compreendido entre a década de 1990 e início dos anos 2000, sobretudo nos governos neoliberais de Fernando Collor de Mello e Fernando Henrique Cardoso, as privatizações e ataques ao movimento sindical se ampliaram; além de terceirizações (inclusive em setores formais como a saúde e a segurança) e também uma explosão da informalidade. Como resultado da flexibilização das legislações, os interesses mercadológicos das grandes corporações foram garantidos. Durante o governo de Fernando Henrique Cardoso houve uma série de desmontes no tocante aos direitos dos trabalhadores, visto que, como dito anteriormente, a economia estava pautada, sobretudo, em atender as grandes corporações, ouseja, o foco em melhorar e desenvolver o nível social das classes populares não estavam condizentes com os interesses de mercado.

Afirma Campana (2000), que durante esse governo, por exemplo, além de haver um aumento na taxa de juros e uma abertura ao mercado internacional, os números relacionados ao desemprego tiveram um acréscimo. As medidas de governos neoliberais não trazem necessariamente melhorias para o trabalhador e, como afirma Novaes et. al (2022), o receituário neoliberal tem como intuito privatizar, terceirizar e enxugar os investimentos do Estado e ampliar formas capitalistas ainda mais lucrativas.

Durante a presidência de Luiz Inácio Lula da Silva (Lula) e de Dilma Viana Rousseff (Dilma Rousseff), os governos petistas adotaram um modelo mais intervencionista (diferente do neoliberal) com o intuito de atender minimamente a classe trabalhadora. Com isso, houve melhorias consideráveis para a população, como: a expansão do Bolsa Família, a política de valorização do salário mínimo, expansão do mercado consumidor de bens e serviços. Tais medidas promoveram a geração de cerca de 20 milhões de empregos durante os anos de 2003 a 2014. A criação do Microempreendedor Individual ou simplesmente “MEI”, adequou-se a esse cenário.

Após os anos de governo petista (2003-2006; 2007-2010; 2011-2014 e 2015- 2016), no ano de 2016 se estabeleceu um ataque estruturante aos direitos existentes, e isso se deu por conta do Impeachment (Golpe) da então presidente Dilma Rousseff e a chegada ao poder do seu vice Michel Miguel Elias Temer Lulia (Michel Temer). Diante disso, defende Borges (2016), houve um aumento no número de trabalhadores informais e de privatizações, uma vez que, as elites retomam o controle do patrimônio nacional, logo, as políticas sociais foram fragilizadas e, consequentemente, a classe trabalhadora foi novamente atingida. Além das privatizações e do crescimento da informalidade, amplia-se o número de terceirizações.

Após o impeachment uma importante lei foi criada em 2017 e surgiu também uma Emenda Constitucional em 2019, sendo elas, respectivamente, a lei nº 13.467/2017 ou simplesmente a Reforma Trabalhista e a EC nº 103/2019, responsável por alterar o artigo 4º da lei 6019/1974, que teve como principais mudanças o fato dos terceirizados poderem

prestar serviços nas atividades fim das empresas. Também houve uma diminuição salarial atrelada a um aumento na jornada de trabalho, ausência de equipamentos de proteção nos âmbitos individual e coletivo, aumentou-se os casos de trabalho análogos à escravidão e também a fragmentação dos sindicatos (Soares; Kieling, 2023). Ainda para os autores, essa lei também foi responsável por:

> A Lei 13.467/2017 inseriu o artigo 442-B na CLT para permitir a contratação de trabalhador na qualidade de autônomo, sem vínculo de emprego e seus consequentes direitos definidos no artigo 7º da Constituição Federal de 1988, tais como: recebimento de férias, décimo terceiro salário, aviso prévio, fundo de garantida pelo tempo de serviço, estabilidade acidentária, entre outros, decorrentes do contrato de trabalho do empregado definido no artigo 3º da CLT. Além do autônomo prestar serviço tão precário e intensificado como os demais empregados, sem usufruir dos referidos direitos previstos no artigo 7º da Constituição, o trabalhador autônomo pertence à categoria de contribuinte individual na legislação previdenciária reguladora do RGPS, de modo que o § 1º do artigo 18 da Lei nº 8.213/1991 o excluí do recebimento de benefícios acidentários (Soares; Kieling, 2023, n.p.).

Foram duas reformas significativas no centro do trabalho implementadas no governo Temer 2016: a Lei 13.467/2017 que regulamenta as novas modalidades de trabalho e a Lei 13.429/2017, flexibilizadoras do contrato de terceirização. A Reforma Trabalhista de Temer; já a Reforma da Previdência, atribuída pela Emenda Constitucional nº 103/2019 com o presidente Jair Messias Bolsonaro, completa o pacote. A justificação da modernização foi o "fermento que faltava no bolo" da ampliação da precariedade laboral. A proteção social degradada, somada ao enfraquecimento do poder dos sindicatos e do aumento do desemprego, promovem, entre outras formas de subsunções, a territorialização do trabalho precário nas cidades por aplicativos de transporte.

Um elemento também importante para a expansão da Uberização foi a demanda de mobilidade urbana tanto da Copa do Mundo 2014 como das Olimpíadas de 2016. Desde então os serviços de aplicativos se ampliam grandemente no país (como se observa no mapa a seguir) pois encontram uma abundância de informais, autossuficientes, que em vez de classe trabalhadora são denominados como prestadores de serviço: empreendedores.

Ressalta Tozi (2021) que outro fator explicativo para a expansão dessas plataformas no país associa-se ao fato do deslocamento urbano ser um "transtorno": com baixa cobertura e qualidade do transporte público, caro e com fluxo lento.

A expansão da Uber no Brasil é estruturalmente explicada a partir do formato da urbanização acelerada e sem planejamento, com a precariedade da infraestrutura de transportes coletivos demandante dos transportes alternativos e com preços mais acessíveis. Castanheira e Duarte (2018) destacam também: a concentração populacional, economias de aglomeração, engarrafamentos e sistemas de transporte público ineficiente atrativas para a territorialização dessas empresas.

A fronteira final para essa expansão da uberização e sua territorialização nas cidades foi transposta a partir de 2016 com as Reformas Trabalhistas, somada aos impactos econômicos da Pandemia de COVID-19 e a expansão do desemprego crônico. O avanço das formas de trabalho destituídas de direitos tem virado norma, alimentado pela

ampliação da superpopulação relativa que se torna domesticada ao trabalho parcializado e de fácil contratação, mas sem vínculo direto: caso da uberização.

4. UBERIZAÇÃO: LEGITIMAÇÃO DO TRABALHO PRECÁRIO

Quando se trata da uberização do trabalho, é de suma importância entender que tal fenômeno se refere a um desmantelamento de modo exacerbado das proteções trabalhistas. Muitas empresas ligadas às plataformas digitais afirmam ser uma fonte de intermédio entre os consumidores e os produtores e, além disso, ocorre uma relação informal de trabalho (sem direitos para o trabalhador). As empresas plataformizadas "oferecem" liberdade e flexibilidade àqueles que desejem se filiar a elas, porém, existem diversos entraves ao trabalhador: não há salário fixo; os custos fixos são dos trabalhadores; o empregado deve seguir o que foi determinado pelas empresas que estiver vinculado etc. (Filgueiras; Antunes, 2020).

A empresa de transportes Uber, que deu origem à expressão "Uberização", teve seu início em São Francisco (EUA) no ano de 2008 e se caracteriza, dentre outros fatores, por conta das suas corridas serem mais baratas que os táxis comuns (Franco; Ferraz, 2019). Os trabalhadores são responsáveis pelos meios necessários para as corridas além de se responsabilizar por esses meios, logo, os ganhos estão condicionados com a quantidade de corridas que o trabalhador fizer, ou seja, é incerta a renda que será obtida.

Alguns motoristas podem ser desligados caso não façam uma quantidade satisfatória de viagens e isso é claramente uma maneira de estimular a alta produtividade dos funcionários da empresa. Um outro detalhe bastante deplorável é o fato de haver avaliações por parte dos passageiros relacionados às viagens, sendo que, caso haja uma média inferior a 4,6 referentes às últimas 500 avaliações, o indivíduo pode ser suspenso ou até mesmo desligado da empresa, visto que o parâmetro de avaliação é entre 1 e 5 (Zamora; Augustin e Souza, 2021), portanto, por mais que haja uma propaganda de que há autonomia a quem deseja se filiar, a pessoa recebe punições, ou seja, existe contradições em relação a essa ideia vendida pelos capitalistas.

As empresas plataformizadas obtêm assim muitos lucros da exploração do trabalhador. A Uber recebe por intermediar indivíduos que buscam os seus serviços por meio da contratação dos trabalhadores ligado a empresa (Abílio, 2020). Ser parceiro aí é concordar com o que a empresa determina, sendo remunerado apenas quando está em operação. Conforme aponta Santos e Rosi (2021), os trabalhadores devem repassar 25% dos ganhos obtidos à empresa, essa é apenas uma das inúmeras formas de controle do trabalhador.

Ainda que a exploração seja imensa, observa-se formas de organização defensiva dos trabalhadores em prol de melhores condições, e isso é evidente na fala de Gonsales (2020, p. 134).

> A maior greve do setor aconteceu na Índia, país em que motoristas por aplicativos mais pulsam. Em fevereiro de 2017, mais de 100 mil motoristas, em Bangalore e Nova Deli, paralisaram suas atividades por duas semanas. Esses motoristas protestam por melhores remunerações, pelo aumento da tarifa-base, pela possibilidade de serem representados por associações e sindicatos e pela redução do número de motoristas ativos. Foi a terceira onda de protestos na Índia apenas no primeiro trimestre de 2017. Em outubro e novembro de 2018, em Deli e Mumbai, outras grandes manifestações eclodiram. Com aproximadamente 50 mil

> trabalhadores e trabalhadoras, a greve durou onze dias. Em julho e agosto de 2019, mais duas grandes mobilizações aconteceram em Calcutá, com respectivamente 25 mil e 10 mil trabalhadores e trabalhadoras (Gonsales, 2020, p. 134).

Apesar das formas de resistência, a exploração é muito mais crescente. No Brasil houve um aumento considerável de trabalhadores nessa situação, como afirma Mazza e Bueno (2023, n.p.):

> O número de motoristas de aplicativo e taxistas cresceu continuamente entre 2016 e 2019, e desde então se estabilizou. No terceiro trimestre de 2022, havia 945,5 mil brasileiros com essa ocupação. Já o número de entregadores, seja de moto ou por outros meios, decolou, puxando para cima as estatísticas de informais: eram 33 mil, passaram a ser 383 mil". Mazza e Bueno (2023, n.p.).

Com base nessa informação, é evidente que o fenômeno da Uberização se mostra com grande força sustentado na informalidade; se esta era considerada uma condição a ser superada em décadas passadas, hoje se coloca como solução necessária/normalizada. Um exemplo que evidencia o quão precarizado é este tipo de trabalho é o fato de que, no Brasil, motoristas que trabalham por aplicativo, por exemplo, no quarto trimestre do ano de 2021 (de outubro a dezembro) trabalhavam aproximadamente 42,9 horas semanais, enquanto o restante da população empregada trabalhou cerca de 39,3 horas semanalmente nesse mesmo período (Mazza; Bueno, 2023), deixando claro que o trabalhador uberizado à medida que decide ocupar essa função está propenso a enfrentar jornadas extenuantes.

De acordo com o The News (2022), o Brasil ocupa a primeira posição dentre os países em que os adultos mais solicitaram os serviços da Uber dentre o período de abril de 2021 e março de 2022; o percentual brasileiro é de 43%, seguido pela Índia com 42%, Austrália com 29%, Reino Unido com 22%, Estados Unidos (país de origem da empresa) com somente 18%. Ainda sobre o Brasil, essa é a empresa de transporte urbano mais conhecida, e ela foi e é vista como alternativa diante de diversos problemas de trânsito urbano nas cidades: baixa cobertura em determinados pontos das cidades, demora do deslocamento, custo versus qualidade da prestação do serviço, conforto e segurança.

A Uber no Brasil se instalou em poucas cidades no início de suas atividades: Rio de Janeiro (início da Uber no Brasil, em 15 de maio de 2014), São Paulo (junho de 2014), Belo Horizonte (setembro de 2014), Brasília (novembro de 2014) etc. A empresa usou da estratégia de se instalar inicialmente no Rio de Janeiro por conta da Copa do Mundo que começaria em breve, pois haveria um número muito grande de turistas do exterior que já eram mais habituados a usarem aplicativos de transportes, além do fato da Uber ser vista como sinônimo de "modernidade" em relação aos táxis convencionais. Foi no ano de 2016 em que ocorreu uma grande expansão da empresa no Brasil, posto que no mês de setembro daquele ano cerca de 12 cidades já haviam sido abrangidas pela Uber (11 capitais, como por exemplo São Paulo-SP, Belo Horizonte-MG, Brasília-DF e Porto Alegre-RS, além da cidade de Campinas) e, ao final do ano, no mês de dezembro a Uber já estava presente em 34 cidades brasileiras, número bem maior se comparado ao ano da chegada da Uber ao Brasil, pois em 2014 somente 4 cidades brasileiras ofertavam os serviços da Uber. Em 2018 ela arrecadou a cifra de cerca de US$ 959 milhões aqui no Brasil (Tozi, 2020). A abundância de trabalhadores mal remunerados e disponíveis são

uma excelente fonte de lucro.

No final de 2018 a Uber já abrangia 63 países no mundo e abarcava mais de 700 cidades, realizando em torno de 14 milhões de viagens diariamente, em que 74% dessas viagens eram realizadas fora dos EUA, seu país de origem. Além disso, sobre as viagens, as regiões metropolitanas de Chicago, Los Angeles, Nova York, São Paulo e Londres correspondem a 25% da totalidade (The News, 2022), ou seja, a empresa concentra suas atividades em áreas bastante conhecidas em detrimento de diversas outras localidades, visto que as regiões citadas são áreas estratégicas para a Uber.

Conforme dados elaborados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD contínua do IBGE), referentes ao quarto trimestre do ano de 2022 (outubro a dezembro), o público masculino abarca a maior parte dos plataformizados (81,3%), enquanto o público feminino ocupa cerca de 18,7%. No quesito escolaridade, a maior parte dos trabalhadores detém o ensino médio completo ou superior incompleto (61,3%), seguido por aqueles que possuem o fundamental completo ou médio incompleto (16,5%), logo após estão aqueles com o ensino superior completo (14,2%) e, por fim, os indivíduos com fundamental incompleto ou sem instrução escolar representam 8,1% dos plataformizados na Uber.

Na perspectiva regional, a PNAD contínua revela que a região Sudeste abrange o maior número de plataformizados com 57,9% ou 862 mil indivíduos nessa situação (vale ressaltar novamente que a análise se refere ao quarto trimestre de 2022). Um dado notório é que em todas as 5 grandes regiões brasileiras (Nordeste, Norte, Sudeste, Centro-Oeste e Sul), a média de carga horária trabalhada por semana pelos plataformizados é maior do que os que não se encontram nessa situação; no Nordeste, a diferença entre essas categorias é de 7,8 horas a mais de trabalho o que aponta para uma extensão da jornada maior para os nordestinos. Também no Nordeste, eles recebem menos mensalmente que nas demais regiões (obtinham aproximadamente R$1.890,00), seguido pela região Norte com aproximadamente R$ 2.024,00; após está o Sudeste com R$ 2.733,00; em seguida vem o Centro-Oeste com R$ 3.228,00 e, por último, está a região Sul com R$ 3.263,00, logo, essa maior quantidade de carga horária não significa maiores ganhos.

No município de Aracaju, capital do estado de Sergipe, de acordo com o próprio site da Uber (2025), há uma estimativa de ganhos dos motoristas com base nas últimas 4 semanas, visto que os que optarem por trabalhar 40 horas semanais ganharam cerca de RS 1.015,00 por semana, estando incluído RS 2,00 em extras; no caso de quem decidir trabalhar 45 horas por semana ganhará aproximadamente RS 1.119,00 com RS 1 extra; se alguém decidir trabalhar por 50 horas, os seus ganhos serão de RS 1.275,00 e, de acordo com o site, não estão inclusos os gastos que os motoristas realizam em suas viagens, afinal faz parte do contrato que os indivíduos que decidem trabalhar na empresa devem arcar com os custos de manutenção: gasolina, troca de óleo, impostos do veículo e demais quesitos.

Para a Uber (2022), o motorista é um “cliente” ou até mesmo “prestador independente”, estando sujeito a diversas imposições que estão expressas no contrato ao qual eles devem ler e assinar após o término da leitura. Dentre tantas exigências, uma delas é que o empregado deve reconhecer que a empresa funciona de modo a intermediar os passageiros ao cliente (motorista), e isto é notável no seguinte trecho extraído do contrato da Uber:

> O cliente reconhece e concorda que a Uber é uma fornecedora de serviços de tecnologia e que não oferece serviços de transporte, não opera como

> transportadora, nem opera como agente para o transporte de passageiros, tampouco possui empregados que forneçam os referidos serviços. Portanto, a Uber será considerada exclusivamente como uma intermediária entre o cliente e o usuário e, em nenhum momento, será considerada como uma empresa que presta serviços de transporte e/ou que têm empregados que prestam tais serviços. (Uber, 2022, n.p.).

Com isso, nota-se que a própria empresa não se reconhece com vínculos de trabalho com os motoristas, delegando obrigações e deveres aos seus autônomos e prestadores de serviço: parceiros. Além disso, há diversas outras imposições às quais os motoristas da Uber devem seguir, dentre elas estão: concordar sobre ser avaliado e receber comentários das suas viagens; devem se responsabilizar pelo uso de dados de internet para que haja a comunicação com os clientes; caso ocorra do cliente (motorista) ter um saldo negativo dos seus ganhos em mais de uma semana, a Uber poderá desativar a conta desse cliente. Destarte, é indubitável o tamanho controle e subordinação estabelecido pela empresa, pois, se o filiado não seguir alguma das regras estabelecidas no contrato, ele sofrerá punições, podendo até mesmo ser desligado da Uber. Diante de tamanha popularidade da Uber, o número de motoristas e de viagens tende a aumentar continuamente, e isso é notório no seguinte trecho:

> O Brasil é o país com mais viagens e com mais motoristas da Uber, com 1,4 milhão de ubers cadastrados atualmente", aponta o presidente da empresa, Dara Kerosrowshahi. Ele também afirmou que os profissionais movimentaram cerca de US$ 25 bilhões (cerca de R$145 milhões) na última década (Moura, 2025, n.p.).

No ano de 2015 havia apenas 6 mil motoristas da Uber em nosso país (The news, 2022), porém, com o crescimento obtido, a Uber hoje hegemoniza o setor ao qual está inserida, e é por isso que ela é tão popularizada no Brasil e no mundo. Com a chegada da Indústria 4.0, também chamada de Quarta Revolução Industrial, as plataformas digitais se fazem ampliadas (Gonsales, 2020), engendram uma nova maneira de exploração da classe trabalhadora.

Essas plataformas são geridas através de algoritmos criados por indivíduos em empresas de cunho tecnológico, onde dados precisam ser abastecidos para que esses algoritmos sejam automatizados e sistematizados, ocasionando grande controle ao trabalhador (Grohmann, 2020), isto significa dizer que há uma estrutura subversiva através dessas empresas, onde o intuito é adquirir lucros cada vez maiores à custa da intensa exploração.

No tocante às legislações, cabe destacar o Projeto de Lei 12/2024, também chamado de “PL da Uberização”, proposto em março de 2024 e que ainda está em tramitação. Tal projeto busca regular o trabalho de motoristas de veículos por aplicativos de modo a delimitar algumas garantias mínimas, como fazer do trabalhador um contribuinte previdenciário, estabelecer um limite de horas trabalhadas, remunerar minimamente a cada hora de trabalho etc. (Oliveira, 2024).

Sobre isso aponta Blasi (2024) que a remuneração dos trabalhadores seria baseada no salário mínimo (R$ 1.412,00 na época); a contribuição dos motoristas à previdência seria de 7,5% do valor obtido com as viagens; os motoristas que se adequassem ao projeto seriam chamados de “trabalhador autônomo por plataforma”; o valor mínimo por hora

trabalhada seria de R$ 32,90, logo, essas são algumas informações acerca do PL 12/2024. Porém Oliveira (2024) defende que esse PL enfraquece ainda mais os trabalhadores, pois desregulamenta ainda mais o trabalho e torna reconhecível práticas desrespeitosas como maneira de superexploração.

Uma das possibilidades de luta por melhores condições de trabalho nessa modalidade é através da união dos trabalhadores, pois mesmo num trabalho fragmentado é possível buscar organização:

> Por mais eficientes que sejam as novas formas, objetivas e subjetivas, de controle sobre o trabalho realizadas pelas empresas, por meio das novas tecnologias da informação e da comunicação, são inúmeros os exemplos de trabalhadores e trabalhadoras intermediadas por aplicativos que se conscientizam e se organizam em associações, sindicatos e coletivos, e logram importantes conquistas por melhores condições de trabalho. A novidade está no fato de que, assim como as principais empresas plataformas são organizações globais que se beneficiam das novas tecnologias para gerir multidões dispersas pelo mundo, seus trabalhadores e trabalhadoras, também capacitados pela popularização de tecnologias similares, se identificam, se comunicam, partilham sentidos e se articulam em dimensões internacionais" (Gonsales, 2020, p. 137).

É notório que aqueles que estão sujeitos a esse tipo de trabalho devem se unir cada vez mais. A tecnologia pode ser útil como ferramenta de comunicação e formar frentes políticas de resistência. O adoecimento dessa categoria também é um ponto destacado por Shinestsck (2020), as longas jornadas de trabalho exercidas favorecem o comprometimento da saúde: estresse, problemas de coluna e nas articulações, LER (Lesão por Esforço Repetitivo), insônia, ansiedade, são pontos levantados.

Um dos grandes nomes a favor dessa classe no cenário brasileiro chama-se Paulo Galo, entregador que no ano de 2020 foi desligado da empresa do ramo alimentício "UberEats" pois o pneu de sua moto acabou murchando e ele não conseguiu realizar a entrega, ainda que houvesse notificado a empresa sobre o ocorrido. Este fato ganhou grande notoriedade (sobretudo por conta das redes sociais) e Galo acabou sendo um dos grandes nomes à favor da luta de trabalhadores por aplicativos, responsável pelo que ficou conhecido como "Breque dos Apps", que foi uma greve organizada por entregadores de aplicativos para melhores condições de trabalho (Oliveira; Bastos, 2022).

Com a uberização, o capitalista não oferece nem os meios de produção para os indivíduos realizarem os serviços bem como não se responsabiliza pelo que ocorre com os empregados; o trabalho nessa modalidade é uma nova maneira dos capitalistas alienarem a população e, consequentemente, obterem a sua mais-valia. (Santos; Rosi, 2021). A uberização reflete a centralidade do trabalho na acumulação da riqueza no quadro da financeirização, pois ela revela a dependência da exploração de trabalhadores pelo capital num contexto de profundo avanço das forças produtivas.

5. CONCLUSÕES

A Uberização é uma das maneiras de representar a precariedade laboral. A concorrência pelas novas modalidades de trabalho equaliza a taxa de exploração em nível mundial para baixo (atinge os benefícios sociais, o tempo de trabalho, os contratos de trabalho e todas

as políticas sociais); criadas com base nos preceitos neoliberais que ao determinarem as diretrizes da internacionalização do capital promovem a concorrência desleal e injusta entre os vendedores da força de trabalho (Oliveira, 2017).

Por meio das plataformas digitais o algoritmo transforma dados em resultados logísticos de lucro. Os trabalhadores podem vender sua força de trabalho (na forma de prestação de serviços) para grandes empresas (caso da Uber) e permanecerem vivendo nas cidades. A fronteira geográfica entre o local de trabalho e vida dos trabalhadores/ras (na cidade) e o global (empresas gerenciadoras de plataformas) não é empecilho. A exploração do trabalho pode migrar sem que os trabalhadores saiam de onde vivem, ele pode ser explorado sem vínculo contratual e, empresas como a Uber, encontram um número farto de trabalhadores disponíveis diante do desemprego crônico.

Não há limite espacial ou temporal para exploração: é um trabalho por demanda, que enquadra o ganho apenas ao momento do deslocamento (just-in-time), contudo, estende a disponibilidade e, assim, as jornadas de trabalho. O termo "uberização" não surge à toa. A uberização não está apenas associada ao aplicativo de transportes de passageiros somente, mas sim a um novo modelo gerencial do trabalho, uma nova lógica de organização, que incorpora a capacidade de processamento de dados junto às tendências neoliberais em curso.

Alega-se melhoria na locomoção urbana especialmente para as necessidades do turismo e demais atividades, mas não se apresentam as contradições do seu crescimento.

Os aplicativos de transportes não resolvem essa questão da mobilidade urbana em sua totalidade (e por vezes até agrava), afinal com um maior número de veículos em circulação nas cidades há maior emissão de gases poluentes, tráfegos mais conturbados, maior estresse por parte dos motoristas, além de lentidão do deslocamento. Sem contar que a cobertura empresa não envolve todos os pontos da cidade, permanecendo os pontos mortos da circulação; além disso, a uberização não se articula com os demais meios de transporte público das cidades. A empresa vai para onde é lucrativo e não para onde há a necessidade de transporte, ou seja, os limites espaciais concretos aparentam desaparecer, no entanto isso não acontece.

Não há transparência nos repasses das corridas nem das informações gerenciadas pelo aplicativo da empresa: os trabalhadores só seguem regras/metas/roteiros. Como a empresa não fornece relatórios sobre as viagens que realizam, nem sobre o número de veículos que possui e sua distribuição pelo território nacional, isso dificulta o gerenciamento dessa atividade pelo poder público municipal para planejar e organizar o território urbano e sua estruturação, como também de suas obrigações legais. A falta de detalhamento das informações, é um obstáculo inclusive para pesquisas de cunho científico.

Somado a isso, depoimentos de trabalhadores uberizados retratam que as jornadas exaustivas e os ganhos recebidos pioraram com a incorporação de novos uberizados. A natureza da uberização impõe uma constante espera por corridas por longo tempo; os trabalhadores embora fiquem disponíveis por longas horas, não são compensados em sua renda só. O sustento na atividade só compensa se for como complemento de outra atividade principal.

Assim, a taxa de mais-valia proveniente dos serviços não é gerida nos muros da fábrica ou escritório, mas pelo aplicativo e seu sistema algoritmo, de forma remota e centralizada: mas territorializada nos espaços urbanos. Ressalta Tozi (2022) que com

essas condições o território das cidades brasileiras tem sido altamente rentável e lucrativo, inclusive digitalizado pelo arsenal tecnológico das plataformas. O território é sinônimo do mercado, adequa-se ao valor de troca e não a necessidade real de deslocamento das pessoas. Para o autor, ao tempo que a empresa expandiu o número de trabalhadores, selecionou sua expansão territorial, excluindo algumas áreas e expondo sua dependência em relação à rigidez das áreas mais urbanizadas, fixando-se nelas – algo bem distante de um alegórico "espaço virtual", flexível e disruptivo.

Sob a aparência de autonomia há uma perda de controle absoluto do trabalho por parte dos trabalhadores, assim ocultam-se os fios da exploração. O capital avança estrategicamente nos territórios do trabalho barato por meio das plataformas, a informalidade se universaliza e se consolida, normatizando e normalizando a precariedade do trabalho e da vida. O Estado é omisso funcionalmente, seja na prestação de serviços públicos de qualidade como transporte, seja na regulamentação protetiva do labor: assim uma "geografia da uberização" reafirma a centralidade do trabalho diante dos avanços tecnológicos; uma centralidade subjugada ao capital via precariedade estrutural.

REFERÊNCIAS

[1] ABÍLIO, Ludmila Costhek. Uberização: gerenciamento e controle do trabalhador just- in-time. In: ANTUNES, Ricardo (Org). **Uberização, trabalho digital e indústria 4.0.** São Paulo, Boitempo. Capítulo 7, p. 171-192, 2020.

[2] ABÍLIO, L. C.; AMORIM, H.; GROHMANN, R. Uberização e plataformização do trabalho no Brasil: conceitos, processos e formas. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 23, n. 57, mai-ago 2021, p. 26-56.

[3] ANTUNES, Ricardo; FILGUEIRAS, Vitor. Plataformas digitais, uberização do trabalho e regulação no capitalismo contemporâneo. In: ANTUNES, Ricardo (Org). **Uberização, trabalho digital e indústria 4.0.** São Paulo, Boitempo. Capítulo 4, p. 91-120, 2020.

[4] ANTUNES, R.; ALVES, G. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. **Educ. Soc**., Campinas, vol. 25, n. 87, p. 335-351, mai/ago. 2004.

[5] BATISTA, Paulo Nogueira. A visão neoliberal dos problemas latino-americanos**. Paz e Terra**, São Paulo, p. 1-36, 1994.

[6] BLASI, B. de. Entenda o PLP 12/2024 que cria categoria para motoristas de apps. **STARLINK**,6 de mar. de 2024. Disponível em: https://canaltech.com.br/governo/entenda-o-plp-122024-que-cria-categoria-para-motoristas-de-apps-281473/#google_vignette. Acesso em: 2 de set. de 2025.

[7] BORGES, Angela. Os novos horizontes de exploração do trabalho, de precariedade e de desproteção. **Cadernos do CEAS**, Salvador, n. 239, p. 713-741, 2016.

[8] BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com alterações adotadas pela Emendas constitucionais n°s 1/1992 a 128/2022, pelo Decreto legislativo n° 186/2008 e pelas Emendas Constitucionais de revisão n°s 1 a 6/1994. – 62. ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2023. 267 p. – (Série Legislação; n. 1).

[9] BRASIL. Projeto de Lei Complementar nº 12 de 2024. Dispõe sobre a relação de trabalho intermediado por operadoras de empresas aplicativos transporte remunerado de privado individual de passageiros em veículos automotores de quatro rodas e estabelece mecanismos de inclusão previdenciária e outros direitos para melhoria das condições de trabalho. Brasília: Congresso Nacional, 2024.

[10] CAMPANA, Priscila. O impacto do neoliberalismo no Direito do Trabalho: desregulamentação e retrocesso histórico. **Revista de Informação Legislativa**, n. 147, p. 129-144, jul./set. 2000.

[11] CASTANHEIRA, Gabriel Rocha; DUARTE, Leandro Ribeiro. Uberização e a ação política da UBER: a precarização como norma e o uso do território como recurso. Belo Horizonte, EAD-UFMG, 24-27 jun. 2018.

Disponível em: https://www.researchgate.
net/publication/334658249_UBERIZACAO_E_A_ACAO_POLITICA_DA_UBER_A_
precarizacao_como_norma_e_o_uso_do_territorio_como_recurso. Acesso em: 5 ago. 2025.

[12] COSTA GOMES, Lia Renata. NA ROTA DA TRANSFORMAÇÃO: Analisando a uberização do trabalho de motoristas por aplicativo em São Luís – MA. **In Revista Cronos, *[S.l.]*, v. 25, n. 1, p. 87–111,** 2024. DOI: 10.21680/1982-5560.2024v25n1ID35151. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/cronos/article/view/35151>. Acesso em: 18 ago. 2025.

[13] DADOS DO IBGE: 1,5 milhão de trabalhadores na uberização. **Diário da Guanabara**, Rio de Janeiro, 26 de set. de 2023. Disponível em: https://dgrj.com.br/economia/dados- do-ibge-15-milhao-de-trabalhadores-na-uberizacao. Acesso em: 4 de set. de 2025.

[14] DURÃES, Bruno Rodrigues. Do trabalho informal tradicional ao uberizado: inovação e pandemia. **Revista NAU Social**, v. 11, n. 21, p. 361-375, nov. 2020/ abr. 2021.

[15] FIDELIS, T.; BRANCA, A.; ALVARADO, M. S. O neoliberalismo na América Latina: 40 anos de impactos na classe trabalhadora. **Serv. Soc. Soc**., São Paulo, v. 147(3), p. 1- 22, 2024.

[16] FILGUEIRAS, Vitor; ANTUNES, Ricardo. Plataformas digitais, uberização do trabalho e regulação no capitalismo contemporâneo. In: ANTUNES, Ricardo (Org). **Uberização, trabalho digital e indústria 4.0.** São Paulo, Boitempo. Capítulo 4, p. 91-120, 2020.

[17] FRANCO, D. S.; FERRAZ, D. L. da S. Uberização do trabalho e acumulação capitalista**. Cad. EBAPE**, Rio de Janeiro, v. 17, Edição Especial, p. 844-856, nov.2019.

[18] GARCIA, M.; SCARPINETTI, A.; PERRI, A.; SILVA, L. P. Uberização deteriora saúde de motoboys. **Jornal da Unicamp,** Campinas, 6 de maio de 2024. Disponível em: https://jornal.unicamp.br/edicao/705/uberizacao-deteriora-saude-de-motoboys/. Acesso em: 4 de set. de 2025.

[19] GONSALES, Marco. Indústria 4.0: empresas plataformas, consentimento e resistência. In: ANTUNES, Ricardo (Org). **Uberização, trabalho digital e indústria 4.0.** São Paulo, Boitempo. Capítulo 8, p. 193-212, 2020.

[20] GROHMANN, Rafael. Plataformização do trabalho: características e alternativas. In: ANTUNES, Ricardo (Org). **Uberização, trabalho digital e indústria 4.0.** São Paulo, Boitempo. Capítulo 6, p. 144-170, 2020.

[21] IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. PNAD Contínua: Teletrabalho e trabalho por meio de plataformas digitais 2022. IBGE, 2023.

[22] LUZ, A. F. da; SANTIN, J. R. As Relações de Trabalho e sua regulamentação no Brasil a partir da Revolução de 1930. **IV Congresso Internacional de História**, Rio Grande do Sul, p. 268-278, maio-setembro/2010.

[23] MASCARO, Leandro Alysson. Estado e forma política. In: ----------. (org.). **Estado e regulação**. São Paulo: Boitempo, 2013. Capítulo 5, p. 170-201.

[24] MOURA, Júlia. Uber revela que o Brasil é o país com mais motoristas no mundo, 1,4 milhão, e 'provoca' Amazon**. O Tempo**, Minas Gerais, 26 de fev. de 2025. Disponível em: https://www.otempo.com.br/economia/2025/2/26/uber-revela-que-brasil-e-o-pais- com-mais-motoristas-do-mundo-1-4-milhao-e-provoca-amazon. Acesso em: 24 de ago. de 2025.

[25] NOVAES, M. A. B. de; SILVA, S. M. N. da; LIMA, F. A. A. C.; GONÇALVES, R. M. de P. Neoliberalismo no Brasil e os ataques aos direitos trabalhistas de 1990 a 2021. **Trabalho e Educação**, v. 31, n. 3, p. 96-114, set-dez de 2022.

[26] OLIVEIRA, F. M. U. de. UFF Responde: PL da 'Uberização'. **UFF**, Rio de Janeiro, 2024. Disponível em: https://www.uff.br/10-04-2024/uff-responde-pl-da-uberizacao/. Acesso em: 2 de set. de 2025.

[27] OLIVEIRA, Flávia Manuella Uchôa de; BASTOS, J. A. Uberização: precarização do trabalho e ação política dos trabalhadores no Brasil de 2020. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, vol. 25. p. 1-16, 2022.

[28] OLIVEIRA, Vanessa Dias de Oliveira. **Políticas públicas e trabalho precário:** a retórica da "autonomia empreendedora" e a permanência do desemprego. 2017. Tese (Doutorado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão/SE, 2017. 300p.

[29] PAULINO, F. G. de O.; MEDEIROS, J. L. de; COSTA, F. J. F.; ARAÚJO, M. N. de; SOUZA, A. S. de M. Princípios histórico-filosóficos do neoliberalismo e sua relação com o mundo do trabalho**. Boletim de Conjuntura**, Roraima, v. 17, n. 49, p. 677-699, 2024.

[30] PIAUÍ. Em dados, a uberização da vida - **OutrasMídias**. 29 de mar. de 2023. Disponível em: https://outraspalavras.net/outrasmidias/em-dados-a-uberizacao-da- vida/. Acesso em: 24 de ago. de 2025

[31] REDAÇÃO. O país que mais pede Uber - **The news**. 4 de out. de 2022. Disponível em: https://thenews.waffle.com.br/bizness/o-pais-que-mais-pede-uber-%F0%9F%87%A7%F0%9F%87%B7. Acesso em: 24 de ago. de 2025..

[32] SANTOS, Arthur; ROSI, Guilherme. Trabalho uberizado: precarização e resistência. **XI SEGOC,** Espirito Santo, p. 1-17, nov.2021.

[33] SCHINESTSCK, Clarissa Ribeiro. As condições de trabalho em plataformas digitais sob o prisma do direito ambiental do trabalho. In: ANTUNES, Ricardo (Org). **Uberização, trabalho digital e indústria 4.0.** São Paulo, Boitempo. Capítulo 5, p. 121-143, 2020.

[34] SOARES, C. F. Z.; KIELING, M. M. Estado de direito financeirizado: debate sobre o projeto de sociedade em curso no Brasil a partir das reformas do trabalho (2017) e da previdência (2019). **ABET**, Brasília, p. 1-14, setembro, 2023.

[35] Termos gerais de uso. **UBER**, 21 de mar. de 2023. Disponível em: https://www.uber.com/legal/pt-br/document/?country=brazil&lang=pt- br&name=general-terms-of-use. Acesso em: 24 de ago. de 2025.

[36] TOZI, F. Da nuvem ao território nacional: uma periodização das empresas de transporte por aplicativo no Brasil. **Geousp – Espaço e Tempo** (On-line), v. 24, n. 3, p. 487-507, dez. 2020. ISSN 2179-0892.

[37] VIANA, Nildo. Breve história do Neoliberalismo. **Revista Enfrentamento**, n°05, jul./dez. 2008. p. 4-10.

[38] ZAMORA, M. A. M.; AUGUSTIN, A. C.; SOUZA, A. dos S. B. A uberização do trabalho como nova articulação entre o arcaico e o moderno no capitalismo brasileiro. **Revista Brasileira de Estudos Organizacionais**, v. 8, n. 1, p. 55-86, janeiro- abril/2021.

Capítulo 4

Base Nacional Comum Curricular (BNCC), conteúdos regionais e locais em Geografia e extensão universitária: aproximações necessárias e possíveis

Valter Luiz de Macedo

Resumo: Este texto propõe uma aproximação entre extensão universitária e ensino médio, especialmente no que se refere ao ensino da Geografia e suas discussões sobre realidades regionais e locais vividas pelos estudantes. Tais realidades, de uma forma geral, não têm sido contempladas no conteúdo dos livros didáticos (ainda padronizados a nível nacional) adotados em sala de aula, em especial no ensino público, ao mesmo tempo em que as políticas educacionais vigentes no Brasil pós 1988 impõem que conteúdos regionais, estaduais e locais sejam inseridos no cotidiano escolar. Este hiato é um problema em várias dimensões e uma delas, por exemplo, se refere ao fato de que importantes vestibulares no país incluem sistematicamente temáticas regionais/locais em suas questões de prova. Assim, este texto busca reunir reflexões para pensarmos em uma ação extensionista universitária junto ao ensino médio público capaz de criar diálogos entre saberes e realidades próprias, por exemplo, atendendo tais demandas, criando experiências de conhecimento compartilhado e de estreitamento da vida escolar com a universidade e fortalecendo o tripé ensino-pesquisa-extensão.

Palavras-chave: Base Nacional Comum Curricular (BNCC), Ensino Médio, conteúdo regional/local, Geografia, extensão universitária.

1. INTRODUÇÃO

Muitas e estruturais têm sido as mudanças no marco legal do Ensino no Brasil nas últimas duas décadas. Em especial, em 2017, uma reforma educacional de viés neoliberal inicia seu curso no país apoiada em uma Base Nacional Comum Curricular (BNCC) que, juntas, têm acumulado questionamentos e discussões sobre objetivos, fundamentos e caminhos que preconizam. De uma maneira mais geral, de um lado tal reforma e sua Base efetivam na legislação interesses de conglomerados empresariais e seus especialistas e reformadores da Educação e de outro lado movimentos, sobretudo de profissionais do campo educacional e suas entidades representativas, cobram um sistema educacional nos marcos da Constituição Federal vigente e da posterior legislação reguladora sobre o tema, que visam uma formação plural e crítica dos estudantes/cidadãos do país.

Além ainda da discussão entre uma educação para o mercado de trabalho e uma educação para a real cidadania, que precisa sempre ser indicada, muitas outras camadas de questionamentos podem ser elencadas. E este texto, entendido como momento de um processo reflexivo, também faz escolhas. Neste sentido, lembramos que pensar em novas práticas e saberes aplicados ao processo mais amplo de ensino e aprendizagem, na busca por respostas efetivas aos múltiplos desafios a serem superados por sociedades desiguais e injustas, como a brasileira, é imposição no debate contemporâneo sobre o papel social e as possibilidades de ação das escolas e das universidades. Nenhum campo do saber que se dedique à análise social deve se furtar do seu dever e potencial de contribuição para que a realidade plural e desafiadora da experiência humana seja compreendida e refletida na formação de cidadãos também plurais e desafiadores.

Escolas e universidades não podem mais, como em muitas vezes ao longo do tempo e em muitos casos ainda na atualidade, ficar restritas à transmissão linear de conteúdos educacionais. Muito pelo contrário, e inclusive em meio às discussões sobre as mudanças educacionais em andamento, são chamadas à promoção de experiências que integrem conhecimentos dos mais variados naipes e origens (do acadêmico em seus múltiplos olhares ao produzido por demais agentes sociais a exemplo dos próprios estudantes em suas realidades), além de ações inovadoras deles decorrentes. Nesta perspectiva, pensamos em inovação pedagógica menos em seu caráter meramente tecnológico e mais no sentido de construção de metodologias construtoras de autonomia, criticidade e participação ativa.

Em nosso caso específico, e considerando o contexto atual do sistema de ensino brasileiro, a Geografia assume especial papel nesta referida formação como disciplina com olhar propositivo sobre a realidade. Portanto, dialogar sobre diferentes abordagens e estratégias no ensino, confirmando e/ou ressignificando propostas correntes e, sobretudo, apontando para novas práticas e possibilidades, torna-se imperativo na medida em que se ampliam os desafios do tempo presente.

Importante frisar que, na experiência brasileira após a Constituição Federal de 1988, têm ocorrido iniciativas que buscam aproximar ambiente escolar (em seus níveis básico, fundamental e médio) e produção acadêmica voltada para a dimensão empírica e para representações sociais dos atores envolvidos. Tal realidade foi impulsionada pelo caráter dado à Educação neste período e, sobretudo, pela Lei de Diretrizes e Bases, LDB (BRASIL, 1996) que apontou a necessidade de discussão sobre uma Base Nacional Comum Curricular, BNCC (Brasil, 2017).

Nos marcos indicados neste texto, com a homologação da BNCC, o sistema de ensino no país passa a incorporar estruturais transformações que, de forma destacada, envolvem a

atualização e alinhamento do material a ser utilizado nas salas de aula. E, desta forma, no caso deste texto, um ponto de atenção diz respeito à pertinência de conteúdos programáticos voltados para as realidades regionais, estaduais e locais vividas pelos estudantes em nosso país. É neste termo que o pensamento e o fazer acadêmicos (e o viés extensionista aí incluído) têm contribuído para que propostas teórico-metodológicas efetivamente democráticas sejam discutidas no âmbito da referida Lei, vista aqui como campo de possibilidades e embates no contexto da excludente realidade brasileira.

Assim, este texto se propõe a pensar na possibilidade de estreitamento de vínculos entre o cotidiano do Ensino Médio, em especial do sistema público, e a extensão universitária voltada para a discussão de temas centrados no olhar geográfico sobre nossa sociedade, em diferentes escalas. E o faz lembrando que o currículo nacionalizado para este nível de ensino não contempla (senão como indicação) a realidade específica das distintas unidades federadas do país, mesmo estas sendo recorrentes em diversos concursos de seleção a serem enfrentados pelos estudantes, inclusive, para o acesso às vagas no ensino superior.

Como veremos, muitos textos acadêmicos têm mostrado que a adequação curricular de conteúdos regionais e locais a partir da BNCC não tem se cumprido no país, observadas as realidades caso a caso das unidades federadas na esfera dos Estados e as realidades de muitos e variados municípios brasileiros.

Na busca por superar tal hiato, pensamos na aproximação entre extensão universitária e Ensino Médio como uma necessidade e como uma possibilidade real, efetivando o conhecimento acadêmico, e geográfico em específico, para além do ambiente universitário e pensando ainda, sobretudo diante de reformas educacionais questionáveis, em novas estratégias de formação ampliada e crítica dos alunos no Ensino Médio a partir da leitura geográfica de suas próprias realidades.

2. A NECESSIDADE DE CONTEÚDOS REGIONAIS E LOCAIS NAS ESCOLAS

Importante reafirmar que o debate contemporâneo sobre práticas efetivas no processo de ensino e aprendizagem precisa responder aos desafios impostos pela sociedade em sua realidade plural e dinâmica (Macedo, 2021). E, como sinalizamos também, um caminho profícuo é o que torna central as diferentes formas de representatividade dos estudantes, inclusive, a partir de suas próprias realidades e vivências (Santos e Ferreira, 2025; Sousa et al, 2020). E sinalizamos este ponto como fazer pedagógico que promova autonomia, criticidade e participação ativa.

Havíamos sinalizado que a BNCC estabeleceu estruturais transformações no ensino brasileiro. Uma delas, fundamental, é a que diz respeito à atualização, alinhamento e transposição didática do material a ser utilizado em sala de aula no país, notadamente os livros didáticos (Hernandes e Borba, 2024). Aí, incluída a normativa para a adoção, via adaptação dos conteúdos nacionais, de conteúdos regionais, estaduais e locais.

Entretanto, como frisado, são muitos os trabalhos acadêmicos a demonstrar que documentos curriculares oficiais em diferentes Estados brasileiros não têm conseguido efetivar conteúdos sobre suas realidades, seja pelo fato de que componentes que as invocam não dizem respeito plenamente ao que se considera regional ou seja pelo fato de que elementos marcantes da vida local, por exemplo, não aparecem ou não são trabalhados com destaque enquanto currículo e conteúdo (Riscarolli, 2023; Gobbi, 2023; Silva e Azevedo, 2021; Paula, 2020).

Nos casos, inclusive, de municípios menores em termos populacionais e econômicos (a grande maioria do total de municipalidades em nosso país), um olhar atento nos documentos do Programa Nacional de Livro Didático (PNLD), decorrente da BNCC, constata que não há referência à temática de cidades pequenas (em detrimento de uma Geografia urbana marcadamente voltada para as realidades das grandes cidades e regiões metropolitanas). Ao contrário, segundo Silva e Azevedo (2021, p. 562), "o que há são unidades temáticas em que a responsabilidade de adaptar esses conteúdos e temas é estritamente dos professores de Geografia".

Nestes termos, pensar em novas práticas e saberes, incluindo os geográficos, que aproximem os estudantes dos conteúdos escolares e as escolas e universidades de suas populações e comunidades, abre espaço para pensarmos na aproximação entre extensão universitária e Ensino Médio mirando a valorização das realidades de seus próprios agentes sociais envolvidos (Macedo, 2021). Afinal, a definição dos conteúdos escolares é um processo de lutas e que envolve dinâmicas em muitas frentes. E sabemos que o olhar para a escala nacional, como toda opção de olhar, ressalta determinados aspectos e ignora e encobre outros tantos quando, por exemplo ressalta as semelhanças observadas em pontos distintos do país. Em outra direção, o olhar regional, por exemplo, ressalta exatamente as diferenças, as particularidades e a multiplicidade de partes deste mesmo nacional.

É neste sentido que a compreensão da vida em um país, para além da escala nacional, entendendo-a nas dimensões necessárias do regional, do estadual e do local/municipal e ainda na dimensão da realidade mais próxima, "vivida", do bairro, da comunidade, é elemento fundamental para a própria formação humana e para o entendimento do eu como ser ativo em seu contexto social. Fundamental aqui é também perceber que, neste sentido, quando "as vivências cotidianas (...) ganham espaço no currículo escolar, há valorização das linguagens e saberes construídos por uma dada comunidade ou região" (Lima e Muniz, 2020, p. 265) e que "a universidade é partícipe do processo de validação dos discursos regionalmente construídos" (Lima e Muniz, 2020, p. 278).

Portanto, em uma via da aproximação proposta entre extensão universitária e Ensino Médio, as atividades extensionistas podem se desenvolver estabelecendo o diálogo entre universidade e comunidade, disponibilizando seus saberes em favor da reflexão crítica sobre seus problemas reais e de propostas para soluções socialmente relevantes. Na articulação com as escolas, vias de cooperação pelo pertencimento ampliam horizontes de compreensão sobre o mundo e de ações coletivas efetivas contra problemas coletivamente experienciados.

Em outra via deste diálogo, os horizontes de compreensão sobre o mundo também se ampliam para o próprio saber acadêmico uma vez que, vivendo realidades para além de seus próprios muros, amplia e aprofunda suas próprias questões de trabalho e suas bases tanto metodológicas quanto epistemológicas. Para a universidade, o conhecimento mais próximo de outras realidades pode se tornar mais propenso a novas pesquisas e processos de formação de profissionais (também docentes) atentos a olhares múltiplos e socialmente comprometidos. A experiência aqui oferece oportunidades de quebras de hierárquica do saber, com a universidade também aprendendo com o ambiente escolar.

Em específico neste texto, a Geografia também tem muito a oferecer e a se ampliar com esta proximidade (Copatti, 2024). De uma forma mais geral possível, como campo do saber voltado à reflexão acerca das relações dialéticas entre sociedade e natureza, alguns de seus conceitos-chaves e metodologias poderiam ser acionados. Em específico aqui, a

ideia de “espaço vivido” assume relevância ao destacar o recorte do espaço estabelecido por experiências, percepções e por práticas cotidianas dos sujeitos sociais considerados (Macêdo, 2015). No caso de alunos do Ensino Médio, valorizar dados e experiências sobre suas realidades, rotinas, deslocamentos e percepções (elementos legítimos do estudo geográfico tanto acadêmico quanto escolar) é uma atitude que tende a motivar jovens, dando sentido e engajando-os ativamente no processo de ensino e aprendizagem (Santos, 2025; Araújo et al, 2023).

Como ações possíveis, indicamos atividades como a análise de realidades locais indicadas e/ou percebidas como importantes, mapeamentos participativos, estudos históricos sobre entorno e/ou bairro e/ou própria cidade e/ou Estado ou ainda identificação de fluxos de mobilidade urbana dos membros das turmas. Tais atividades configurariam novas práticas de ensino a partir do trabalho com a ideia de espaço vivido e da adoção de metodologias colaborativas que, por exemplo, concebessem a aprendizagem baseada em projetos endógenos, na investigação-ação, no uso também de tecnologias geoespaciais simples e mesmo em atividades de campo associando estas diferentes etapas, ferramentas e possibilidade de análise da realidade. Aliando referências locais, interação, protagonismo dos estudantes e construção mediada e coletiva do conhecimento, as chances para uma aprendizagem mais motivada, participativa, embasada e duradoura são ampliadas.

Estratégias assim são alguns exemplos de ações que, se por um lado, possibilitam que a realidade dos estudantes seja fonte ativa de informações para metodologias outras de pesquisa e de atuação universitárias, por outro lado, permitem que os próprios estudantes vivenciem seu empoderamento como ser social fundamental em sua realidade e em nossa sociedade enquanto efetivamente abrem oportunidades para que eles desenvolvam competências científicas.

Aqui, o espaço vivido e a valorização da participação e da representatividade possibilitam, além do que já foi listado, a ampliação dos objetivos preconizados pela legislação definidora dos programas de extensão universitária no país ao mesmo tempo em que vão ao encontro de metodologias de ensino e aprendizagem que promovam uma leitura crítica da realidade. Entendendo, na prática, que por exemplo as desigualdades, as políticas públicas, as formas históricas de ocupação espacial influenciam de forma direta suas próprias vidas, propostas assim fortalecem uma formação cidadã comprometida com a transformação social, que, como veremos na sequência, é um dos objetivos centrais da legislação brasileira sobre Educação. Por outro lado, também é um dos pilares da própria extensão universitária.

3. BNCC E ELEMENTOS PARA DISCUSSÃO SOBRE CONTEÚDOS

A Lei 13.005 de 25 de junho de 2014 (BRASIL, 2014), que aprovou o Plano Nacional de Educação (PNE), cobrou uma Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (Brasil, 2017) para o país, estabelecendo um campo de possibilidades e embates (Süssekind, 2014) no contexto das políticas educacionais no Brasil. Desde então, e naquilo que é central neste texto, as discussões são travadas no sentido de indicar o que seriam conteúdos comuns para as escolas de Ensino Médio público no país ao mesmo tempo que indicam a necessidade de que conteúdos regionais, estaduais e locais que marcam a vida cotidiana dos estudantes nas distintas partes do país sejam efetivamente também trabalhados em salas de aula.

Sendo a BNCC um documento de caráter normativo, estabelece uma lista com dez competências gerais que devem estar em todas as etapas do processo de ensino e aprendizagem na Educação Básica. Dessa listagem, destacamos duas que de maneira direta se relacionam com políticas de currículo no que se referem ao teor e às escalas dos conteúdos: considerar, em suas diferentes dimensões, os conhecimentos historicamente construídos para entender o mundo e nele atuar democraticamente; e valorizar e viver a diversidade de manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais (Brasil, 2017).

Como se pode apreender, a BNCC parte do reconhecimento também da própria diversidade brasileira para se efetivar. Falando em pacto interfederativo e lembrando uma (relativa) autonomia dos entes federados do país, preconiza que os sistemas de ensino no Brasil precisam estabelecer currículos voltados para valores como diversidade, igualdade e equidade. E, neste contexto, preconiza ainda que escolas devem elaborar propostas pedagógicas comprometidas com as vivências, os interesses, as identidades e as possibilidades dos próprios estudantes.

Aqui, encontramos importante ponto a ser indicado ao ressaltar por um lado o caráter, para muitos autores, demasiadamente prescritivo da BNCC, "uma vez que especifica detalhes demais sobre o que deve ser ensinado, o que pode restringir a criatividade e autonomia dos professores" (Hernandes e Borba, 2024, p. 76), e por outro o discurso e a orientação em prol do acréscimo de conteúdo em outras escalas além da nacional. Desta maneira, diversas dúvidas e mesmo enganos têm marcado o seu processo de efetivação.

Se a Base, estabelecendo e centralizando o trabalho pedagógico em prol de uma educação global, pode induzir decisões acerca de um currículo excessivamente uniformizado, limitando a flexibilidade das escolas no exercício de adaptação às necessidades e aos interesses mais específicos de seus alunos (Hernandes e Borba, 2024), também "anunciou-se como um não currículo invocando, contraditoriamente, a complementação dos conteúdos com as especificidades locais" (Paula, 2020, p. 117). É esta dupla missão, de complexa realização, entre o que é prescrição e o que se consubstancia como orientação, que tem gerado muitos e avolumados impasses e mesmo equívocos dos quais falamos anteriormente.

Neste cenário de dúvidas e discussões, a prática escolar tem buscado se adequar às normas estabelecidas quanto aos conteúdos que denotam "a força do lugar e do cotidiano" e que privilegiam o "espaço vivido" pelos estudantes (Brasil, 2017; Macêdo, 2015). Busca, como também ressaltamos, sem sucessos efetivos quando olhamos as realidades dos muitos e diversos entes federados. É neste contexto que olhamos para a necessidade e a possibilidade de aproximação entre Ensino Médio e universidade através do compartilhar de saberes e de experiências e do estreitamento de laços que, reafirma-se, não existem em boa medida em nosso país (para além dos trabalhos já citados neste sentido, há de se indicar ainda, por exemplo, os textos de Saggiorato e Leme, 2020; Girotto, 2014; Macedo, 2014; e Franco, 2009).

4. AÇÃO EXTENSIONISTA COMO POSSIBILIDADE

Pensando nas distintas realidades de cada unidade federada brasileira (seja Estado ou município), ou mesmo realidades regionais que congreguem o todo ou partes destes entes federados (partes de um Estado ou grupos de Estados ou ainda grupos de municípios de um mesmo Estado ou interestaduais), falamos aqui em uma ação extensionista como possibilidade de atendimento a uma demanda por diálogos sobre cotidiano, formação

histórica, impasses e possibilidades desses recortes espaciais possíveis (Macedo, 2021), contribuindo, nos moldes indicados por Freire (1997) e Callai (2012), para uma formação compartilhada e de "mão dupla", entre ensinar e aprender, entre estudantes e professores universitários e estudantes e professores do Ensino Médio.

Para além de conteúdos gerais, na escala do nacional, a ideia aqui é de que universidade e ambiente escolar se aproximem para conversar sobre temas que, se por um lado, são fundamentais por serem o próprio cotidiano de ambos, por outro, atenderiam às novas orientações da legislação educacional brasileira e ainda teriam o intento de configurarem como elemento de preparação e de estudo para os exames de admissão nas próprias universidades envolvidas. A ação extensionista cumpriria sua missão nata de se fazer para além do próprio ambiente acadêmico e ainda retroalimentaria o interesse da sociedade pela Instituição proponente, ampliando possibilidades de acesso às suas vagas de estudo via concursos anuais de admissão.

Assim, ressaltamos que a ação extensionista se justifica a partir do que são as bases da própria atividade de extensão universitária: 1) contribuir para o ganho social de seu público-alvo (ao buscar experiência dialógica na formação ampliada e crítica dos estudantes envolvidos, oferecendo a possibilidade de uma preparação mais abrangente para o processo seletivo de ingresso na universidade proponente e uma formação cidadã mais ampla em muitos sentidos) e 2) construir efetivos mecanismos de conhecimento compartilhado, estreitando laços entre vidas escolar e acadêmica que, em última análise, aproximam universidade e público externo, popularizam o saber e fortalecem mutuamente os envolvidos (Sousa et al, 2020).

Pensar o ensino de Geografia no contexto, propondo abordagens inovadoras que ampliem as relações em sala de aula também para além dela, nos motivou a buscar na própria universidade caminhos possíveis para o estreitamento de laços entre esta e o sistema geral de ensino anterior ao acesso aos cursos superiores, promovendo-o também. Na base do que é discutido neste texto, lembramos que o grande desafio para um ensino superior que se pretende socialmente referenciado é o de ser efetivo naquilo que lhe é estrutural por princípio: desenvolver de maneira profícua o "tripé" formado por ensino, pesquisa e extensão.

Olhando em particular a extensão universitária, e mais ainda, a extensão universitária em suas relações com o processo educativo em geral, partimos da premissa de que as atividades extensionistas devem primar, como dito, por uma práxis que promova um sistematizado processo de troca de saberes. Olhando, por sua vez, um processo educativo aliado aos necessários mecanismos de justiça social, a universidade e demais instituições de ensino devem ser propícias à inclusão social e qualificação de indivíduos com senso crítico e consciência cidadã. E, importante ressaltar, que tais atributos são apenas atingidos com diálogo e pluralidade de experiências e vivências, incluindo aqui o próprio professor e as especificidades de seu saber (Batista et al, 2019; Mormul, 2018; Lopes, 2016; Diniz-Pereira, 2014; Tardif, 2014).

Assim, quando falamos na Geografia estreitando laços entre Ensino Médio e extensão universitária, pensamos na possibilidade de vínculos efetivos entre a produção acadêmica do conhecimento geográfico (mesmo atentos aos diferentes recortes espaciais específicos das diversas universidades brasileiras, sobretudo das atreladas às escalas estaduais e regionais de atuação e análise) e a sua realização também em ambientes dedicados, em particular, ao Ensino Médio por conta das temáticas propostas para as discussões

relacionadas diretamente com os conteúdos sobre realidades locais e regionais cobrados em seus vestibulares.

Em outras palavras, uma proposta nestes termos buscaria, em sua essência, funcionar como um instrumento de divulgação e de discussão de conhecimentos produzidos no âmbito universitário sobre as realidades locais e/ou regionais em ambientes para além destes, contribuindo decisivamente, por outro lado, para o ganho na oferta de conteúdo crítico notadamente junto ao Ensino Médio do sistema público de educação ao preencher lacunas de discussões indicadas pela legislação específica vigente.

No entanto, e é importante reafirmar e ampliar listagem, que independente do recorte espacial adotado (a depender das instituições proponentes), a aproximação entre extensão universitária e Ensino Médio concorreria para conquistas como: 1) contribuição para a formação ampliada e crítica de estudantes não universitários ao promover o contato com nomes atuantes no nível superior de ensino, pesquisa e produção textual e o estreitamento de laços com a troca de experiências de ensino e vivência; 2) desenvolvimento de uma prática em que, partindo do princípio da pluralidade de concepções pedagógicas, as perspectivas teóricas e metodológicas da Geografia e do seu ensino sejam experimentadas em uma perspectiva interdisciplinar; 3) divulgação para públicos mais amplos e distintos da vida acadêmica de nomes referenciais da pesquisa e do ensino em cada cidade e estado e de seus estudos e contribuições para o debate sobre as realidades locais e/ou regionais produzidos na universidade; e 4) popularização da própria instituição universitária ao prestar um serviço socialmente relevante e retroalimentar o interesse social por seus cursos, instrumentalizando e incentivando a participação dos estudantes em seus processos seletivos de admissão.

Assim, baseado na pluralidade de concepções pedagógicas como elemento do ensino em todos os níveis, inclusive no ensino superior, a Geografia pode estreitar laços entre Ensino Médio e extensão universitária divulgando conteúdos que lhes são próprios (ou ainda em suas relações com outros campos do saber) e, em consonância com as leis de Educação vigentes no país, incentivando discussões ampliadas sobre “a força do lugar e do cotidiano” (Brasil, 2017; Macêdo, 2015) e buscando reunir dialeticamente em seu “fazer” tanto pesquisa universitária quanto práticas de ensino em distintos níveis.

Por fim, vale ressaltar que, ao pensarmos em estreitamento de laços entre Ensino Médio e extensão universitária, lembramos que a universidade é, em si, uma organização humana de natureza comunitária e que suas ações extensionistas são expressão fundamental do seu compromisso institucional uma vez que caracteriza sua potencialidade educacional e social e lhe é um elemento essencial de sua própria identidade institucional.

No entanto, reforça-se aqui novamente, a prática extensionista não deve ser vista como de via única em que a universidade leva seu saber para cidadãos externos à vida acadêmica. Ao contrário, deve ser percebida como um processo “aprendente”, de mão dupla, que possibilita à comunidade acadêmica, acrescida e confrontada em seu contato com a sociedade, a oportunidade de reelaboração de sua própria práxis e conhecimento (Freire, 1997).

E, em particular, neste campo profícuo de novas possibilidades, a Geografia tem muito a contribuir por conta de sua própria natureza questionadora, dialógica, holística e crítica a respeito das grandes assimetrias e contradições, cada vez mais evidentes e abertas ao necessário debate, que marcam as relações socioambientais no nosso tempo presente.

Contribuir neste sentido foi o intento deste texto em meio a muitas discussões e propostas possíveis.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em uma realidade de baixo grau de efetivação nos documentos estaduais e municipais em nosso país do que preconiza a Base Nacional Comum Curricular a respeito da inclusão de conteúdos educacionais na dimensão do regional e do local, e renovando a crítica às reformas na Educação direcionadas menos por interesses pedagógicos e democráticos e mais por preceitos de ordem econômica, este texto olhou para um aspecto específico desta discussão, buscando contribuir para um processo de ensino e aprendizagem mais contextualizado e mais significativo do ponto de vista social. E o fez com escolhas: pensou sobremaneira na importância e nas necessidades da escola pública em nosso país, em específico no Ensino Médio público, e olhou para o potencial da universidade também pública na construção de caminhos dialógicos e democráticos para a Educação.

Pensar na relação entre extensão universitária e Ensino Médio a partir, por exemplo, de conteúdos nas escalas do local e do regional em nosso país, e ainda o fazendo pelo olhar da Geografia, nos fez discorrer sobre a valorização dos espaços vividos como práxis de processos experienciados de ensino e aprendizagem. E, desta forma, enfatiza-se uma proposta educativa mais crítica, democrática e socialmente referenciada, reconhecendo que ensinar e aprender são também formas de estar no território, interpretá-lo e transformá-lo. Juntas neste caminho, escola e universidade ampliam-se mutuamente e são instituições comprometidas na formação indivíduos que percebem o mundo como um constante ato de compartilhamentos.

Enfatizamos em particular que a Geografia é uma disciplina fundamental para discussões sobre realidades em diferentes escalas de análise e a nossa legislação educacional vigente reconhece tal aspecto. Por outro lado, o conhecimento geográfico produzido/acumulado na universidade deve buscar permanentemente formas de ampliar seu alcance e cumprir-se enquanto socialmente relevante. De forma dialética, afirma-se também a possibilidade da própria Geografia avançar, aprendendo também novas práticas e saberes. Assim, e percebendo um hiato entre a realidade educacional básica em nosso país (em que conteúdos são nacionalizados) e as demandas legais por conteúdos regionais, estaduais e locais nas escolas, o presente texto apontou para a possibilidades de aproximação entre Ensino Médio e prática extensionista universitária no âmbito da Geografia, em particular.

Em síntese, a discussão aqui partiu de lacuna no cotidiano escolar da rede pública do Ensino Médio para defender um diálogo entre universidade e escola básica, não efetivamente usual como estratégia de ensino e aprendizagem no atual Ensino Médio público em nosso país. Buscou, assim, contribuir para pensarmos em novas abordagens de ensino e, de forma direta, para a formação ampliada e crítica dos alunos em relação ao conhecimento e ao questionamento de suas realidades em diferentes escalas.

REFERÊNCIAS

[1] ARAÚJO, Larissa Romana de Oliveira; PESSANHA, Letícia Alves; LOPES, Victoria Vicente Rodrigues. A prática pedagógica disciplinar e a Geografia Escolar. **Revista Ensino de Geografia**, Recife, UFPE, v. 6, n. 2, pp. 63-79, 2023.

[2] BATISTA, Natália Lampert; DE DAVID, César; FELTRIN, Tascieli. Formação de professores de Geografia no Brasil: considerações sobre políticas de formação docente e currículo escolar. **Geografia**

Ensino & Pesquisa, Santa Maria, v. 23 e13, 2019.

[3] BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília, DF: MEC/SEB, 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/. Acesso em: 16 mar. 2025.

[4] BRASIL. Presidência da República. **Lei 13.005 de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 13 de mar. 2025.

[5] BRASIL. Presidência da República. **Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 13 de mar. 2025.

[6] CALLAI, Helena Copetti. Educação Geográfica: ensinar e aprender Geografia. In: CASTELLAR, Sonia Maria Vanzella; MUNHOZ, Gislaine Batista; ARROIO, Agnaldo (Orgs). **Conhecimentos Escolares e Caminhos Metodológicos**. São Paulo: Xamas, 2012. p. 73-87.

[7] COPATTI, Carina. Geografia(s) Escolar(es) que aprendemos e que fazemos: possibilidade de resistência pelo pensamento pedagógico-geográfico de professor. **Revista Brasileira de Educação em Geografia**, Campinas, v. 14, n. 24, pp. 05-19, jan./dez. 2024.

[8] DINIZ-PEREIRA, Júlio Emílio. Da racionalidade técnica à racionalidade crítica: formação docente e transformação social: perspectivas em diálogo. **Educação e Sociedade**, v. 21, n. 1, pp. 21-33, 2014.

[9] FRANCO, Maria Amélia Santoro. **Prática docente universitária e a construção coletiva de conhecimentos**: possibilidades de transformações no processo ensino-aprendizagem. São Paulo: EdUSP, 2009.

[10] FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 6ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

[11] GIROTTO, Eduardo Donizeti. **Entre a escola e a universidade**: O produtivismo-aplicacionismo na formação de professores em Geografia. 237 páginas. (Tese de Doutorado). Pós-Graduação em Geografia Humana. São Paulo/SP: USP/FFLCH, 2014.

[12] GOBBI, Talita Vanessa de Matos. **Conteúdos locais na proposta pedagógica curricular de Pato Branco/PR**: uma análise sobre adequações curriculares a partir da BNCC e RCP-CREP/PR. 198 páginas. (Dissertação de Mestrado). Pós-Graduação em Educação. Francisco Beltrão/PR: UNIOESTE/CCH, 2023.

[13] HERNANDES, Ravena; BORBA, Valquíria Claudete Machado. A Base Nacional Comum Curricular: das políticas de currículo ao PNLD. **Revista Tabuleiro de Letras**, v. 18, n. 1, pp. 72-86, jan./jun. 2024.

[14] LIMA, Jonata Souza de; MUNIZ, Érico Silva. História da Amazônia, história do Brasil? uma análise sobre os conteúdos regionais na BNCC. **Textura**, v. 22, n. 50, pp. 265-288, abr./jun. 2020.

[15] LOPES, Claudivan Sanches. O trabalho pedagógico do professor de Geografia e seus saberes. In: PORTUGAL, Jussara Fraga; OLIVEIRA, Simone Santos de; RIBEIRO, Solange Lucas (Orgs). **Formação e Docência em Geografia**: narrativas, saberes e práticas. Salvador: EdUFBA, 2016.

[16] MACEDO, Elizabeth. Base Nacional Curricular Comum: novas formas de sociabilidade produzindo sentidos para Educação. **e-Curriculum**, PUC-SP, v. 12, n. 3, pp. 1530-1555, out./dez. 2014.

[17] MACÊDO, Helenize Carlos de. Refletindo sobre o espaço vivido: o lugar na construção dos conhecimentos geográficos. **Revista Brasileira de Educação em Geografia**, Campinas, v. 5, n. 10, pp. 152-165, jul./dez. 2015.

[18] MACEDO, Valter Luiz de. "Conversas sobre o Rio": propondo laços entre Extensão Universitária e Ensino Médio. In: CAVALCANTI, Paula Arcoverde (Org.). **Educação**: teorias, métodos e perspectivas: vol. IV. Curitiba: Artemis, 2021, pp. 129-137.

[19] MORMUL, Najla Mehanna. O papel do professor de Geografia na sociedade contemporânea. **Perspectiva Geográfica**, Marechal Cândido Rondon, v. 13, n. 18, p. 32-41, jan./jun. 2018. Disponível em: http://e-revista.unioeste.br/index.php/pgeografica/article/view/19667. Acesso em: 25 de mar. 2021.

[20] PAULA, Alessandra Valéria de. **BNCC e os currículos subnacionais**: prescrições indutoras das políticas educacionais e curriculares. 149 páginas. (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Educação. Brasília/DF: UnB/Faculdade de Educação, 2020.

[21] RISCAROLLI, Eliseu. BNCC e curriculo regional: encruzilhadas, dilemas e perspectivas no(do)mercado. **JNT Facit Business and Technology Journal**. Araguaína/TO, ed. 47, v. 1, pp. 412-432, nov. 2023.

[22] SAGGIORATO, Bruno; LEME, Ricardo Carvalho. Os saberes do professor de Geografia. **Geografia Ensino & Pesquisa**, Santa Maria, v. 24, e35, 2020. Disponível em: https://periodicos.ufsm.br/geografia/article/view/42578. Acesso em: 15 de mar. 2021.

[23] SANTOS, Clézio dos. Inovação no ensino de Geografia e as práticas extensionistas na Educação da Baixada fluminense. **Ciência Geográfica**, Bauru, ano XXIX, v. XXIX, n. 1, pp. 290-305, jan./dez. 2025.

[24] SANTOS, Ivaneide Silva dos; FERREIRA, Carlos Lima. O Estágio Supervisionado em Geografia e o protagonismo discente frente à curricularização da extensão. **Revista Ensino de Geografia**, Recife, UFPE, v. 8, n. 1, pp. 01-18, 2025.

[25] SILVA, André de Paula; AZEVEDO, Sandra de Castro de. As cidades pequenas e o ensino de Geografia: uma análise a partir do Guia do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). **Geomae**, Campo Mourão/PR, v.12, Edição Especial SINAPEQ (V Simpósio Nacional sobre Pequenas Cidades 2020), pp. 549-564, 2021.

[26] SOUSA, Ianed da Luz; NAKASHIMA, Rosária Helena Ruiz; GUTBERLETT, Jutta. A Extensão Universitária: espaço de comunicação e de transformação social. **Cadernos de Pesquisa**, São Luís, v. 28, n. 4, pp. 372-395, out./dez. 2020.

[27] SÜSSEKIND, Maria Luiza. As (im)possibilidades de uma Base Comum Nacional. **e-Curriculum**, PUC-SP, v. 12, n. 3, pp. 1512-1529, out./dez. 2014.

[28] TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. 17ª ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

Capítulo 5

Identificação e análise de variáveis associadas ao crescimento populacional de municípios dos estados da Região Centro-Oeste de 2010 a 2020

Alexandre Bandeira Monteiro e Silva
Maria Laura Aparecida Santos de Souza

Resumo: O objetivo deste trabalho envolveu identificar e analisar as principais variáveis sociais, econômicas e do setor público que estão ligadas ao crescimento populacional de municípios dos estados de Mato Grosso do Sul, Goiás e Mato Grosso, do ano de 2010 e 2020. A metodologia utilizada abordou análise estatística e descritiva de dados, contendo variáveis sociais, econômicas e do setor público, por meio de seleção de municípios dos estados da região Centro-Oeste que apresentaram, no ano de 2010 ou 2020, mais de 10.000 habitantes. As fontes de dados foram: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), do Atlas do Desenvolvimento Humano, Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA) e do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Os resultados encontrados demonstraram que os fatores que estão fortemente associados com a variação do crescimento populacional são as variáveis econômicas como: PIB municipal, PIB indústria, PIB serviços e números de empregos, acompanhada da capacidade do setor público de gerir recursos para a população e por fim das variáveis sociais (como anos de estudo, esgoto e Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHm). Isto demonstra que locais com maior geração de emprego, com melhor estrutura e desenvolvimento urbano proporcionam uma maior atratividade populacional.

Palavras-chave: crescimento populacional, correlação, fatores sociais e econômicos.

1. INTRODUÇÃO

O crescimento populacional traz grandes questionamentos em assuntos relacionados ao crescimento do país, sejam elas econômicas, políticas, sociais e climáticas. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE (2023) do Censo Demográfico de 2010 para o de 2022 a população brasileira cresceu cerca de 6,5%, a taxa de crescimento anual da população do país foi de 0,52%, sendo a menor taxa desde o primeiro Censo do Brasil, em 1872.

Em termos regionais, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás, apresentaram o maior aumento na participação relativa da população do país com 0,6% a mais do que a última contagem do censo demográfico, em 2010, chegando a 8%. Com base nos dados do Censo Demográfico 2022, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE (2023), observa-se que, a Região Centro-Oeste teve uma taxa de crescimento de 1,23% ao ano, mais do que o dobro da média do país, de 0,52%. Muitos seriam os motivos que influenciam esses resultados já que a população tem grande impacto sobre a estrutura do país.

Apesar de a Região Centro-Oeste ter uma melhora no comportamento de crescimento populacional, também pode-se extrair que a média anual de crescimento populacional no país diminuiu a cada ano. A redução no ritmo de crescimento da população está associada a diversos fatores, tais como, mudanças nas condutas familiares e econômicas e até a própria pandemia da Covid-19 iniciada no ano de 2020.

Entretanto, segundo Marques (2011), o crescimento da Região Centro-Oeste não ocorreu de forma harmoniosa, sendo que fora identificado um crescimento desigual ou não homogêneo de municípios da Região Centro-Oeste no período entre 1980 e 2000. Isto, também, justifica o presente trabalho, frente a problemática, e tendo em vista o intuito de perceber estas diferenças, identificar variáveis de maior e menor expressividade e analisar a sua correlação com o aumento ou a redução populacional de municípios no período de 2010 e 2020.

Além disso, o estudo do comportamento do crescimento populacional auxilia a compreender a relação entre a população e o espaço urbano, para que, desse modo, haja possibilidade de elaborar políticas públicas de cunho econômico, social e ambiental, com base nas futuras possibilidades de crescimento.

Portanto, o objetivo deste trabalho envolveu identificar e analisar as principais variáveis sociais, econômicas e do setor público que estão ligadas a dinâmica demográfica de municípios dos estados da região Centro-Oeste, bem como, destacar as principais variáveis que estão correlacionadas ao crescimento ou declínio da população dos municípios analisados. Especificamente, procurou-se: 1) estudar os municípios dos estados da Região Centro-Oeste do Brasil, a partir da análise descritiva do total de população residente e de variáveis sociais, econômicas e do setor público ligadas ao aumento ou redução da população; e 2) identificar as variáveis sociais, econômicas e do setor público associadas ao crescimento ou declínio populacional de municípios dos estados da Região Centro-Oeste.

Para atingir estes objetivos, o presente estudo avaliou a dinâmica demográfica dos municípios dos estados da Região Centro-Oeste com população igual ou superior a 10.000 habitantes, no período de 2010 e 2020, identificando as mudanças correlacionadas com o aumento ou retração populacional de tais cidades nos períodos estudados. Isto tudo, para que então, possa ser respondido à seguinte questão: quais as principais variáveis sociais,

econômicas e do setor público que estão associadas ao crescimento demográfico, no período entre 2010 e 2020, em municípios dos estados da Região Centro-Oeste?

A hipótese que permeou esta pesquisa é de que variáveis sociais, econômicas e do setor público como, por exemplo: população total residente, PIB municipal, Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), número de empregos, taxa de homicídios, distância a capital, despesa orçamentaria municipal, entre outras, tem relação em maior ou menor grau com a variação no crescimento populacional de municípios dos estados da Região Centro-Oeste, levando a diferentes resultados na dinâmica demográfica populacional.

Além desta introdução, o trabalho também conta com as seguintes partes, a saber: a revisão bibliográfica, com o embasamento literário sobre o crescimento populacional, a metodologia, descrevendo o caminho desenvolvido e os métodos utilizados para análise, os principais resultados, as considerações finais, e, por fim, as referências com os autores citados.

2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Na revisão de literatura foram analisados estudos, especificamente brasileiros, relacionados com a evolução demográfica de grandes regiões do Brasil, prevalecendo o processo de migrações internas brasileiras, abrangendo, estados, macro e microrregiões de algumas grandes cidades.

Inicialmente, Morais e Silva (2007), estudaram o crescimento econômico e populacional de cento e vinte e um municípios do Rio Grande do Sul no período de 1985 a 2000, utilizando o método dos Mínimos Quadrados Ordinários (MQO) e dados de cross – section. Os resultados mostraram que os municípios com renda mais elevada, com baixos índices de violência, que possuem educação de qualidade, tem fácil acesso a redes de água, e esgoto e com maior participação de indústrias, conseguem obter uma maior taxa de crescimento populacional.

De forma semelhante, Marques (2011), em seu estudo buscou identificar e analisar fatores relacionados ao crescimento populacional dos municípios da região Centro-Oeste no período de 1980 a 2000. Utilizou como método a pesquisa exploratória, para coletar os dados e a análise descritiva, com o objetivo de descrever as variáveis selecionadas e analisá-las especificando cada município e sua correlação e identificando os fatores que estão associados ao crescimento populacional. Os resultados encontrados mostram que os fatores mais associados ao crescimento populacional são número de empregos, anos de estudo, Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), Produto Interno Bruto (PIB) do setor de serviços e o acesso a água potável.

Outro estudo importante é o de Barbosa (2013) apud Pereira (2017), que analisou a influência de fatores econômicos, sociais, ambientais e institucionais sobre o desenvolvimento de municípios na Microrregião de Dourados/MS, tendo como base o ano de 2010, utilizando variáveis econômicas do agronegócio, saúde, assistência social, educação, emprego, consumo de energia elétrica, infraestrutura urbana e institucional. Utilizou como método a análise fatorial, uma técnica da estatística multivariada. Foi constatado em seu trabalho que o principal determinante do processo de desenvolvimento foi o Desempenho Socioeconômico-ambiental institucional com uma porcentagem de 53,55% dos dados. O segundo fator foi o Desempenho do Agronegócio, com um resultado de 37,54% da variância dos dados. Pode assim concluir que há grandes disparidades entre municípios em termos de desenvolvimento.

No estudo de Pereira (2017) foram identificadas as principais variáveis socioeconômicas correlacionadas ao crescimento populacional de municípios da região Centro-Oeste tendo como base os estados de Mato Grosso do Sul, Goiás e Mato Grosso, no período de 2000 e 2010. A metodologia utilizada na elaboração do trabalho foi a análise estatística e descritiva de dados, incluindo variáveis sociais, econômicas e do setor público, selecionando alguns municípios dos estados da região Centro-oeste que apresentavam, no ano de 2000 ou 2010 mais de 10.000 habitantes. Os resultados mostraram que as variáveis como: o PIB indústria, PIB serviços e números de empregos, seguidas dos aspectos sociais (como os anos de estudos e índice de desenvolvimento humano municipal – IDHm) estão fortemente associadas ao crescimento populacional.

Nesse cenário, no artigo de Corrêa, Monteiro e Rippel (2018) sobre fluxos migratórios no estado de Mato Grosso do Sul no período de (1970-2010), estudaram a evolução da concentração populacional urbana e rural de Mato Grosso do Sul. Como método utilizaram indicadores de localização, através do Quociente Locacional e o Coeficiente de Localização, utilizaram também indicadores de redistribuição populacional, que é medido pelo Coeficiente de Redistribuição. Através de uma análise descritiva, puderam constatar que os mesmos municípios que concentravam população nas décadas de 1970 e 1980, ainda a concentram nos períodos atuais.

Já no estudo elaborado por Saath e Fachinello (2018), observou-se que o crescimento populacional, o aumento no consumo, o aumento na renda per capita e a expansão das cidades com o passar do tempo, fazem com que se torne ainda mais presente a incapacidade de suprir as necessidades humanas. Pelo lado da oferta, restrições sobre a produtividade ampliam a dimensão do problema. Com a metodologia do modelo instrumental de insumo-produto, analisaram como o crescimento da demanda de alimentos, no período de 2012 a 2024, deve elevar a demanda por novas terras produtivas no Brasil. Considerando-se os limites existentes na fronteira agrícola definidos pela Embrapa (2014). Os resultados concluíram que, embora exista uma pequena área legalmente disponível para a expansão agropecuária no Brasil, as novas demandas deveram ser atendidas com aumentos de produtividade.

Outro relevante estudo, baseado nas informações do Censo Demográfico 2022, identificou uma grande participação da região Centro-Oeste no crescimento populacional. Este crescimento é resultado de diversos fatores, onde o aumento da migração interna na região vem chamando a atenção dos pesquisadores, via o aumento das atividades econômicas local e a melhoria nos indicadores sociais. Esse crescimento populacional traz desafios e oportunidades para a região. É necessário investir em infraestrutura, saúde e educação para garantir uma melhor qualidade de vida. Assim, é importante também que o crescimento econômico traga consigo a geração de mais empregos e o aumento da renda, para contribuir com a melhora nas condições de vida da população (Novo; Freitas; Djaló, 2023).

3. METODOLOGIA

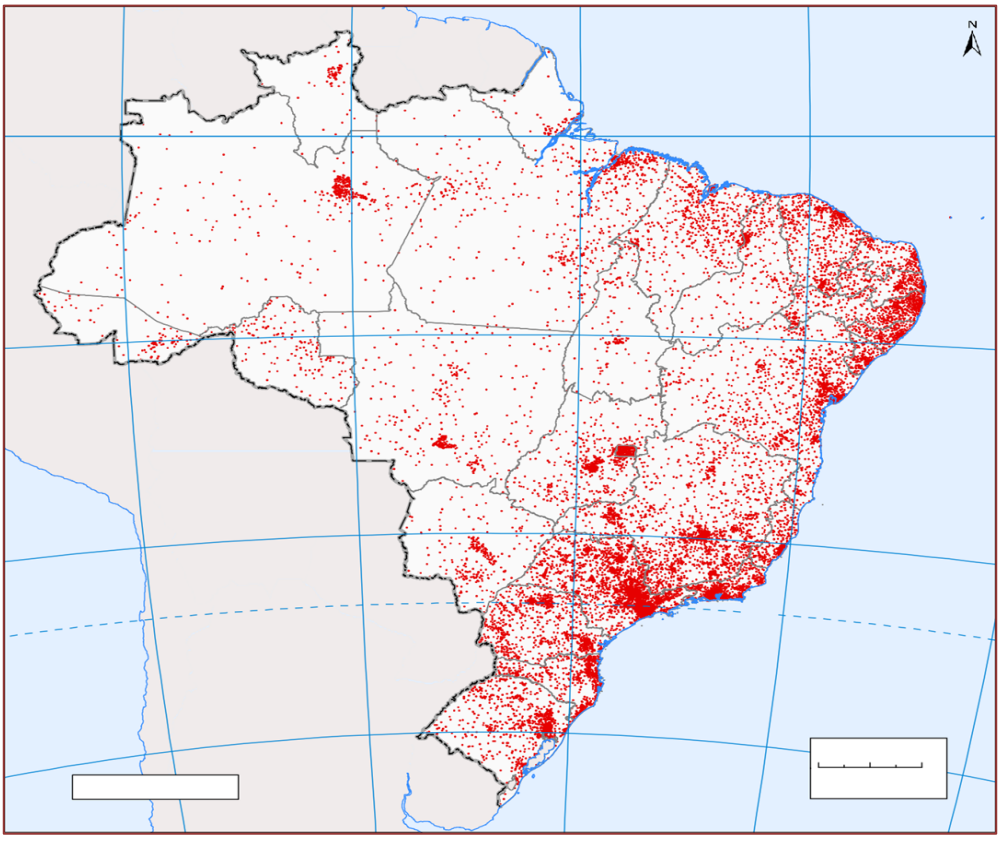
3.1. ÁREA DE ESTUDO

A área de estudo analisada neste trabalho engloba municípios dos estados da região Centro-Oeste que possuem uma população igual ou maior que 10.000 habitantes, tendo como referência os estados de Goiás (GO), Mato Grosso (MT), Mato Grosso do Sul (MS), à exceção do Distrito Federal (DF).

Na sequência, no mapa, dado pela Figura 1, pode ser visualizada a distribuição da população brasileira. Como se pode observar, a maior parte da população ainda está concentrada nas capitais, gerando assim um maior fluxo populacional nessas localidades, demonstrando que quanto mais próximo for o município da capital maior fluxo populacional a Região possui.

Especificamente, no caso da Região Centro-Oeste, pode-se observar, de maneira geral, um território em expansão, em termos de densidade demográfica, mas com perspectivas de crescimento da população ao longo do tempo, segundo a atratividade de cada município e seus fatores associados.

Figura 1: Mapa brasileiro mostrando a distribuição da população



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatistica – IBGE (2024).

3.2. MÉTODO E DADOS UTILIZADOS

Um aspecto relevante a ser considerado, neste estudo, é um exemplo de modelo que descreva o comportamento do indivíduo que deverá se movimentar entre as cidades no tempo e quais são as variáveis determinantes do processo dinâmico das cidades. Assim, a estrutura aqui utilizada segue a proposta de Glaeser et al (1992) e Glaeser et al (1995), onde considera-se que as cidades são tratadas como unidades econômicas independentes, com perfeita mobilidade dos fatores capital e do trabalho. Desta forma, a diferença que passa a existir para explicar o crescimento populacional são variáveis como a qualidade de vida e o nível de produtividade. Vale destacar que a medida de qualidade de vida pode contemplar criminalidade, acesso a rede de esgoto e água potável, o nível de educação,

indicadores sociais, dentre outras. Já o nível de produtividade pode ser visto pela produção na agropecuária, indústria, serviços, nível de empregos, custo de transporte, etc.

O modelo descrito acima pode ser percebido, a partir de informações individuais dos municípios, para cada variável considerada, sendo que duas das ferramentas estatísticas de seleção apropriadas para uma percepção são a estatística descritiva (utilizando a média, desvio padrão, valores máximo e mínimo) e a correlação entre os dados.

Baseado em Gujarati (2006), a correlação mede o grau de associação linear entre as variáveis, X e Y, e não implica necessariamente em qualquer relação de causa e efeito, além de possuir natureza simétrica.

O coeficiente ($\boldsymbol{\rho}$) apresenta valores entre -1 e 1, em que -1 considera-se correlação negativa e 1 correlação positiva. Sua interpretação dependerá do valor numérico e do sinal, como: $\rho_{xy=-1}$: correlação perfeitamente negativa; -1 < ρ_{xy} < 0: correlação negativa; ρ_{xy}= 0: correlação nula; 0 <ρ_{xy}< 1: correlação positiva; ρ_{xy}= 1: correlação perfeitamente positiva; 0,2 < ρ_{xy}< 0,4: correlação fraca; 0,4 < ρ_{rx} < 0,7: correlação moderada e 0,7 < ρ_{rx} < 0,9: correlação forte. A medida de correlação é definida por:

$$\rho = \frac{\sum_{i=1}^{n}(x_i - \overline{x})\,(y_{i-}\overline{y})}{\sqrt{\sum_{i=1}^{n}(x_i - \overline{x})^2} \cdot \sqrt{\sum_{i=1}^{n}(y_i - \overline{y})^2}} = \frac{cov\,(X,Y)}{\sqrt{var(X) \cdot var(Y)}} \qquad (1)$$

As fontes dos dados foram, precipuamente, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA), o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil e o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), em que foram coletados dados referentes aos anos de 2010 e 2020. As variáveis coletadas dos municípios dos estados da Região Centro-Oeste foram: população residente total, expectativa de vida, anos de estudos, Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHm, PIB total, PIB indústria, PIB serviços, PIB agropecuário, domicílios com instalação adequada de esgoto, domicílios com água potável, taxa de homicídio, despesa e receita orçamentaria municipal, número de empregos, custos de transporte à capital e distância à capital.

O estudo da estatística descritiva e da correlação foi realizado de acordo com a variação da população de municípios dos estados da região Centro-Oeste, sendo eles: MS, MT, GO excetuando o DF, com as variáveis selecionadas. Através disto, foi possível identificar quais variáveis estão mais ou menos associadas ao crescimento populacional, considerando, como seleção de amostra. os municípios com população igual ou maior que 10.000 habitantes no período de 2010 e/ou 2020.

Para análise dos dados foram utilizados os softwares Excel 2007 e Eviews 8. Por fim, a apresentação dos dados se deu por meio de tabelas, com suas respectivas análises.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para estudar os fatores associados aos municípios em questão, e avaliar o processo de distribuição populacional da região Centro-Oeste, as variáveis foram agrupadas por estado (MS, MT e GO) e em três categorias: sociais, econômicas e do setor público.

A pesquisa foi realizada em municípios dos estados da Região Centro-Oeste brasileira que apresentaram, no ano de 2010 e/ou 2020, uma população igual ou maior a 10.000

habitantes, à exemplo: o município de Guia Lopes da Laguna/MS foi selecionado pois, no ano de 2010 contava com 10.366 habitantes, mesmo tendo diminuído para 9.824 habitantes no ano de 2020. Com isso, foi constatado uma amostra de 54 municípios (68,35%) de um total de 79 cidades para Mato Grosso do Sul; 78 municípios (55,31%) de um total de 141 cidades para Mato Grosso e 98 municípios (39,83%) de um total de 246 municípios para Goiás.

Acrescenta-se também como observação que, não foram realizados os cálculos para 2020 dos resultados das variáveis sociais: anos de estudos, esperança de vida ao nascer e Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHm), devido a não disponibilidade dos dados por município divulgados pelo IBGE, que tem o prazo até final de 2025 para divulgar todos os dados do Censo 2022.

4.1. ANÁLISE ESTATÍSTICA DE DADOS DOS MUNICÍPIOS DE MATO GROSSO DO SUL EM 2010 E 2020 COM MAIS DE 10.000 HABITANTES

As análises sociais (Tabela 1) da amostra dos 54 (68,35%) municípios sul mato-grossenses revelaram que houve um pequeno aumento da participação dos municípios com população igual ou maior que 10.000 habitantes entre 2010 e 2020 em relação ao total do número de habitantes do estado, ou seja, teve um pequeno salto de (93,94%) no ano de 2010 para (94,19%) em 2020.

Tabela 1 – Características sociais dos municípios de Mato Grosso do Sul com 10.000 habitantes ou mais em 2010 e 2020

Variáveis	2010	2020
População residente – total (habitante)	**2.449.024,00**	**2.809.394,00**
- Média	42.605,00	49.005,00
- Desvio padrão	107.580,16	124.004,53
- Mínimo (Angélica – 2010 e Guia Lopes da Laguna – 2020)	9.185,00	9.824,00
- Máximo (Campo Grande – 2010 e 2020)	786.797,00	906.092,00
Participação (%) na população total	93,94%	94,19%
Taxa de homicídios (100.000 habitantes)-total	**1.378,59**	**889,08**
- Média	30,63	19,75
- Desvio padrão	18,70	16,50
- Mínimo (São Gabriel do Oeste – 2010 e Miranda – 2020)	4,42	3,54
- Máximo (Coronel Sapucaia – 2010 e 2020)	83,76	110,70
Domicílios com água encanada (% população)-total	**5.077,07**	**5.108,39**
- Média	94,01	94,59
- Desvio padrão	5,33	9,57
- Mínimo (Paranhos – 2010 e 2020)	70,18%	58,49%
- Máximo (Fátima do Sul – 2010 e Ivinhema – 2020)	99,34%	99,87%

Tabela 1 – Características sociais dos municípios de Mato Grosso do Sul com 10.000 habitantes ou mais em 2010 e 2020. (continuação)

Variáveis	2010	2020
Domicílios - com instalação adequada de esgoto - pessoas - (%)-total	**133.100,00**	**307.470,00**
- Média	2.464,81	5.693,88
- Desvio padrão	2.062,21	2.271,93
- Mínimo (Mundo Novo – 2010 e Sete Quedas – 2020)	123,00	297,00
- Máximo (Porto Murtinho – 2010 e Três Lagoas – 2020)	8.474,00	9.218,00
Anos de estudo - % de 25 anos ou mais com médio completo-total	**1.378,23**	**---**
- Média	26,00	**---**
- Desvio Padrão	6,75	**---**
- Mínimo (Paranhos – 2010)	13,09%	**---**
- Máximo (Campo Grande – 2010)	47,81%	**---**
Esperança de vida ao nascer – Ano-total	**4.014,36**	**---**
- Média	74,00	**---**
- Desvio Padrão	1,35	**---**
- Mínimo (Itaquiraí – 2010)	71,30	**---**
- Máximo (Maracaju – 2010)	77,35	**---**
Ínidice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHm)-total	**37,008**	**---**
- Média	0.685	**---**
- Desvio Padrão	0,040	**---**
- Mínimo (Paranhos – 2010)	0,588	**---**
- Máximo (Campo Grande – 2010)	0,784	**---**

Fonte: Resultados da Pesquisa[1]

Percebe-se que, houve um aumento no total da população residente no período de 2010 e 2020, bem como também no total de domicílios com acesso a água encanada e esgoto. Assim, refletindo um ponto atrativo para Mato Grosso do Sul, visto que esses aumentos vieram acompanhados de uma redução no total da taxa de homicídios no período estudado.

A média da dispersão populacional das cidades da amostra no MS foi de 42.605 em 2010, subindo para 49.005 em 2020, sendo que o desvio padrão também aumentou implicando uma maior desconcentração populacional em torno da média. A capital – Campo Grande – continua sendo a cidade com maior número de habitantes em ambos os anos. E, o mínimo, em 2010, localizou-se em Angélica (9.185 habitantes) e 2020 em Guia Lopes da Laguna (9.824 habitantes).

Quanto a taxa de homicídio, ocorreu uma queda de 10,88% de 2010 para 2020, o qual pode ser visto na Tabela 1, podendo isto estar relacionada a implementação de políticas públicas locais para conter as mortes por homicídios. Vale ressaltar que Coronel Sapucaia apresentou-se como o município com maior taxa de homicídio, tanto em 2010, como em 2020, o que pode ser explicado pelo fato de Coronel Sapucaia ser um município que faz fronteira com outros países, onde o índice de contrabando e tráfico de drogas é elevado, gerando assim um alto índice de violência na região.

[1] Foram utilizados para as variáveis sociais: domicílios com instalação adequada de esgoto e água encanada os dados do Censo 2022 como estimativa para 2020, pois não foi possível realizar o Censo em 2020.

Por fim, a Tabela 1 apresenta outras variáveis relevantes para caracterizar o perfil social dos municípios com população igual ou superior a 10.000 habitantes no MS, tais como: domicílios com água encanada e com instalação adequada de esgoto. Ressalta-se que, ambas as variáveis apresentaram resultados positivos, ou seja, tiveram um aumento significativo em relação ao período de 2010 e/ou 2020.

A Tabela 2 expõe os valores encontrados sobre as características econômicas de Mato Grosso do Sul. A princípio, pode-se analisar uma maior participação no PIB Agropecuário entre 2010 e 2020. A maior média em Maracaju, pode ser explicada devido à forte produção de grãos e a grande extensão de área que Maracaju possui para a produção.

Em relação ao total do PIB municipal, PIB indústria, PIB agropecuária e PIB serviços, é possivel observar que houve um aumento significativo, bem como no PIB per capita também no periodo analisado. Todavia, com uma redução no total do número de emprego gerado, apresentando em 2010 um total de (261.136,00) e 2020 um total de (225.601,00).

Diante disso, embora os valores tenham aumentado do PIB municipal, PIB indústria, PIB agropecuária e PIB serviços, salienta-se a existência de disparidades entre os municípios com os menores e maiores valores do PIB, como exemplo cita-se o PIB indústria de 2020, na cidade de Paranhos (R$ 4.747,31 mil) e Três Lagoas em 2020 (R$ 3.303.269,00 milhões).

Destarte que a média dos números de empregos encerrou o ano de 2020 com 4.177,79, menor que a média do ano de 2010 que foi de 4.835,85. Neste caso, podendo estar relacionado com a crise enfrentada pela Covid-19 em 2020.

Portanto, mesmo com a média do número de empregos diminuindo, a participação no emprego estadual aumentou passando de 95,92% (ano de 2010) para 96,66% (ano 2020). O mínimo encontrado em 2010 e 2020 foi em Paranhos e Coronel Sapucaia e o máximo na capital em Campo Grande.

Tabela 2 – Características econômicas dos municípios de Mato Grosso do Sul com 10.000 habitantes ou mais em 2010 e 2020

Variáveis	2010	2020
PIB Municipal - preços constantes (R$) - a preços do ano 2010 (mil)-total	**43.478.860,00**	**59.331.267,00**
- Média	805.164,08	1.098.727,16
- Desvio padrão	2.111.072,84	2.338.303,90
- Mínimo (Paranhos – 2010 e 2020)	77.859,65	123.265,00
- Máximo (Campo Grande – 2010 e 2020)	15.089.120,02	15.895.657,00
Participação (%) no PIB estadual	91,97%	92,36%
PIB Municipal - agropecuária - valor adicionado - preços básicos – R$ a preços do ano 2010 (mil)-total	**5.885.851,34**	**11.678.076,83**
- Média	108,997,24	216.260,68
- Desvio padrão	92.850,98	195.821,57
- Mínimo (Ladário – 2010 e 2020)	4.470,60	4.747,31
- Máximo (Três Lagoas – 2010 e Maracaju – 2020)	454.789,00	819.544,00
Participação (%) no PIB agropecuário estadual	82,30%	86,49%

Tabela 2 – Características econômicas dos municípios de Mato Grosso do Sul com 10.000 habitantes ou mais em 2010 e 2020. (continuação)

Variáveis	2010	2020
PIB Municipal - indústria - valor adicionado - preços básicos - R$ a preços do ano 2010 (mil)-total	**8.114.302,06**	**10.784.433,74**
- Média	150.264,85	199.711,73
- Desvio padrão	420.469,32	535.052,80
- Mínimo (Paranhos – 2010 e 2020)	2.861,13	4.849,68
- Máximo (Campo Grande – 2010 e Três lagoas – 2020)	2.548.486,00	3.303.269,00
Participação (%) no PIB industrial estadual	86,49%	88,52%
PIB serviços - valor adicionado - preços básicos – R$ a preços do ano 2010 (mil)-total	**7.636.188,45**	**9.876.875,22**
- Média	141.410,89	182.905,09
- Desvio padrão	352.068,64	452.278,31
- Mínimo (Angélica – 2010 e Guia Lopes da Laguna – 2020)	29.998,06	34.798,44
- Máximo (Campo Grande – 2010 e 2020)	2.566.505,00	3.329.037,00
Participação (%) no PIB serviços estadual	93,27%	93,47%
PIB *per capita* (R$) – municipal		
- Média	16.529,05	51.015,99
- Desvio padrão	6.473,39	23.350,16
- Mínimo (Paranhos – 2010 e Ladário – 2020)	6.575,57	15.963,35
- Máximo (Chapadão do Sul – 2010 e Angélica – 2020)	34.715,60	106.924,28
Número de empregos-total	**261.136,00**	**225.601,00**
- Média	4.835,85	4.177,79
- Desvio padrão	19.671,00	12.265,89
- Mínimo (Paranhos – 2010 e Coronel Sapucaia – 2020)	133,00	112,00
- Máximo (Campo Grande – 2010 e 2020)	145.338,00	87.430,00
Participação (%) no emprego estadual	95,92%	96,66%

Fonte: Resultados da pesquisa[2]

Considerando as características do setor público da amostra do MS – Tabela 3 – o percentual da participação da receita e da despesa orçamentária municipal com relação ao estadual diminuiram, respectivamente: a receita orçamentária passou de 92,19% (ano de 2010) para 91,49% (ano de 2020), e a despesa orçamentária passou de 91,63% em 2010 para 91,49% em 2020.

Os municípios de Brasilândia e Costa Rica apresentaram a maior despesa orçamentária per capita com (R$ 2.326,41) para Brasilândia em 2010 e Costa Rica com (R$ 6.333,66) em 2020. A maior receita orçamentária per capita no ano de 2010 e 2020 foi no municipio de Água Clara com (R$ 2.943,46) em 2010 e (R$ 10.479,46) em 2020.

[2] Foram utilizados para a variável PIB per capita os dados de 2021 por não haver dados disponíveis para todos os municípios em 2020 no IBGE.

Tabela 3 – Característica do setor público dos municípios de Mato Grosso do Sul com 10.000 habitantes ou mais em 2010 e 2020

Variáveis	2010	2020
Receita Orçamentária Municipal (R$)-total	**4.535.126.707,00**	**12.750.207.592,00**
- Média	83.983.827,90	236.114.955,40
- Desvio padrão	226.231.951,00	581.259.726,10
- Mínimo (Deodápolis – 2010 e Guia Lopes da laguna – 2020)	15.126.018,50	42.754.296,00
- Máximo (Campo Grande – 2010 e 2020)	1.652.451.691,35	4.238.399.798,00
Participação (%) na receita orçamentária estadual	92,19%	91,49%
Receita Orçamentária Municipal – *per capita* (R$)		
- Média	1.891,04	4.985,97
- Desvio padrão	388,98	1.287,01
- Mínimo (Deodápolis – 2010 e Anastácio – 2020)	1.246,06	3.144,07
- Máximo (Água Clara – 2010 e 2020)	2.943,46	10.479,46
Despesa Orçamentária Municipal (R$)-total	**3.179.044.214,00**	**8.677.931.260,00**
- Média	58.871.189,20	160.702.430,70
- Desvio padrão	143.466.068,00	383.791.341,20
- Mínimo (Eldorado – 2010 e Sete Quedas – 2020)	9.311.011,89	31.338.727,00
- Máximo (Campo Grande – 2010 e 2020)	1.032.268.438,49	2.805.379.533,00
Participação (%) na despesa orçamentária estadual	91,63%	91,49%
Despesa Orçamentária Municipal – *per capita* (R$)		
- Média	1.408,76	3.464,68
- Desvio padrão	299,69	751,55
- Mínimo (Eldorado – 2010 e Ladário – 2020)	796,22	2.253,24
- Máximo (Brasilândia – 2010 e Costa Rica – 2020)	2.326,41	6.333,66

Fonte: Resultados da pesquisa.

Por fim, mesmo com uma redução na participação das receitas e despesas geradas, é possível observar que houve um aumento na média e no desvio padrão, bem como, no total de receitas e despesas orçamentárias, o que indica que houve mais arrecadações do que gastos no período estudado. Podendo ser explicado pelo repasse de recursos feitos pelo governo para os municípios durante a Pandemia da Covid 19, para a manutenção dos municípios.

4.2. ANÁLISE ESTATÍSTICA DE DADOS DOS MUNICÍPIOS DE MATO GROSSO EM 2010 E 2020 COM MAIS DE10.000 HABITANTES

Analisando o comportamento das variáveis da amostra de municípios do estado de Mato Grosso, dos quais selecionaram-se 78 (55,31%) de 141 municípios, os resultados dos elementos sociais estão contidos na Tabela 4. A população residente total estadual cresceu, assim como a participação dos municípios com população igual ou maior que

10.000 habitantes em relação a população estadual, que também aumentou, de (90,45%) em 2010 e para (90,98%) no ano de 2020.

Tabela 4 – Características sociais dos municípios de Mato Grosso com 10.000 habitantes ou mais em 2010 e 2020

Variáveis	2010	2020
População residente – total (habitante)	**3.035.122**	**3.526.220**
- Média	35.197,25	41.132,32
- Desvio padrão	69.970,03	79.678,51
- Mínimo (Alto Taquari – 2010 e Jauru – 2020)	8.072,00	8.582,00
- Máximo (Cuiabá – 2010 e 2020)	551.098,00	618.124,00
Participação (%) na população total do estado	90,45%	90,98%
Taxa de homicídios (100.000 habitantes)-total	**1.977,23**	**2.672,59**
- Média	28,24	39,30
- Desvio padrão	14,16	51,13
- Mínimo (Querência – 2010 e Rondonópolis – 2020)	7,50	0,42
- Máximo (Nova Bandeirantes – 2010 e Tapurah – 2020)	67,13	256,30
Domicílios com água encanada (% população)-total	**7.282,79**	**7.528,33**
- Média	93,36	96,51
- Desvio padrão	5,78	6,50
- Mínimo (Nossa Senhora do Livramento – 2010 e Campinápolis – 2020)	69,51	47,83
- Máximo (Lucas do Rio Verde – 2010 e Alto Taquari – 2020)	99,55	99,98
Domicílios - com instalação adequada de esgoto - pessoas - (%)-total	**154.776,00**	**306.630,00**
- Média	1.984,30	3.931,15
- Desvio padrão	1.680,06	2.506,79
- Mínimo (Alto Taquari – 2010 e Nova Olímpia – 2020)	184,00	244,00
- Máximo (Cuiabá – 2010 e Rondonópolis – 2020)	8.087,00	9.189,00
Anos de estudo - % de 25 anos ou mais com médio completo-total	**1.968,46**	**---**
- Média	25,23	---
- Desvio Padrão	7,29	---
- Mínimo (Nova Bandeirantes – 2010)	11,28	---
- Máximo (Cuiabá – 2010)	51,37	---
Esperança de vida ao nascer – Ano-total	**5.792,96**	**---**
- Média	74,26	---
- Desvio Padrão	0,95	---
- Mínimo (Peixoto de Azevedo – 2010)	70,65	---
- Máximo (Félix do Araguaia – 2010)	76,00	---
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHm)-total	**54,104**	**---**
- Média	0,693	---
- Desvio Padrão	0,039	---
- Mínimo (Campinápolis – 2010)	0,538	---
- Máximo (Cuiabá – 2010)	0,785	---

Fonte: Resultados da pesquisa.

Seguindo o mesmo padrão da população residente total, as características sociais, domicílios com água potável e esgoto, também apresentaram aumento no seu total. Porém, acompanhado também de um aumento na taxa de homicídio no período de 2010 e 2020.

A característica relacionada a violência, indicada pela taxa de homicídios (Tabela 4) mostrou uma alta na média, em que no ano de 2010 foi de 28,24% para 39,30% em 2020, podendo ser explicado pela violência na região e o aumento de operações policiais para combater o crime no município.

Já as variáveis que podem estar associadas ao desenvolvimento social, como domicílios com instalação adequada de esgoto e domicílios com acesso a água encanada apresentaram uma evolução positiva, com uma média de (93,36%) em 2010 para (96,51%) em 2020. Sendo que o máximo encontrado na cidade de Lucas do Rio Verde em 2010 foi de (99,55%) e Alto Taquari em 2020 com (99,98%).

A Tabela 5 elenca os fatores econômicos da amostra mato-grossense, onde verificou-se a média do PIB municipal com uma variação positiva crescendo 61,22% em 2020 com relação ao ano de 2010. Contudo, o desvio padrão também aumentou, o que implica uma maior diferença de cada resultado municipal em torno da média. Porém, a participação dos municípios com população igual ou maior que 10.000 habitantes do PIB municipal teve uma diminuição.

Tabela 5 – Características econômicas dos municípios de Mato Grosso com 10.000 habitantes ou mais em 2010 e 2020

Variáveis	2010	2020
PIB Municipal - preços constantes (R$) - a preços do ano 2010 (mil)-total	**52.192.785,97**	**84.149.154,00**
- Média	669.138,28	1.078.835,30
- Desvio padrão	1.559.000,84	1.906.956,24
- Mínimo (Alto Paraguai – 2010 e 2020)	55.183,06	71.876,00
- Máximo (Cuiabá – 2010 e 2020)	12.541.779,00	13.999.611,00
Participação (%) no PIB estadual	92,21%	89,32%
PIB Municipal - agropecuária - valor adicionado - preços básicos – R$ a preços do ano 2010 (mil)-total	**6.579.921,67**	**18.427.622,59**
- Média	84.357,97	236.251,57
- Desvio padrão	88.332,73	296.992,04
- Mínimo (Arenápolis – 2010 e 2020)	7.137,52	10.609,67
- Máximo (Campo Verde – 2010 e Sorriso – 2020)	375.313,58	1.339.575,98
Participação (%) no PIB agropecuário estadual	78,58%	75,90%
PIB Municipal - indústria - valor adicionado - preços básicos - R$ a preços do ano 2010 (mil)-total	**9.347.897,50**	**13.837.506,67**
- Média	119.844,84	177.403,93
- Desvio padrão	297.766,88	346.989,14
- Mínimo (Alto Paraguai – 2010 e 2020)	1.304,19	3.270,76
- Máximo (Cuiabá – 2010 e 2020)	2.169.299,80	2.073.311,16
Participação (%) no PIB industrial estadual	95,67%	94,78%

Tabela 5 – Características econômicas dos municípios de Mato Grosso com 10.000 habitantes ou mais em 2010 e 2020. (continuação)

Variáveis	2010	2020
PIB serviços - valor adicionado - preços básicos – R$ a preços do ano 2010 (mil)-total	**8.106.727,29**	**11.240.014,06**
- Média	103.932,40	144.102,74
- Desvio padrão	205.090,37	276.185,16
- Mínimo (Ribeirão Cascalheira – 2010 e Jauru – 2020)	24.034,44	32.085,47
- Máximo (Cuiabá – 2010 e 2020)	1.632.511,65	2.165.580,71
Participação (%) no PIB serviços estadual	89,52%	89,92%
PIB *per capita* (R$) – municipal		
- Média	19.987,67	70.882,15
- Desvio padrão	13.521,92	55.874,39
- Mínimo (Alto Paraguai – 2010 e 2020)	6.607,86	14.382,30
- Máximo (Alto Araguaia – 2010 e Nova Ubiratã – 2020)	74.247,43	261.783,61
Número de empregos-total	**189.771,00**	**366.916,00**
- Média	2.464,55	4.704,05
- Desvio padrão	10.313,54	10.257,26
- Mínimo (Nova Canaã do Norte – 2010 e Alto Paraguai – 2020)	12,00	103,00
- Máximo (Cuiabá – 2010 e 2020)	91.020,00	77.061,00
Participação (%) no emprego estadual	73,28%	93,89%

Fonte: Resultados da pesquisa.

As variáveis PIB agropecuário e PIB indústria municipais seguiram o mesmo comportamento do PIB municipal, isto é, a média aumentando com a participação em relação a estadual diminuindo. Já o PIB serviço seguiu o mesmo comportamento com a média em relação ao PIB municipal, porém com uma diferença na participação estadual, apresentando um pequeno aumento de (89,52%) em 2010 para (89,92%) em 2020. O PIB serviço máximo em 2010 e 2020 foi em Cuiabá com (R$ 1.632.511,65 milhões) em 2010 e (R$ 2.165.580,71 milhões) em 2020.

A média do PIB per capita, nos anos pesquisados, embora tenha aumentado com uma variação positiva de (254,62%), o seu desvio padrão também aumentou, com uma variação em (313,21%), conforme a Tabela 5. E a média do número de empregos também obteve uma variação positiva (90,86%) no ano de 2010 relativo a 2020, sendo os máximos encontrados na cidade de Cuiabá (ano de 2010 com 91.020,00) e (ano de 2020 com 77.061,00).

Contudo, o PIB agropecuário apresentou um total bem significativo, no presente estudo, podendo ser explicado pelo bom desempenho no cultivo de soja, algodão herbáceo em caroço e cultivo de cereais (sobretudo o milho) em 2020.

As características do setor público da amostra da pesquisa no estado de Mato Grosso são elencadas na Tabela 6. A média da receita orçamentária municipal aumentou, assim como o desvio padrão, indicando uma maior dispersão em torno da média. A participação da receita orçamentária municipal em relação a estadual aumentou de 86,67% em 2010 para 87,83% em 2020, indicando um aumento na participação dos municípios com 10.000 habitantes ou mais.

A média da receita orçamentária per capita obteve uma boa evolução se comparar o seu valor em 2010 e 2020, apesar de seu desvio padrão também ter aumentado. De qualquer

maneira, o valor mínimo em 2010 havia sido de R$ 934,49 na cidade de Alto Paraguai, sendo que em 2020 o valor chegou a R$ 2.348,62 em Colniza.

Analisando a média da despesa orçamentária municipal do ano de 2010 e 2020, percebe-se que houve um aumento significativo, porém abaixo da receita orçamentária. A média da despesa orçamentária municipal per capita também aumentou nos referidos anos. E os municípios de Alto Taquari e Paranaíta apresentaram os valores máximos com (R$ 2.594,95) em Alto Taquari 2010 e Paranaíta (R$ 5.947,17) em 2020.

Tabela 6 – Características do setor público dos municípios de Mato Grosso com 10.000 habitantes ou mais em 2010 e 2020

Variáveis	2010	2020
Receita Orçamentária Municipal (R$)-total	**4.312.842.823,00**	**14.145.734.693,00**
- Média	56.010.945,75	181.355.573,00
- Desvio padrão	105.870.731,40	349.728.840,80
- Mínimo (Alto Paraguai – 2010 e 2020)	9.406.569,17	27.093.496,00
- Máximo (Cuiabá – 2010 e 2020)	852.560.539,44	2.766.473.099,00
Participação (%) na receita orçamentária estadual	86,67%	87,83%
Receita Orçamentária Municipal – *per capita* (R$)		
- Média	1.718,61	4.618,91
- Desvio padrão	481,82	1.263,44
- Mínimo (Alto Paraguai – 2010 e Colniza – 2020)	934,49	2.348,62
- Máximo (Alto Taquari – 2010 e Querência – 2020)	3.602,07	7.620,93
Despesa Orçamentária Municipal (R$)-total	**3.006.319.458,00**	**9.115.411.659,00**
- Média	39.043.109,84	116.864.252,00
- Desvio padrão	66.430.390,65	217.607.532,50
- Mínimo (Ribeirão Cascalheira – 2010 e Alto Paraguai – 2020)	5.855.931,00	21.859.227,00
- Máximo (Cuiabá – 2010 e 2020)	515.167.011,00	1.702.109.435,00
Participação (%) na despesa orçamentária estadual	86,61%	87,78%
Despesa Orçamentária Municipal – *per capita* (R$)		
- Média	1.224,26	3.064,25
- Desvio padrão	354,59	921,36
- Mínimo (Pontes e Lacerda – 2010 e Colniza – 2020)	631,93	1.434,16
- Máximo (Alto Taquari – 2010 e Paranaíta – 2020)	2.594,95	5.947,17

Fonte: Resultados da pesquisa.

4.3. ANÁLISE ESTATÍSTICA DE DADOS DOS MUNICÍPIOS DE GOIÁS EM 2010 E 2020 COM MAIS DE 10.000 HABITANTES

A amostra de 98 (39,83%) municípios do estado de Goiás evidencia oscilações em suas variações de crescimento relacionadas aos anos de 2010 e 2020. Em suma, foram encontradas 10 cidades com diminuição no número de habitantes. Os municípios que apresentaram maiores variações negativas foram: Mara Rosa com (-12,08%) e Santa Terezinha de Goiás com (-16,89%).

As características sociais dos municípios de Goiás com população igual ou maior que 10.000 habitantes foram agrupadas na Tabela 7. Nota-se que houve aumento na população estadual, quanto a participação dos municípios com população igual ou maior que 10.000 habitantes em 2020 (90,34%) com relação ao ano de 2010 (89,06%), atingindo um aumento de 1,28%.

Em relação ao total de domicílios com acesso a água encanada e esgoto, houve um aumento no período de 2010 e 2020, acompanhando o total da população residente. Entretanto, também houve um aumento no total da taxa de homicídio indo de (2.216,52) em 2010 para (2.716,43) em 2020.

A média do número de habitantes da amostra foi de 54.564,36 habitantes em 2010 e evoluiu em 2020 para 65.577,89 – Tabela 7. No entanto, o desvio padrão aumentou no ano de 2020, levando a concluir que houve uma maior variação da população em torno da média. A cidade com menor número de habitantes em 2010 foi Chapadão do Céu (7.001,00 habitantes) e Santa Terezinha de Goiás (8.562,00 habitantes) no ano de 2020.

Tabela 7 – Características sociais dos municípios de Goiás com 10.000 habitantes ou mais em 2010 e 2020

Variáveis	2010	2020
População residente – total (habitante)	**6.003.788**	**7.113.535**
- Média	54.564,36	65.577,89
- Desvio padrão	141.946,88	170.034,27
- Mínimo (Chapadão do Céu – 2010 e Santa Terezinha de Goiás – 2020)	7.001,00	8.562,00
- Máximo (Goiânia – 2010 e 2020)	1.302.001,00	1.536.097,00
Participação (%) na população total do estado	89,06%	90,34%
Taxa de homicídios (100.000 habitantes) -total	**2.216,52**	**2.716,43**
- Média	28,41	31,96
- Desvio padrão	19,04	14,95
- Mínimo (Jaraguá – 2010 e Formosa – 2020)	4,69	3,23
- Máximo (Luziânia – 2010 e Mozarlândia – 2020)	81,05	69,31
Domicílios com água encanada (% população)-total	**9.302,23**	**9.669,07**
- Média	94,92	98,66
- Desvio padrão	6,17	1,24
- Mínimo (Flores de Goiás – 2010 e Goianira – 2020)	56,79	91,94
- Máximo (Goiânia – 2010 e Pontalina – 2020)	99,49	99,83
Domicílios - com instalação adequada de esgoto - pessoas - (%)-total	**374.155,00**	**620.935,00**
- Média	3.817,90	6.336,07
- Desvio padrão	2.411,65	2.497,85
- Mínimo (Piranhas – 2010 e Aragoiânia – 2020)	159,00	650,00
- Máximo (Paranaiguara – 2010 e Chapadão do Céu – 2020)	9.032,00	9.661,00
Anos de estudo - % de 25 anos ou mais com médio completo-total	**2.682,03**	**---**
- Média	27,36	**---**
- Desvio Padrão	6,07	**---**
- Mínimo (Nova Crixás – 2010)	14,15	**---**
- Máximo (Goiânia – 2010)	52,32	**---**

Tabela 7 – Características sociais dos municípios de Goiás com 10.000 habitantes ou mais em 2010 e 2020 (continuação)

Variáveis	2010	2020
Esperança de vida ao nascer – Ano-total	**7.331,60**	---
- Média	74,81	---
- Desvio Padrão	0,94	---
- Mínimo (Flores de Goiás – 2010)	72,96	---
- Máximo (Pires do Rio – 2010)	77,79	---
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHm)-total	**69,406**	---
- Média	0,708	---
- Desvio Padrão	0,032	---
- Mínimo (São Domingos – 2010)	0,597	---
- Máximo (Goiânia – 2010)	0,799	---

Fonte: Resultados da pesquisa

Ressalta-se a diferença existente na taxa de homicídios de menor e maior índice, vez que a cidade de Jaraguá 2010 e Formosa 2020 atingiram respectivamente, 4,29 e 3,23. Já a taxa no ano de 2010 em Luziânia chegou a 81,05 e Mozarlândia com 69,31, com um aumento na média e uma redução no desvio padrão.

As demais variáveis analisadas na amostra que se incluem nos aspectos sociais como: domicílios com instalação adequada de esgoto e domicílios com água encanada também apresentaram resultados positivos, levando a observar uma melhora na participação dos municípios nos fatores sociais, que explicam a qualidade de vida da população.

A Tabela 8 descreve os fatores econômicos da amostra de Goiás, com aumento na média no valor do PIB municipal, bem como no PIB agropecuário e PIB serviços, contudo, acompanhado de queda, no desvio padrão e na participação no PIB municipal e um aumento no desvio padrão do PIB agropecuário e PIB serviços. O PIB indústria apresentou uma queda na média, com o mínimo encontrado em Flores de Goiás em 2010 com (R$ 3.601,66) e Santa Terezinha de Goiás em 2020 com (R$ 2.772,60). A capital (Goiânia) apresentou o maior valor em ambos os anos.

Tabela 8 – Características econômicas dos municípios de Goiás com 10.000 habitantes ou mais em 2010 e 2020

Variáveis	2010	2020
PIB Municipal - preços constantes (R$) - a preços do ano 2010 (mil)-total	**96.222.260,00**	**106.115.761,00**
- Média	981.859,80	1.082.813,88
- Desvio padrão	3.188.587,00	3.005.540,51
- Mínimo (Aragoiânia – 2010 e 2020)	57.897,23	78.211,00
- Máximo (Goiânia – 2010 e 2020)	29.038.011,00	27.420.654,00
Participação (%) no PIB estadual	90,12%	89,72%

Tabela 8 – Características econômicas dos municípios de Goiás com 10.000 habitantes ou mais em 2010 e 2020 (continuação)

Variáveis	2010	2020
PIB Municipal - agropecuária - valor adicionado - preços básicos – R$ a preços do ano 2010 (mil)-total	**7.415.947,13**	**11.275.180,33**
- Média	75.672,92	115.052,86
- Desvio padrão	114.776,04	174.007,03
- Mínimo (Valparaíso de Goiás – 2010 e 2020)	452,99	416,89
- Máximo (Rio Verde – 2010 e 2020)	593.343,38	1.135.441,85
Participação (%) no PIB agropecuário estadual	71,46%	73,61%
PIB Municipal - indústria - valor adicionado - preços básicos - R$ a preços do ano 2010 (mil)-total	**23.698.616,41**	**22.355.670,52**
- Média	241.822,61	228.119,08
- Desvio padrão	740.941,66	525.625,11
- Mínimo (Flores de Goiás – 2010 e Santa Terezinha de Goiás – 2020)	3.601,66	2.772,60
- Máximo (Goiânia – 2010 e 2020)	5.650.214,00	3.910.013,00
Participação (%) no PIB industrial estadual	89,67%	89,89%
PIB serviços - valor adicionado - preços básicos – R$ a preços do ano 2010 (mil)-total	**12.519.555,19**	**15.794.238,16**
- Média	127.750,56	161.165,69
- Desvio padrão	348.219,13	414.162,72
- Mínimo (Nova Veneza – 2010 e Santa Terezinha de Goiás – 2020)	18.270,36	21.299,02
- Máximo (Goiânia – 2010 e 2020)	3.280.926,00	3.789.074,00
Participação (%) no PIB serviços estadual	87,39%	88,32%
PIB *per capita* (R$) – municipal		
- Média	15.099,15	40.474,89
- Desvio padrão	13.137,09	29.359,59
- Mínimo (Águas Lindas de Goiás – 2010 e Novo Gama – 2020)	4.242,15	9.645,45
- Máximo (Chapadão do Céu – 2010 e 2020)	97.395,72	202.715,24
Número de empregos-total	**688.617,00**	**534.312,00**
- Média	7.026,70	5.452,16
- Desvio padrão	28.569,81	20.324,27
- Mínimo (Petrolina de Goiás – 2010 e Flores de Goiás – 2020)	267,00	89,00
- Máximo (Goiânia – 2010 e 2020)	274.618,00	191.680,00
Participação (%) no emprego estadual	91,84%	93,99%

Fonte: Resultados da pesquisa.

As características econômicas apresentaram aumento no total do PIB municipal, PIB agropecuário, PIB serviço e PIB per capita, e uma redução no total do PIB indústria e número de empregos em 2010 e 2020. Podendo ser explicado pela queda na indústria de transformação (-7,1%), impactada pela redução na produção de álcool e biocombustíveis em 2020.

A média do PIB per capita da amostra teve um aumento relevante, sendo R$ 15.099,15 (ano de 2010) passando para R$ 40.474,89 (ano de 2020), isso equivale a uma variação percentual de 168,06%. No entanto, ressalta-se que a média do desvio padrão do PIB per capita também aumentou de R$ 13.137,09 em 2010 para R$ 29.359,59 em 2020, indicando uma maior variação em torno da média.

O número de empregos teve uma variação média negativa de crescimento, acompanhado de uma queda no seu desvio padrão, portanto, com diminuição da dispersão entre os municípios, podendo estar relacionado com impactos gerados pela Covid-19. As cidades com menos números de empregos foram: Petrolina de Goiás em 2010 com (267,00) e Flores de Goiás em 2020 com (89,00).

Na sequência é apresentada a Tabela 9 sobre os dados relativos aos aspectos do setor público dos municípios de Goiás com população igual ou maior que 10.000 habitantes. Por conseguinte, ocorreu uma variação média positiva da receita orçamentária municipal e da receita orçamentária municipal per capita.

Tabela 9 – Características do setor público dos municípios de Goiás com 10.000 habitantes ou mais em 2010 e 2020

Variáveis	2010	2020
Receita Orçamentária Municipal (R$)-total	**7.858.193.222,00**	**22.536.112.006,00**
- Média	81.012.301,25	229.960.326,59
- Desvio padrão	242.468.544,20	645.827.860,00
- Mínimo (Nova Veneza – 2010 e Piranhas – 2020)	11.260.435,00	20.719.272,00
- Máximo (Goiânia – 2010 e 2020)	2.325.989.399,42	6.083.895.851,00
Participação (%) na receita orçamentária estadual	84,26%	85,06%
Receita Orçamentária Municipal – *per capita* (R$)		
- Média	1.533,98	3.791,42
- Desvio padrão	539,25	1.260,43
- Mínimo (Novo Gama – 2010 e 2020)	724,38	1.778,21
- Máximo (Chapadão do Céu – 2010 e 2020)	4.488,49	9.678,01
Despesa Orçamentária Municipal (R$)-total	**4.973.951.556,00**	**14.626.948.032,00**
- Média	52.357.384,80	149.254.571,80
- Desvio padrão	142.670.492,60	396.808.512,30
- Mínimo (Piranhas – 2010 e Rialma – 2020)	6.951.520,71	5.898.456,98
- Máximo (Goiânia – 2010 e 2020)	1.346.275.346,91	3.692.260.510,00
Participação (%) na despesa orçamentária estadual	83,02%	84,82%
Despesa Orçamentária Municipal – *per capita* (R$)		
- Média	1.035,54	2.499,97
- Desvio padrão	349,10	792,67
- Mínimo (Novo Gama – 2010 e Rialma – 2020)	450,43	539,16
- Máximo (Chapadão do Céu – 2010 e Barro Alto – 2020)	3.152,01	5.109,35

Fonte: Resultados da pesquisa.

Em ambas, além de apresentarem as médias de seus resultados positivos referente ao ano de 2010 para o ano de 2020, a participação em relação a receita estadual também aumentou passando de 84,26% (em 2010) para 85,06% (em 2020). Apesar disso, o desvio padrão também aumentou, mostrando uma diferença em torno da média.

Nesse contexto, atenta-se ao fato de que a média da despesa orçamentária municipal e despesa orçamentária municipal per capita, ainda que tenham crescido nos anos da pesquisa, essas variáveis aumentaram abaixo da receita.

Do mesmo modo, a participação da despesa orçamentária em relação a despesa estadual, aumentou abaixo da participação da receita, passando de 83,02% (em 2010) para 84,82% (em 2020).

Concluindo a análise das características do setor público, verificou-se também que houve um aumento no total de receitas e despesas orçamentárias no período de 2010 e 2020, destacando que, a receita obteve um aumento maior que a despesa, mostrando que Goiás apresentou em seu setor público mais ganhos do que gastos nos investimentos.

4.4. ANÁLISE DAS CORRELAÇÕES DE DADOS DOS MUNICÍPIOS DOS ESTADOS DA REGIÃO CENTRO-OESTE COM 10.000 HABITANTES OU MAIS EM 2010

Outro ponto relevante da presente pesquisa é analisar a relação entre a variação da população residente de 2010 e 2020 e das demais variáveis selecionadas do ano de 2010, ou seja, saber se as alterações ocorridas pela variação da população total são acompanhadas por alterações nas outras, por meio da correlação.

4.4.1. ANÁLISE DE CORRELAÇÃO DE DADOS PARA A AMOSTRA DOS MUNICÍPIOS DE MATO GROSSO DO SUL

De acordo com a Tabela 10, que mostra os resultados das correlações para o MS, verifica-se uma forte associação entre o crescimento populacional e a maior parte dos fatores econômicos como: PIB municipal (0,99), PIB indústria (0,88) e PIB serviços (0,98), assim como o número de empregos (0,97). Isso indica que o maior dinamismo industrial e de comércio e serviços podem ser geradores de emprego, podendo implicar em uma maior atração populacional nos municípios de Mato Grosso do Sul. Seguindo o mesmo padrão a associação também se mostrou-se relevante ao das receitas (0,98) e despesas (0,98) orçamentárias municipais.

Tabela 10 – Matriz de correlação para municípios do estado de Mato Grosso do Sul com 10.000 habitantes ou mais em 2010 e 2020

	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M	N	O	P	Q	R	S	T
A	1,00																			
B	0,18	1,00																		
C	0,59	0,54	1,00																	
D	-0,03	-0,13	-0,08	1,00																
E	0,98	0,18	0,60	0,01	1,00															
F	-0,12	-0,26	0,03	0,03	0,00	1,00														
G	0,30	0,23	0,44	0,22	0,32	-0,06	1,00													
H	0,23	0,28	0,52	0,14	0,22	-0,27	0,34	1,00												
I	0,45	0,61	0,88	-0,03	0,44	-0,14	0,37	0,67	1,00											
J	0,97	0,17	0,53	-0,02	0,98	-0,04	0,28	0,18	0,39	1,00										
K	0,15	-0,31	-0,40	0,12	0,04	0,25	-0,27	-0,32	-0,45	0,02	1,00									
L	0,24	0,21	0,38	0,27	0,17	-0,18	0,30	0,48	0,48	0,09	0,13	1,00								
M	0,88	0,23	0,64	0,00	0,87	0,09	0,33	0,28	0,48	0,83	0,04	0,40	1,00							
N	0,99	0,21	0,62	0,00	0,99	0,01	0,33	0,25	0,48	0,97	0,04	0,26	0,93	1,00						
O	0,13	0,28	0,36	0,54	0,12	-0,03	0,21	0,42	0,48	0,08	-0,07	0,62	0,27	0,17	1,00					
P	0,98	0,18	0,60	-0,02	1,00	0,00	0,31	0,21	0,44	0,98	0,03	0,16	0,87	0,99	0,10	1,00				
Q	0,99	0,18	0,59	-0,04	1,00	-0,01	0,30	0,20	0,43	0,99	0,03	0,15	0,87	0,99	0,09	1,00	1,00			
R	0,98	0,18	0,59	0,00	1,00	0,01	0,31	0,21	0,43	0,99	0,03	0,16	0,87	0,99	0,11	1,00	1,00	1,00		
S	0,10	-0,04	0,07	0,90	0,12	0,02	0,32	0,23	0,15	0,10	0,06	0,42	0,14	0,14	0,69	0,09	0,08	0,12	1,00	
T	0,15	-0,31	-0,40	0,12	0,04	0,25	-0,27	-0,32	-0,45	0,02	1,00	0,13	0,04	0,04	-0,07	0,03	0,03	0,03	0,06	1,00

OBS: Legenda das variáveis utilizadas:
A = (pop2020-2010); B = (águaencanada2010); C = (anosestudo2010); D = (desp*percapita*2010); E = (despesa2010); F = (distância); G = (esgosto2010); H = (esperançavida2010); I = (IDHm2010); J = (nº empregos2010); K = (nº hom2010); L = (PIBagro2010); M = (PIBind2010); N = (PIBmun2010); O = (PIB*percapita*2010); P = (PIBserv2010); Q = (Pop2010); R = (receita2010); S = (receita*percapita*2010); T = (taxahomicídio2010).

Fonte: Resultados da Pesquisa.

Com relação ao PIB agropecuário (0,24) e o PIB per capita (0,13), mesmo com correlação positiva com a variação do crescimento populacional, foram fracas. A correlação também pode mostrar que o PIB agropecuário ainda não se tornou o principal polo de atração populacional no Mato Grosso do Sul. Uma possível explicação para isto, pode estar relacionada a geração de novas tecnologias no agronegócio, gerando menos demanda por mão de obra e reduzindo a atração populacional.

Acrescenta-se, ainda como moderada e fraca associação, os fatores considerados como de melhorias no bem-estar e condições de vida, isto é, a qualidade de vida da população, tais como: o IDHm (0,45), a esperança de vida ao nascer (0,23) a instalação adequada de rede de esgoto (0,30) e o acesso a água encanada (0,18). Estes resultados positivos demonstram a tendência ao crescimento populacional para esses locais, em virtude da melhoria destes indicadores.

O aumento no número de habitantes também foi associado de maneira moderada com os anos de estudos (0,59), ou seja, locais que oferecem uma melhor educação predispõem a atrair mais pessoas. Já a variável distância à capital (-0,12), com correlação negativa, possui uma relação inversa ao crescimento populacional, podendo indicar que quanto maior a distância a capital menor a atratividade populacional.

Contudo, alguns fatos diferenciadores foram verificados nos resultados, como a correlação positiva, embora fraca, entre a taxa de homicídio (0,15) e o crescimento populacional, em que se espera encontrar uma relação negativa, pois espera-se que locais mais violentos apresentem menor atração populacional. Podendo ser explicado pelo fato de pessoas sem muita opção de locomoção devido a condição financeira e por questão de costume a terra, acabam que continuando no mesmo local mesmo com alto índice de violência.

Por fim, a receita orçamentária per capita (0,10) obteve valor positivo, como se espera com relação à variação do crescimento populacional.

4.4.2. ANÁLISE DE CORRELAÇÃO DE DADOS PARA A AMOSTRA DOS MUNICÍPIOS DE MATO GROSSO

Na observação da Tabela 11, sobre a correlação do crescimento populacional com as variáveis para os municípios de Mato Grosso, foi identificado que o PIB serviço (0,90) está fortemente correlacionado com o aumento do número de habitantes. Seguindo o mesmo padrão, foram encontrados outros elementos – PIB municipal (0,91), PIB indústria (0,89) e número de empregos (0,68) – podendo reforçar a concepção de que a produção de bens e serviços sejam propícios ao crescimento populacional. Já o PIB agropecuário (0,17), no período estudado, apresentou-se fraco, ou seja, pouco relacionado a atratividade populacional.

Tabela 11 – Matriz de correlação para municípios do estado de Mato Grosso com 10.000 habitantes ou mais em 2010 e 2020

	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M	N	O	P	Q	R	S	T
A	1,00																			
B	0,26	1,00																		
C	0,65	0,43	1,00																	
D	-0,01	0,21	0,13	1,00																
E	0,93	0,22	0,66	-0,07	1,00															
F	-0,17	0,21	-0,39	0,08	-0,24	1,00														
G	0,51	0,13	0,59	-0,20	0,56	-0,25	1,00													
H	0,25	0,16	0,27	0,26	0,20	-0,02	0,15	1,00												
I	0,51	0,62	0,84	0,17	0,49	-0,21	0,44	0,39	1,00											
J	0,68	0,11	0,47	-0,06	0,84	-0,10	0,45	0,11	0,32	1,00										
K	0,19	0,09	0,02	0,05	0,11	-0,01	0,00	0,06	0,02	0,08	1,00									
L	0,17	0,26	0,38	0,38	0,04	-0,33	0,12	0,31	0,41	-0,03	0,09	1,00								
M	0,89	0,21	0,63	-0,03	0,97	-0,26	0,53	0,16	0,47	0,80	0,13	0,04	1,00							
N	0,91	0,21	0,65	-0,05	0,99	-0,29	0,55	0,20	0,48	0,88	0,12	0,07	0,97	1,00						
O	0,15	0,35	0,41	0,72	0,07	-0,12	-0,01	0,25	0,39	0,04	0,12	0,65	0,11	0,11	1,00					
P	0,90	0,19	0,62	-0,13	0,99	-0,25	0,56	0,17	0,44	0,86	0,11	-0,02	0,94	0,99	0,01	1,00				
Q	0,89	0,19	0,61	-0,15	0,98	-0,25	0,57	0,17	0,43	0,85	0,10	-0,04	0,94	0,98	-0,01	1,00	1,00			
R	0,91	0,20	0,64	-0,08	1,00	-0,25	0,55	0,18	0,47	0,88	0,11	0,02	0,97	1,00	0,07	0,99	0,99	1,00		
S	0,01	0,22	0,17	0,93	-0,05	0,05	-0,18	0,25	0,20	0,00	0,04	0,36	0,02	-0,01	0,76	-0,10	-0,12	-0,05	1,00	
T	0,19	0,09	0,02	0,05	0,11	-0,01	0,00	0,06	0,02	0,08	1,00	0,09	0,13	0,12	0,12	0,11	0,10	0,11	0,04	1,00

OBS: Legenda das variáveis utilizadas:
A = (pop2020-2010); B = (águaencanada2010); C = (anosestudo2010); D = (desp*percapita*2010); E = (despesa2010); F = (distância); G = (esgosto2010); H = (esperançavida2010); I = (IDHm2010); J = (nº empregos2010); K = (nº hom2010); L = (PIBagro2010); M = (PIBind2010); N = (PIBmun2010); O = (PIB*percapita*2010); P = (PIBserv2010); Q = (Pop2010); R = (receita2010); S = (receita*percapita*2010); T = (taxahomicídio2010).

Fonte: Resultados da Pesquisa.

Em adição, observa-se que alterações positivas na receita orçamentária municipal (0,91) foram acompanhadas também de alterações positivas na variação do crescimento da população na amostra de Mato Grosso. Isto, provavelmente, ocorre em razão de municípios com maiores receitas poderem investir mais em setores como educação, saúde e infraestrutura.

Contudo, a despesa orçamentária municipal também apresentou forte associação com a variação do crescimento populacional (0,93), porém com uma relação de associação negativa da despesa orçamentária per capita (-0,01). Podendo mostrar que, grandes investimentos também geram maiores gastos.

São relevantes, ainda na Tabela 11, a associação positiva do IDHm (0,51), anos de estudos (0,65) e instalação adequada de esgoto (0,51) e, mesmo com menor intensidade, nas variáveis: domicílios com água potável (0,26), esperança de vida ao nascer (0,25), podendo indicar a procura por locais mais desenvolvidos e de melhor qualidade de vida. Além disso, o PIB per capita (0,15), um indicador do nível de renda, embora não mostre a

desigualdade da riqueza dos habitantes, também indicou uma certa associação com atração populacional.

Neste contexto, a taxa de homicídio (0,19) mostrou associação positiva, ainda que menos intensa, com o aumento do número de habitantes. E a distância a capital (-0,17) obteve resultado negativo, denotando relação inversa, o que é esperado, pois cidades mais próximas à capital tendem a apresentar maior atratividade populacional.

4.3. ANÁLISE DE CORRELAÇÃO DE DADOS PARA A AMOSTRA DOS MUNICÍPIOS DE GOIÁS

A Tabela 12 exibe a matriz de correlação para a amostra dos municípios do estado de Goiás, sendo que o crescimento populacional obteve associação positiva ainda que pouca com as variáveis: instalação adequada de esgoto (0,21) e domicílios com água encanada (0,16), mostrando que a infraestrutura pode sim estar relacionada a maior atratividade populacional.

Tabela 12 – Matriz de correlação para municípios do estado de Goiás com 10.000 habitantes ou mais em 2010 e 2020

	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M	N	O	P	Q	R	S	T
A	1,00																			
B	0,16	1,00																		
C	0,55	0,36	1,00																	
D	-0,10	0,09	-0,01	1,00																
E	0,92	0,15	0,55	-0,03	1,00															
F	-0,21	-0,32	-0,09	0,26	-0,18	1,00														
G	0,21	0,22	0,38	0,11	0,24	0,06	1,00													
H	0,10	0,33	0,16	-0,05	0,08	-0,09	0,10	1,00												
I	0,32	0,61	0,78	0,13	0,36	-0,22	0,36	0,42	1,00											
J	0,91	0,13	0,51	-0,02	0,99	-0,16	0,22	0,08	0,35	1,00										
K	0,23	0,06	0,14	-0,09	0,10	-0,07	-0,01	-0,08	-0,09	0,07	1,00									
L	0,05	0,15	0,10	0,39	0,03	0,19	0,30	0,12	0,22	0,02	0,07	1,00								
M	0,83	0,18	0,59	0,03	0,89	-0,10	0,28	0,01	0,39	0,86	0,04	0,05	1,00							
N	0,90	0,15	0,57	0,01	0,98	-0,12	0,26	0,06	0,39	0,97	0,06	0,06	0,95	1,00						
O	0,04	0,22	0,21	0,69	0,08	0,17	0,32	-0,03	0,28	0,05	-0,14	0,50	0,26	0,15	1,00					
P	0,95	0,14	0,55	-0,05	0,99	-0,19	0,23	0,08	0,35	0,99	0,14	0,02	0,88	0,97	0,05	1,00				
Q	0,96	0,14	0,56	-0,07	0,98	-0,20	0,22	0,08	0,34	0,98	0,16	0,00	0,88	0,97	0,04	1,00	1,00			
R	0,91	0,14	0,55	-0,01	1,00	-0,15	0,24	0,07	0,36	0,99	0,09	0,04	0,88	0,98	0,09	0,99	0,98	1,00		
S	-0,05	0,12	0,10	0,87	0,03	0,21	0,06	-0,04	0,20	0,02	-0,13	0,42	0,09	0,07	0,72	-0,01	-0,03	0,04	1,00	
T	0,23	0,06	0,14	-0,09	0,10	-0,07	-0,01	-0,08	-0,09	0,07	1,00	0,07	0,04	0,06	-0,14	0,14	0,16	0,09	-0,13	1,00

OBS: Legenda das variáveis utilizadas:
A = (pop2020-2010); B = (águaencanada2010); C = (anosestudo2010); D = (desp*percapita*2010); E = (despesa2010); F = (distância); G = (esgosto2010); H = (esperançavida2010); I = (IDHm2010); J = (nº empregos2010); K = (nº hom2010); L = (PIBagro2010); M = (PIBind2010); N = (PIBmun2010); O = (PIB*percapita*2010); P = (PIBserv2010); Q = (Pop2010); R = (receita2010); S = (receita*percapita*2010); T = (taxahomicídio2010).

Fonte: Resultados da Pesquisa.

Concomitantemente a esta concepção, a esperança de vida (0,10), bem como o IDHm (0,32) também foram correlacionados positivamente. Com isso, entende-se que as cidades que apresentam melhores condições para se ter qualidade de vida possuem uma maior atração populacional, ainda que estas não pareçam ser as principais variáveis para esta atratividade.

Foi encontrado que nos municípios de Goiás a taxa de homicídio (0,23) – (Tabela 12) vem tendo correlação positiva, com o aumento do número de habitantes. A expectativa seria de que fosse inversamente relacionada, vez que o aumento da violência gere menos atração populacional. Todavia, é possível entender também que: o aumento da população,

principalmente, de maneira desordenada, pode estar causando o aumento da criminalidade. Contudo, a distância à capital (-0,21), obteve resultado negativo, o que é esperado já que municípios mais distantes tendem a atrair menos pessoas.

Com relação aos resultados mais expressivos, a variação do crescimento populacional (Tabela 12) apresentou uma boa correlação com PIB municipal (0,90), PIB indústria (0,83), PIB serviços (0,95), número de emprego (0,91) e a receita (0,91) e despesa (0,92) orçamentária municipal e moderada com os anos de estudo (0,55). Assim, demonstrando que os fatores econômicos e do setor público são, prováveis, grandes incentivadores da atração populacional.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mediante o assunto apresentado, este estudo teve o propósito de avaliar o perfil social, econômico e do setor público e, ainda, identificar alguns fatores associados ao crescimento populacional de municípios de MS, MT e GO do ano de 2010 e 2020, através da seleção de municípios com população igual ou maior que 10.000 habitantes.

Através da análise da estatística descritiva foi possível observar que houve aumento na média do número de habitantes nos três estados, assim como, evolução nas condições sociais e de infraestrutura urbana, nas variáveis possíveis de serem estudadas como: domicílios com água encanada e instalação adequada de esgoto, designadas pelo aumento em suas médias. Ademais, as capitais estaduais concentram, no período, maior média no PIB municipal com variação positiva de aproximadamente MS (36,46%), MT (61,22%) e GO (10,28%) e PIB serviço com variação positiva de aproximadamente MS (29,34%), MT (38,65%) e GO (26,15%).

E ainda, considerando a dinâmica populacional, Goiás foi o estado que mais aumentou o número de municípios com 10.000 habitantes ou mais em 2010 e 2020 com 6 municípios adicionados, seguido de Mato Grosso com 3 municípios adicionados com 10.000 habitantes ou mais e Mato Grosso do Sul que teve 54 municípios considerados na pesquisa.

Contudo, o presente estudo procurou estudar e analisar variáveis sociais, econômicas e do setor público com o intuito de encontrar as que estão mais associadas ao crescimento populacional, no período entre 2010 e 2020, em municípios dos estados da Região Centro Oeste. Para isso, foi realizada a correlação da variação do crescimento populacional entre 2010 e 2020 com as demais variáveis de 2010 do estudo.

Assim, na correlação é possível observar um comportamento similar dos estados, com relação aos fatores econômicos (principalmente, o PIB indústria, PIB serviços e número de empregos), sendo os que mais se associavam ao crescimento populacional, seguido da capacidade do setor público de atender os municípios com recursos e, por fim, das variáveis sociais (como anos de estudo, esgoto e IDHm). O que nos leva a perceber que municípios que geram mais empregos e melhores condições estruturais urbanas, levam a uma maior atratividade populacional.

Outro ponto importante é que o PIB agropecuário veio acompanhado de uma associação fraca assim como em estudos anteriores, implicando que aspectos agropecuários pouco atraem o aumento populacional, podendo enfatizar que as modernizações e gerações de novas tecnologias agrícolas vem limitando o acesso da população no ramo.

Como limitação deste estudo, pode-se citar o Censo que não pode ser realizado no ano de

2020 devido a pandemia da Covid-19 ficando para 2022, limitando o acesso a estatística de algumas variáveis dos municípios selecionados no presente estudo. Pode-se citar, ainda, a alta no número de municípios na comparação das quantidades amostrais e seleção de variáveis, onde foram realizadas aproximações.

Para futuras pesquisas, sugere-se, em respeito a metodologia aplicada, a continuidade dos estudos, utilizando os mesmos municípios selecionados neste estudo ou adicionando mais, para acompanhar a evolução nas características sociais, econômicas e do setor público. E ainda avaliando os fatores mais correlacionados ao crescimento populacional dos municípios dos estados da Região Centro Oeste. E ainda a utilização de métodos de regressão aplicadas as variáveis econômicas, sociais e do setor público para avaliar o impacto que as variáveis estudadas tiveram sobre o crescimento populacional.

Por fim, reconhece-se que as características sociais, econômicas e do setor público, bem como as variáveis que mais se correlacionam ao crescimento populacional dos municípios dos estados da Região Centro Oeste, podem contribuir para as formulações de políticas públicas locais.

REFERÊNCIAS

[1] ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL – Atlas Brasil: 2010. **DADOS.** Disponível em: http://www.atlasbrasil.org.br/. Acesso em: 10 de jan. De 2024.

[2] BARBOSA, F. R. G. M. **Índice de desenvolvimento dos municípios da microrregião de Dourados-MS: uma aplicação da análise fatorial**. 2013. Dissertação (Mestrado em AGRONEGÓCIOS) – Universidade Federal da Grande Dourados. Disponível em: http://portal.ufgd.edu.br/pos-graduacao/mestrado-agronegocios/dissertacoes-defendidas Acesso em: 06 de fev. de 2024.

[3] CENSO 2022**: Centro-Oeste é região que mais cresce em população no Brasil**. Disponível em: https://habitability.com.br/censo-2022-centro-oeste-e-regiao-que-mais-cresce-em-populacao-no-brasil/#:~:text=A%20regi%C3%A3o%20formada%20por%20Mato,total%20de%20habitantes%20do%20Pa%C3%ADs. Acesso em: 8 de nov. de 2023.

[4] CORRÊA, A. de S; MONTEIRO, A. M; RIPPEL, R. **Fluxos migratórios no estado de Mato Grosso do Sul (1970-2010)**. Revista Brasileira de Estudos da População – Scielo 2018. Disponível em: https://www.scielo.br/j/inter/a/QkZJBPBvvHDDbBnRZHYLnWz/#. Acesso em 25 de mar. De 2024.

[5] GUJARATI, D. **Econometria básica**, 4ª ed., Editora Campus/Elsevier. Rio de Janeiro, pp. 17 e 69/70, 2006.

[6] GLAESER, E. L.;KALLAL, H., SCHEINKMAN, J; A. Shleifer. **Growth in cities**. Journal of Political Economy, 100, p. 1126-1152, 1992.

[7] GLAESER, E. L.; SCHEINKMAN, J.; SHLEIFEr, A. **Economic growth in a cross-section of cities**. Journal of Monetary Economics, 36, p.117-143, 1995.

[8] INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Atlas Geográfico Escolar: Distribuição da população, 2022**. Disponível em: brasil-caracteristicas-demograficas-distribuicao-da-populacao-2021-p-117.pdf. Acesso em: 22 de fev. de 2024.

[9] INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **De 2010 a 2022, população brasileira cresce 6,5% e chega a 203,1 milhões**. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37237-de-2010-a-2022-populacao-brasileira-cresce-6-5-e-chega-a-203-1-milhoes#:~:text=A%20popula%C3%A7%C3%A3o%20do%20pa%C3%ADs%20chegou,foi%20de%200%2C52%25. Acesso em: 27 de out. de 2023.

[10] IPEADATA: 2021. **DADOS.** Disponível em: http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx . Acesso em: 10 de fev. de 2024.

[11] IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Atlas da Violência. **Taxa de homicídios**.

Disponível em: https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/publicacoes. Acesso em: 23 de mar. de 2024.

[12] MARQUES, M.S**. Identificação e análise de fatores determinantes do crescimento populacional dos municípios da Região Centro-Oeste no período de 1980 a 2000.** Dourados/MS: UFGD, 2011.

[13] MENDONÇA, C. **Demografia- Transição demográfica e crescimento populacional.** Disponível em: https://educacao.uol.com.br/disciplinas/geografia/demografia-transicao-demografica-e-crescimento-populacional.htm. Acesso em: 5 de dez. de 2023.

[14] Ministério do Trabalho e Emprego – MTE. CADASTRO GERAL DE EMPREGADOS E DESEMPREGADOS – CAGED. **Número de Emprego.** Disponível em: https://basedosdados.org/dataset/562b56a3-0b01-4735-a049-eeac5681f056?table=2245875f-d1ef-490d-be29-4f8fb2191335&utm_term=dados%20do%20caged&utm_campaign=Conjuntos+de+Dados+-+BD+Pro&utm_source=adwords&utm_medium=ppc&hsa_acc=9488864076&hsa_cam=20477806005&hsa_grp=151618935765&hsa_ad=673083386775&hsa_src=g&hsa_tgt=kwd-621818970699&hsa_kw=dados%20do%20caged&hsa_mt=b&hsa_net=adwords&hsa_ver=3&gad_source=1&gclid=Cj0KCQjwvb-zBhCmARIsAAfUI2vugPjh8spjhCFsUCf5yA5J3__3NyNqlj4YY8_BIsAB7owKhYJt4aQaAtgwEALw_wcB. Acesso em: 16 de fev. de 2024.

[15] MORAIS, I. A. C de e Silva, A.B.M. **Crescimento econômico e populacional em cidades gaúchas**. In: ENCONTRO REGIONAL DE ECONOMIA DA REGIÃO SUL, 10., 2007, Porto Alegre. Porto Alegre: Anpec Sul, 2007. CD-ROM.

[16] NOVO, N. B.; FREITAS, M. do S. de B; DJALÓ, S. M. 2023. **População do Centro-Oeste é a que mais cresce no Brasil.** Disponível em: https://meuartigo.brasilescola.uol.com.br/brasil/populacao-do-centro-oeste-e-a-que-mais-cresce-no-brasil.htm Acesso em: 12 de jan. de 2024.

[17] PEREIRA, A.B.A. **Identificação e análise de fatores associados ao crescimento populacional de municípios dos estados da Região Centro-Oeste período de 2000 e 2010.** Dourados/MS: UFGD, 2017.

[18] SAATH, K. C. de O; FACHINELLO, A. L**. Crescimento da demanda mundial de alimentos e restrições do fator terra no Brasil.** 2018 Revista de Economia e Sociologia Rural – Scielo. Disponível em: https://www.scielo.br/j/resr/a/DdPXZbMzxby89xBDg3XCTgr/# Acesso em: 12 de jan. de 2024.

[19] SIDRA. **DADOS.** Disponível em: https://sidra.ibge.gov.br/home/pimpfrg/nordeste. Acesso em: 23 de jan. de 2024.

Capítulo 6

Materiais têxteis e museus: patrimônio cultural da humanidade

Ronaldo Salvador Vasques
Larissa Pereira Otino

Resumo: O termo museu, historicamente ligado ao ato de reunir e conservar informações, está intrinsecamente relacionado ao colecionismo, prática tão antiga quanto o próprio vestuário, cuja preservação é fundamental para os estudos sobre têxteis e patrimônio cultural. Desse modo, esse artigo é derivado de uma pesquisa de iniciação científica (IC) sobre patrimônio têxtil alinhado com o vestuário, investiga a relação histórica entre o ser humano e a roupa, desde suas origens até a inserção dos têxteis em reservas técnicas de museus. Fundamentada em referências bibliográficas (livros, artigos e teses), a investigação aborda temas como arte, museus, coleções e têxteis. Constatou-se que o vestuário, inicialmente de função prática, adquiriu significados culturais e simbólicos ao longo do tempo, tornando-se elemento de memória e patrimônio. Contudo, diferentemente das grandes obras de arte, os têxteis ainda carecem de informações precisas e de adequada preservação museológica, conforme apontam Salles (2023) e Vasques (2024). O texto propõe, portanto, reconhecer o vestuário e os têxteis como bens culturais de igual relevância às obras de arte e apresenta o guia prático de Vasques (2024), que oferece um método não destrutivo para a correta identificação e conservação desses acervos.

Palavras-chave: Vestuário, Seres humanos, Arte, Têxteis, Museu.

1. INTRODUÇÃO

1.1. SERES HUMANOS E O PRIMEIRO CONTATO COM O VESTUÁRIO

Treptow (2013), descreve a moda como "(...) um fenômeno social de caráter temporário que descreve a aceitação e disseminação de um padrão ou estilo, pelo mercado consumidor, até a sua massificação e consequente obsolescência como diferenciador social", entretanto até o final da idade média não existia a conceituação de moda, embora entre os seres humanos já existia a indumentária, e sabe-se que a relação entre seres humanos e roupas vem desde a pré-história, os quais contribuíram para a sobrevivência do ser humano às condições adversas.

Durante toda a trajetória do planeta Terra, diversas espécies apareceram e permaneceram desde então, enquanto outras por inúmeros fatores desapareceram completamente. Distintas teorias surgiram para explicar tal fenômeno, dentre elas uma das mais reconhecidas e que revolucionou os estudos acerca da biologia, foi a do britânico Charles Darwin. Darwin acreditava na teoria da seleção natural, a qual os mais aptos as condições oferecidas sobreviveriam.

> Pode dizer-se, metaforicamente, que a selecção natural: trabalha sem parar, todas as horas de todos os dias da semana, por todo o mundo, analisando as variações mais ligeiras; rejeita as que são nocivas, conserva e acumula todas as que são benéficas (Darwin, 2009, p. 88).

Dentre as espécies sobreviventes atuais, é inegável que o ser humano se provou apto e capaz de perpetuar-se até os dias atuais, e mesmo que força física não seja sua principal qualidade, foi por meio de um cérebro bem desenvolvido, altas capacidades de aprendizado, habilidades comunicativas e por intermédio de ferramentas desenvolvidas que o homo sapiens se tornou a então espécie dominante (Hanari, 2024). Foram muitos os artifícios desenvolvidos em prol da sobrevivência, entre eles, um de extrema relevância foi o uso do vestuário, que além de ter função mística, uma vez que os homens pré-históricos acreditavam que ao vestir a pele de determinado animal, ele adquiria a sua força, tinha função de proteger o seu usuário das intemperes, espinhos e vegetação (Treptow, 2013). No que tange as características do vestuário da pré-histórico, os autores Freitas e Pizzetti (2024), alegam que os primeiros seres humanos usavam peles de animais de maneira bem rudimentar e amarradas ao corpo por meio de tiras de couro, mas com o passar do tempo, essas roupas foram se tornando mais duráveis e mais adaptáveis, devido a melhorias de técnicas de curtição do couro. Os mesmos autores ainda alegam que estudos datam que os seres humanos já costuravam peças de vestuário há cerca de 40.000 anos, mediante a presença de ferramentas como raspadores e perfuradores que eram importantes no processamento de peles, além da presença de agulhas feitas de ossos.

Por outro lado, Braga (2025) afirma que antes do couro, folhas e vegetais eram usadas nas primeiras formas de indumentária, e posteriormente as peles de animais, normalmente de ursos ou renas. Braga descreve que o couro passava por beneficiamentos como o ato de mastigar, dando maior maciez, o uso de óleos ou gorduras animais que permitiam além do amaciamento, certa impermeabilidade, e por fim, o autor cita o tanino, substância advinda de cascas de árvores, que também conferiam ao couro maior durabilidade.

Ainda dentro da pré-história, com o advento da agricultura e criação de animais, o ser humano passou a ser sedentário, e este fato contribuiu com o desenvolvimento da indumentária, uma vez deu a possibilidade de plantas como o linho serem cultivadas e posteriormente transformadas em feltrarem e tecelagem, estes tecidos ainda que rudimentares, possibilitaram a produção de peças que poderiam ser ornamentadas (Braga, 2025), sendo este um marco inicial da relação entre humanos e têxteis.

Com o passar do tempo, o vestuário e sua relação com homem foi evoluindo, se antes o couro era a principal matéria usada como vestuário, em civilizações posteriores ganhou um significado religioso, sendo usado por sacerdotes em rituais religiosos (Treptow, 2013). Além do couro outras matérias primas apareceram em meios aos têxteis, sendo as fibras naturais tecidas, que variavam de uma civilização para outra:

> "Os assírios, que eram uma civilização guerreira e ainda relativamente nômade, usavam roupas de lã, pois podiam mover seus rebanhos conforme a disponibilidade de terras conquistadas. Já os egípcios que se fixaram às margens do rio Nilo, usavam as fibras do linho que era cultivado às margens do rio. A roupa de um povo estava, então, como é até hoje, diretamente relacionada às suas opções de matéria-prima e condições tecnológicas" (Treptow, 2013).

Além dos materiais as roupas variavam de uma classe para outra. Sacerdotes e governantes usavam joias e trajes que os diferenciavam das camadas menos abastadas, em outras sociedades, existiam inclusive leis que davam aos nobres o direito de usar certas peças, proibindo o uso por camadas inferiores (Treptow, 2013). Entende-se, portanto, que o vestuário ganhou novas atribuições com o passar do tempo, sendo mais significativo que somente algo para proteger das intemperes, é neste cenário que Vasques (2018) afirma que o vestuário além da função prática possui funções relacionadas à distinção social, sedução e diferenciação de gêneros. Percebe-se, portanto, que a história dos têxteis e sua relação com os seres humanos é extensa, e assim como uma obra de arte, contam histórias de uma determinada civilização, por este motivo que em acervos museológicos os têxteis se fazem presentes.

1.2. A ARTE COMO FORMA DE REGISTRO

A arte é um tema discutido por diversos intelectuais, cada um com sua percepção acerca do tema e apesar de não possuir uma definição concreta, uma conceituação interessante, seria enxergar a arte como sendo uma expressão dos sentimentos humanos.

Coli (1995), define arte como "manifestações da atividade humana diante das quais nosso sentimento é admirativo", ou seja, expressões humanas que nos tocam e nos inspiram, a partir daí, entendemos certas expressões como arte. Tolstói (2016) define arte como uma forma do ser humano por intermédio de sentimentos e sinais exteriores se expressar, e também contagiar outros humanos ao seu redor. Tolstói (2016) menciona um exemplo de como essa transmissão de sentimentos funciona:

> "O exemplo mais simples: um homem ri e outro homem se sente alegre; ele chora, e o homem que ouve esse choro se sente triste; um homem está animado, aborrecido, e outro, olhando-o, entra no mesmo estado. Com seus movimentos, o som da sua voz, um homem demonstra alegria, determinação, ou, ao contrário, melancolia, calma – e essa disposição se comunica aos outros. Um homem sofre, expressando-se com gemidos e

> convulsões – e esse sofrimento é comunicado a outros. Um homem demonstra seu sentimento de admiração, assombro, medo, respeito por certos objetos, pessoas ou fenômenos – e outras pessoas ficam contagiadas, experimentam os mesmos sentimentos de admiração, assombro, medo, respeito por certos objetos, pessoas ou fenômenos".

Independente da definição, é evidente que a arte é uma forma de expressão humana, portanto, ela é também um registro da história da humanidade. Os humanos em suas rotinas sempre conviveram com diversos fenômenos que aconteciam no seu entorno, alguns deles sem explicação, e ao registrá-los, acrescentavam suas visões que tinham acerca do mundo (Souza, 2024). Sendo a arte uma forma de registro histórico que mostra como humanos viviam no passado, assim alega o mesmo autor: "Toda e qualquer manifestação artística é um documento histórico. Por intermédio da arte foi possível compreender como se constituiu a história cultural e social da humanidade", em vista disso, a arte pode ser interpretada como uma espécie de documento, justamente por registrar fatos da nossa humanidade.

Um exemplo conhecido de quando a arte foi usada para registrar um momento histórico foi o quadro do pintor surrealista "Guernica" de Pablo Picasso. O contexto da obra se passa quando Picasso já estava versado e foi contactado pelo governo espanhol para realizar uma obra que seria exposta no Pavilhão espanhol da Exposição Universal da cidade luz, de 1937 (Maillart e Oliveira, 2021, p. 77–95). Em busca de inspiração, Picasso soube que Guernica, uma pequena cidade do País Basco foi bombardeada pela força aérea alemã por ordens de Hittler e apesar da cidade não estar na linha de frente do conflito, era um ponto estratégico, visto sua localização e o fato da cidade ser considerada a alma do País Basco (Maillart e Oliveira, 2021, p. 77–95). O bombardeio não durou muito tempo, entretanto foi o suficiente para deixar aproximadamente 300 mortos e muitos outros feridos, diante desse contexto é que Guernica foi feita, a obra se tornou um símbolo de resistência, além de exibir os horrores da guerra (Maillart e Oliveira, 2021, p. 77–95), mostrando, portanto, como a arte pode ser um exemplo de documentação histórica e de manifesto.

Não apenas de fatos históricos de um determinado período podem ser registrados, mas há também obras que podem registrar costumes, cultura e inclusive roupas de uma determinada época, assim como os quadros do artista Antoine Watteau. Watteau segundo Lima (2015), pode ser considerado o artista da moda, visto que em muitas de suas obras há a presença marcante de diversos detalhes no vestuário, segundo a autora, o artista tinha o hábito de trabalhar com livros de modelos de roupas, além de que muitas vezes o pintor vestia modelos e amigos com roupas elegantes afim de desenhar tais vestes. Não Apenas Watteau era capaz de desenhar roupas com precisão, como também era capaz de reproduzir têxteis diferentes dependendo do sentido que ele queria dar a obra.

> "Tanto na pintura quanto nos desenhos, através da sua técnica, o artista consegue diferenciar os tecidos. Os cetins, as sedas e as rendas vestem desde os membros da alta sociedade, passando pelos artistas, músicos e peregrinos, até chegar em alguns camponeses e pastores idealizados. Por sua vez, pessoas de origem simples, tais como criados e outros tipos populares, vestem tecidos mais rústicos, entre os quais o algodão. Watteau utilizava a roupa para tornar suas figuras, tanto masculinas como femininas, ainda mais atraentes. A moda era usada para os jogos amorosos e para a sedução, da mesma forma que Citera e o campo." (Lima, 2015).

Portanto percebe-se que arte se manifesta de diferentes maneiras, desde registros de eventos passados, que contam um pouco de onde os seres humanos vieram e o que fizeram, até mesmo registros de como eram as vestimentas do passado, por meio dos materiais têxteis podemos determinar uma certa época, costumes e meios sociais, deste modo é evidente que há necessidade de preservação visto que essas obras são parte da memória de toda a humanidade.

1.3. MUSEUS, COLEÇÕES E PATRIMÔNIO COMO GUARDIÕES DA HISTÓRIA HUMANA

Registrar o que aconteceu no passado é essencial, uma vez que ao estudar o passado é possível de se compreender como eventos acontecidos muitos anos atrás influenciam o tempo presente (Sanchez, 2009). Portanto preservar o passado é essencial para que o mesmo possa ser compreendido. Neste cenário da preservação que surgem os museus bastante relacionados à história do colecionismo.

> "Um museu é uma instituição permanente, sem fins lucrativos, ao serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberto ao público, que adquire, conserva, pesquisa, comunica e expõe o património tangível e intangível da humanidade e do seu ambiente para fins de educação, estudo e diversão. International Council of Museums" (ICOM, 2001, p.1).

Diante desse contexto que Suano (1986) afirma que a origem da palavra museu se deriva de "mouseion", que significa casa das musas, esse local além de ser um templo, era um local dedicado às pesquisas, e principalmente ao saber filosófico. Nestes mesmos locais apesar de existir obras de arte, elas não estavam lá com função de serem admiradas, mas sim de agradar os deuses. Um mouseion de grande destaque é o de Alexandria, que em decorrência de uma grande estabilidade econômica na dinastia dos Ptolomeus, foi aberto (Suano, 1986). O mouseium de Alexandria possuía foco no saber enciclopédico, portanto ele possuía o foco em ensinar, e para isso ele possuía diversos itens que auxiliavam nessa função:

> "O mouseion de Alexandria possuía além de estátuas e obras de arte, instrumentos cirúrgicos e astronômicos, peles de animais raros, presas de elefantes, pedras e minérios trazidos de terras distantes, etc., e dispunha de biblioteca, anfiteatro, observatório, salas de trabalho, refeitório, jardim botânico e zoológico. E entre os grandes trabalhos por ele abordado figuravam um dicionário de mitos, um sumário do pensamento filosófico e um detalhado levantamento sobre todo o conhecimento geográfico de então" (Suano, 1986)".

A palavra museu ficou diretamente ligada a ideia de compilar excessivamente itens e conhecimento de determinada área (Suano, 1986), diante da ideia de compilação é impossível desassociar museu da ideia de coleção.

Uma coleção segundo Pomian (1984) pode ser definida como um conjunto de objetos abertos para o olhar público, sejam em grandes museus, em coleções particulares, exposições privadas dentre outros, que são mantidos permanentemente ou temporariamente fora de circulação econômica e estão sob proteção de algum local adaptado a esta função. As coleções, apesar de parecer algo recente, estão presentes no cotidiano do ser humano desde a pré-história, pois neste período os seres humanos já

guardavam e atribuíam valor simbólico a objetos, mesmo que esses objetos não auxiliavam na sobrevivência (Oliveira, 2017). Com o passar do tempo os seres humanos mantiveram o hábito de colecionar, na antiguidade o grande destaque estava nos romanos, que mantinham em suas coleções objetos adquiridos dos povos conquistados de guerra, tal ato se tornou símbolo de status, o que gerava uma certa competição entre os colecionadores. Não apenas as coleções demonstravam status como também eram uma espécie de símbolo político, pois demonstravam a outras nações a força de Roma ao exibir itens de outras nações conquistadas (Azzi, 2010).

Posteriormente, Azzi (2010) afirma que na idade média, a igreja católica é que detinha uma grande coleção. Em decorrência da doutrina de se desprender de bens supérfluos, a igreja passou a receber muitas doações, que eram utilizadas para financiar guerras contra os inimigos e para fortalecer alianças.

Essa grande coleção pertencente a igreja católica seria confiscada posteriormente. Segundo Vasques (2024), durante a Revolução Francesa, muitos bens pertencentes ao clero e a nobreza foram confiscados, e sem um lugar ideal para armazenar, conservar e proteger, começam-se discussões acerca dos temas conservação e patrimônio cultural. Patrimônio cultural, pode ser definido como um bem de natureza material ou imaterial, em conjunto ou não, que se refere a cultura e identidade de uma certa nação (Brasil, 1988), a sua preservação se faz necessária uma vez que tais bens podem representar a história de toda uma civilização.

Com base nesses preceitos e na definição de museus e coleções, entendemos que a pesquisa de roupas e artefatos em museus é fundamental. Investigar os têxteis, identificando a origem de fibras, fios, tecidos, malhas, não-tecidos e os processos de beneficiamento, permite compreender como esses materiais são transformados em produtos, como roupas, trajes e indumentárias, entre outros.

1.4. OS MATERIAIS TÊXTEIS NOS MUSEUS DE MODA

De acordo Secretaria de Estado da Cultura do Paraná (2006), existem diferentes tipologias no que diz respeito aos acervos, sendo elas antropologia e etnografia, arqueologia, artes visuais, ciências naturais e história natural, ciência e tecnologia, imagem e som, e por último virtual. É evidente que um acervo pode ser composto por diversos itens, mas entre eles um que atrai diversos olhares do público são os têxteis, ao ponto de inclusive ganhar um setor somente para si. Segundo Salles (2023), os têxteis ganharam seu espaço dentro dos museus bem antes das roupas em si, entretanto, devido à popularidade dos mesmos, as coleções de têxteis juntamente com vestuário ganharam seu espaço criando para si um setor próprio, assim como ocorreu no museu Victoria & Albert Museum, localizado em Londres – Inglaterra. Os têxteis, porém, não dizem respeito a somente o vestuário, neles estão inclusas tapeçarias, alfaias, coberturas de estofados, bordados, entre outros itens que fazem o uso de tecidos (Viana e Neira, 2010, p. 206-233).

Vasques (2024), salienta que ao longo do tempo os têxteis foram ganhando espaço dentro museus, sendo os museus dedicados as coleções de moda igualmente grandes e relevantes como os dedicados as obras de arte. O autor também cita sobre grandes marcas, especificamente sobre a Louis Vuitton, Hermés e Dior, que diante do contexto dos têxteis estarem crescendo e conquistando seu espaço, criaram seus próprios museus, onde além de exporem seu patrimônio, se comunicam, resguardam histórias, preservam e registram sua autenticidade e identidade e fragmentam memórias e afetividades.

No que diz respeito ao estudo mais aprofundado dos têxteis, a história deles durante o século XIX está diretamente associada com a roupa, a moda, o corpo, os hábitos e formas de uso, além do desenvolvimento tecnológico e cultural, que possibilitou criações envolvendo volume, linhas e cores, sendo estes os reflexos presentes na vida moderna, por este motivo é imperativo a conservação dos têxteis, visto que eles são uma espécie de documento histórico, que permite o entendimento de como as pessoas viviam no passado, e como se relacionavam com os têxteis (Vasques, 2024).

No âmbito da conservação associada com estudos mais aprofundados, e dito que quando uma nova coleção de têxteis e vestuários é montada para exposição do público, os profissionais responsáveis precisam fornecer as informações adequadas, e dentro dessa situação que começaram estudos mais pensados sobre o que era fornecido ao público.

> "É dentro dos setores de museologia e conservação que começam os trabalhos para compor coleções de têxteis e vestuário, posteriormente expostas e alvo de vistas. Os profissionais desses departamentos são responsáveis por indicar as origens do produto têxtil e suas especificações, tendo sido neste contexto que se iniciaram as primeiras identificações, relatórios de conservação, documentações e análises, entre outros, e onde foram exploradas a história do uso, as origens, os significados e os significantes" (Vasques, 2024).

A conservação dos têxteis também envolve outros detalhes, dentre eles, o contexto histórico do período, pois assim é possível se entender a relação do têxtil com o seu momento histórico, a verificação dos tipos de fibras, fios, tecidos, malhas e beneficiamentos, e também é necessário que o profissional entenda a especificidade de cada peça, como os bordados, rendas entre outros (Vasques, 2024).

Apesar de destacado nos parágrafos anteriores, as razões pelas quais se faz necessário e do que se precisa para conservar os têxteis, não todos os museus que seguem tais parâmetros e isso pode ser exemplificado nas pesquisas de Salles e Vasques. Salles (2023), analisou dois quimonos pertencentes ao acervo do Museu Casa de Rui Barbosa, percebeu-se que além da falta de uma etiqueta que contivesse informações que facilitassem a pesquisa, observou que ambas as peças não estão bem conservadas. Vasques (2024) analisou peças presentes no Museu Alberto Sampaio e no Museu Imperial, percebeu-se que em ambos, as peças analisadas apresentaram problemas de conservação, como rasgos, sujidades e etc. No Museu Imperial, apesar de as peças estarem bem acondicionadas o mesmo não ocorria no Museu Alberto Sampaio, e em ambos as etiquetas apresentavam informações insuficientes acerca das indumentárias.

1.5. ACERVOS DE MODA NO BRASIL E SUAS CONEXÕES COM PATRIMÔNIO CULTURAL

O que se sabe sobre as vestimentas, moda ou indumentária é que elas estão presentes em vários lugares do mundo, sejam em museus, acervos pessoais, em instituições de ensino, dentre outros, e que se seus estudos iniciais sobre conservação começaram na Europa. Salles ressalta que os têxteis vêm ganhando espaço dentro museus, entretanto o estudo de conservação no Brasil possui algumas dificuldades (Salles, 2023).

Segundo Salles (2023), essas dificuldades são históricas, e na tentativa de combater este problema, Teresa Toledo de Paula, percursora e especialista na área têxtil, organizou um seminário internacional em 2006, nomeado "Seminário Internacional Tecidos e sua Conservação no Brasil: museus e coleções", sendo este, um marco para discussões sobre os têxteis em museus, tanto no país quanto no exterior. Na última década, houve um avanço, na área, com a presença de mais artigos sobre o tema, encontros para se debater sobre roupas em museus, cursos/workshops voltados para a museologia da moda, cursos e seminários virtuais, e dentre eles exposições que possibilitaram um avanço na catalogação de peças.

Diante desse contexto apresentado, Salles (2023) alega que o Brasil possui um rico patrimônio histórico, e que esta explosão de parcerias e projetos dentro da área dos têxteis foram importantes, visto que não só beneficiaram a exposição de peças, mas também no avanço de estudos sobre o tema no país.

> "Portanto, a reunião de diversos olhares, nacionais e internacionais, sobre o tema, só nos impulsiona para que os objetos têxteis possam ter a mesma visibilidade de outros artefatos dentro dos museus, com especialistas que entendam a roupa e a moda como parte da nossa cultura material" (Salles, 2023).

A sobrevivência humana se destacou pelo uso da inteligência e ferramentas, como o vestuário, que evoluiu desde peles rudimentares até peças costuradas há 40 mil anos. A arte, incluindo roupas, é também registro histórico, revelando hábitos e sentimentos humanos. Museus têm papel essencial na preservação desses artefatos, e os têxteis ganharam destaque como documentos culturais. Grandes marcas e instituições criaram acervos próprios para preservar memórias e identidades. No Brasil, embora haja avanços, ainda existem desafios na conservação de têxteis, exigindo maior valorização e especialização na área.

Neste contexto, os estudos voltados aos museus que contemplam os pormenores relacionados aos têxteis abrangendo procedimentos, etapas e metodologias de patrimonialização revelam-se fundamentais para a preservação e compreensão dos acervos de vestuários. Nesse campo, destacam-se as contribuições apresentadas na tese e nas publicações do professor Ronaldo Salvador Vasques, que aprofundam essa temática sob uma perspectiva teórico-metodológica.

2. FICHAS CATALOGRÁFICAS CRIADAS NO MUSEU IMPERIAL – CAMISOLA DE CRIANÇA DA PRINCESA ISABEL

Tabela I - Ficha catalográfica da tese "Identificação e análise do vestuário/têxteis presente em museus do traje e moda do século XIX"

Fichas MI/1	Camisola de criança da princesa Isabel
Materiais têxteis	Cambraia de linho e renda
Estrutura Têxtil	Tafetá 1x1- Material em linho
Método de Construção	Processo feito no tear manual e renda bordada à mão e ponto cruz feito a mão também.
Estado de Conservação	Em algumas partes tem furos e sujidades. Há também muitas interferências no todo da peça.
Intervenções na peça	Na camisola do lado avesso, tem um fio na cor marrom que alinhava o tecido para evitar os vários rasgos do material têxtil ao longo da "vida" no museu e assim salientar as várias tentativas de conservação da peça.
Toque sensorial	Fresco e leve
Cor	Branco
Análise por Lupa Estereoscópica	40x e 45x aproximações.
Análise Lupa Manual (Densidade)	Lado Direito Teia:60 fios/cm Trama: 52 fios/cm Lado Avesso Teia:60 fios/cm Trama: 52 fios/cm
Design de Superfície Têxtil	Apresenta-se nos bordados, que são representações do símbolo da família real.
Dificuldades de Análise	Houve dificuldades na análise visual por se tratar de uma peça branca, entretanto, conseguimos imagens adequados para este estudo.
Observações	Este vestuário pertenceu a Princesa Isabel, foi adquirida no leilão dutra – na cidade de São Paulo, no século XX. Tempo de vida de D. Isabel: nasceu em 1846 e faleceu em 1921. Ela nasceu no Rio de Janeiro. Era filha do Imperador D. Pedro II e da Imperatriz Tereza Cristina. Com a morte de seus dois irmãos torna-se herdeira do trono. Não há um registro fotográfico desta camisola, pois não era comum fotografar com roupas de dormir no século XIX.

Fonte: Vasques (2024).

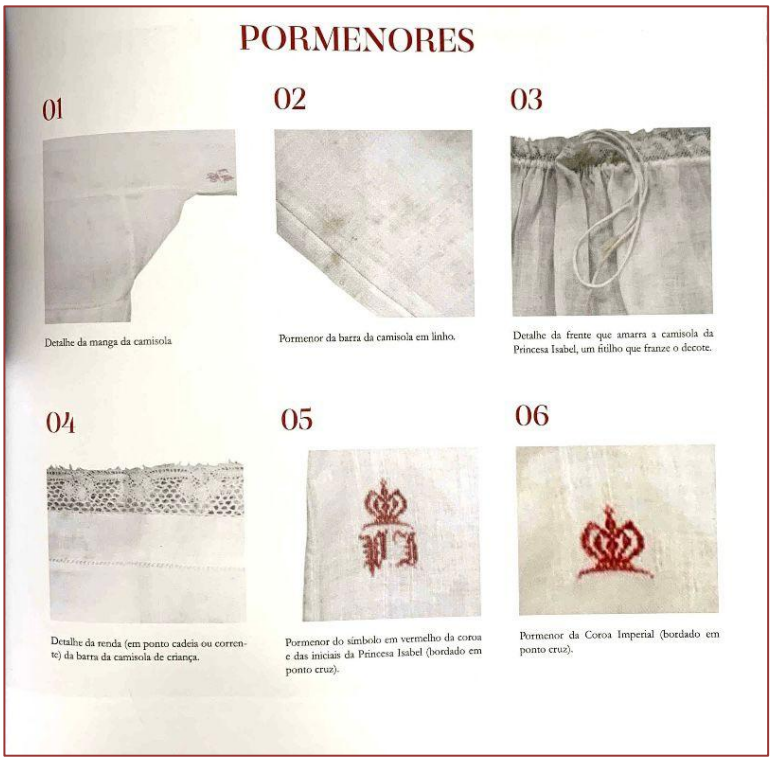
Imagem 01- Camisola de criança da princesa Isabel – Museu Imperial (MI/1)

Fonte: Vasque (2024).

Imagem 02 – Descrição e contexto histórico da peça – Museu Imperial (MI/3)

Fonte: Vasques (2018 e 2024).

Imagem 03 – Pormenores– Museu Imperial (MI/3)

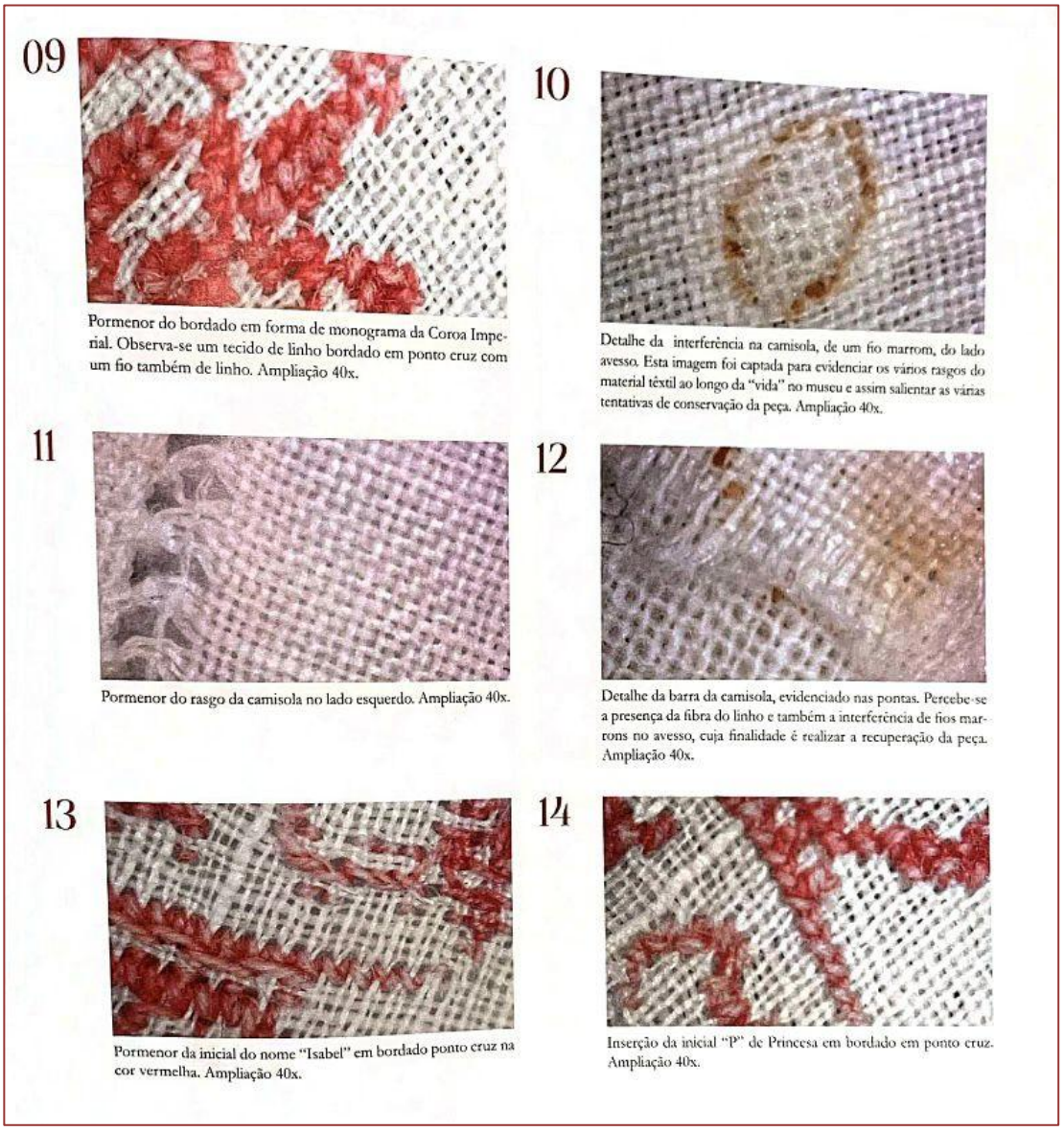


Fonte: Vasques (2024).

Imagem 04 – Design de Superfície – Museu Imperial (MI/3)

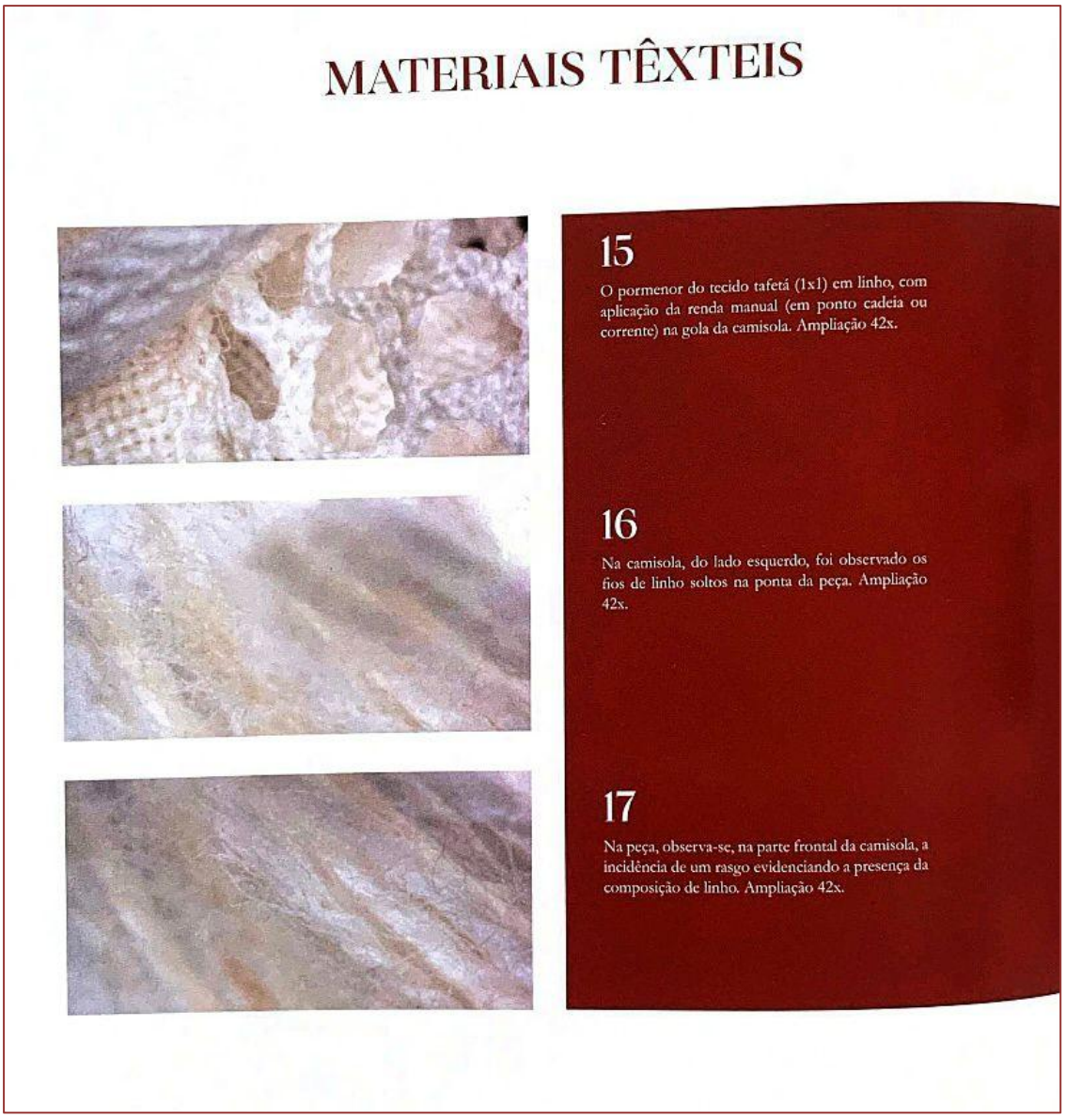
Fonte: Vasques (2024).

Imagem 05 – Design de Superfície – Museu Imperial (MI/3)



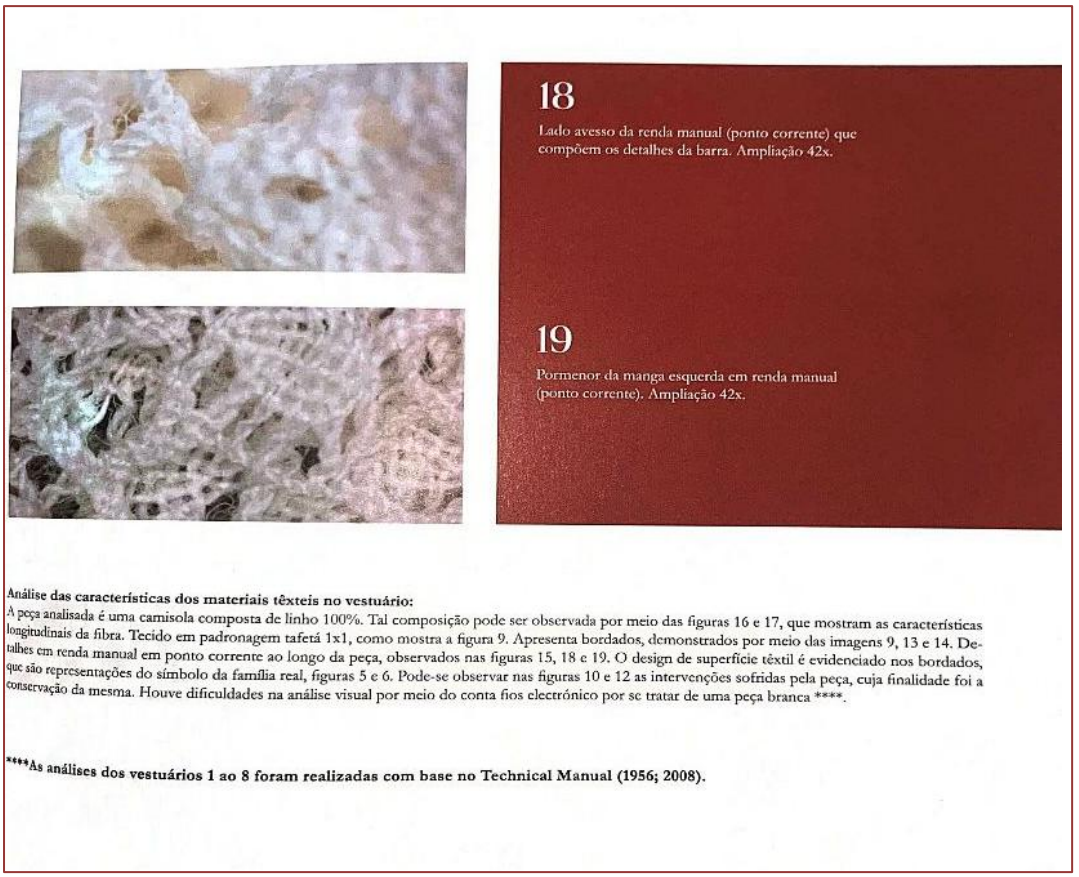
Fonte: Vasques (2024).

Imagem 06 – Materiais Têxteis – Museu Imperial (MI/3)



Fonte: Vasques (2024).

Imagem 07 – Materiais Têxteis – Museu Imperial (MI/3)



Fonte: Vasques (2024).

3. CONCLUSÃO

A relação do homo sapiens com o vestuário é complexa e longa, visto que tem suas origens datadas da pré-história, onde homens pegavam as peles que sobravam de suas caçadas e transformavam em indumentárias capazes de lhes proteger das adversidades que o ambiente apresentava. Posteriormente, as vestimentas que antes possuíam função prática adquiriram novas funções influenciadas pelos valores, hábitos e disponibilidade de recursos que suas sociedades carregavam.

A arte, por se tratar das expressões humanas, pode ser considerada uma forma de registro histórico, visto que é capaz de guardar fatos históricos como na pintura do reconhecido artista Picasso: “Guernica”, mas também é capaz de registras hábitos, assim como nas vestimentas presentes nas pinturas de Antoine Watteau. A arte, portanto, é capaz de salvaguardar histórias, hábitos e cultura de uma determinada época, e com os têxteis não seria diferente, visto que eles também podem carregar o passado. Referente ao passado, são os museus, locais preparados, que recebem diversos artefatos carregados de história. O termo museu é antigo e remete ao fato de compilar informações excessivas sobre determinado assunto, diante deste cenário é impossível desassociar museu da história do colecionismo que é tão antiga quanto o vestuário, sendo a preservação do vestuário essencial para estudos referente aos têxteis.

Se no passado os materiais têxteis não tinham tanto destaque, nos últimos anos vem ganhando espaço dentro de acervos, com grandes marcas como Louis Vuitton, Dior entre outras, abrindo seus museus e preservando sua história. Apesar dos têxteis estarem se destacando e estarem presentes nos acervos museológicos, pesquisas como a de Vasques (2024) e Salles (2023), demonstraram que os têxteis vêm sofrendo com a preservação incorreta e com informações muitas vezes erradas ou incompletas.

No Brasil, apesar de iniciativas referentes a estudos na área da conservação têxtil, há problemas, alguns inclusive históricos, entretanto existem maneiras de atenuar esses problemas de modo a melhorar a qualidade dessas pesquisas. Por fim, o estudo contribui de maneira a solucionar os problemas referentes a carência de informações nos acervos têxteis, por intermédio do estudo desenvolvido por Vasques em seu livro: "Património têxtil e vestuário: Um olhar para os acervos de moda nos museus", o qual por meio de uma análise detalhada não apenas fornece as informações antes incompletas, como por consequência auxilia na maneira correta de conservar.

AGRADECIMENTOS

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo fomento à pesquisa brasileira. Agradeço também a Universidade Estadual de Maringá – Programa de Pós-Graduação (PPG) e ao Departamento de Design e Moda (DDM) do curso de Moda da UEM – Campus Regional de Cianorte (CRC) e ao Grupo de Pesquisa Institucional: Patrimônio Têxtil, Vestuário e Museologia (processo 255/2025- UEM/PPG).

REFERÊNCIAS

[1] AZZI, Christine Ferreira. **Vitrines e coleções:** Quando a moda encontra o museu. 1ª ed. Rio de Janeiro: Memória Visual, 2010

[2] BRAGA, João. **História da moda:** Uma narrativa. 12ª ed. São Paulo: D´Livros Editora, 2025

[3] BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Art. 216. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: https://www.jusbrasil.com.br/topicos/10647733/paragrafo-1-artigo-216-da-constituicao-federal-de-1988. Acesso em: 22 de out. 2025.

[4] COLI, Jorge. **O que é arte**. 15ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1995

[5] DARWIN, Charles. **A Origem das espécies através da seleção natural ou a preservação das raças favorecidas na luta pela sobrevivência**. 6ª ed. Portugal: Leça da Palmeira: Planeta Vivo, 2009

[6] FREITAS, Carina Fernandes de Andrade de; PIZZETTI, Yuri. Projeto Barbie: Vestindo a história. Revista e TECH: Técnologias para a Competitividade Industrial, v. v. 17, n. 2, 2024. Disponível em: https://etech.sc.senai.br/revista-cientifica/article/view/1368/299. Acesso em: 07 de out. 2025

[7] HANARI, Yuval Noah. **Sapiens: História Breve da Humanidade**. Edição comemorativa. Lisboa: Penguin Random House Grupo Editorial, Unipessoal, Lda, 2024

[8] **INTERNATIONAL COUNCIL OF MUSEUMS (ICOM).** Museum definition. 2001. Disponível em: http://icom.museum/the-vision/museum-definition/. Acesso em: 12 de out. 2025

[9] LIMA, Laura Ferrazza de. **Na trama das aparências: moda e arte na obra de Antoine Watteau (1684 – 1721)**. Tese (Doutorado em história) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Gande do Sul. Porto Alegre, p. 328. 2015

[10] MAILLART, Adriana Silva; OLIVEIRA, Virgínia Grace Martins de. Guernica: A obra, sua contextualização histórica e sua simbologia para os movimentos artísticos e sociais pela paz, liberdade e democracia. **Revista de Direito, Arte e Literatura**, v. 7, n. 1, p. 77–95, 2021. Disponível em:

https://indexlaw.org/index.php/revistadireitoarteliteratura/article/view/7833/pdf. Acesso em: 18 de out. 2025

[11] OLIVEIRA, Célia. Coleções e colecionadores: As práticas de colecionar, motivações e simbologias. **Revista do programa de Pós-graduação em ciência da informação da Universidade de Brasília**, v. 6, p. 170 – 179, n. 12, 2017. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/museologia/article/view/16356/14644. Acesso em: 22 de out. 2025

[12] **PARANÁ.** Secretaria de Estado da Cultura. **Princípios Básicos da Museologia**. Paraná: Curitiba, 2006

[13] **POMIAN, Krzysztof.** "Coleção". In: **ENCICLOPÉDIA EINAUDI.** Lisboa: Imprensa Nacional, 1984. p. 51.

[14] SALLES, Manon. **Museologia da moda**: Acervos e coleções no Brasil. 1ª ed. São Paulo: Alameda, 2023

[15] SANCHEZ, Gabriel Fernandes Barbosa. Presente, Passado e Futuro – memória e expectativa enquanto constituição de sentido na contemporaneidade. **Revista de Teoria da História**, v. 2, p. 78-85, 2009. Disponível em: https://revistas.ufg.br/teoria/article/view/28471/15983. Acesso em: 11 de out. 2025

[16] SOUZA, Wilmar Gomes de. A arte como interlocutora histórica do ser humano imaginativo. **Paradoxos**, v. 9, p. 1-14, 2024. Disponível em: https://seer.ufu.br/index.php/paradoxos/article/view/72316/39284. Acesso em: 09 de out. 2025

[17] SUANO, Marlene. **O que é museu**. 1ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense S.A, 1986

[18] TOLSTÓI, Leon. **O que é arte?.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016

[19] TREPTOW, Doris Elisa. **Inventando moda:** Planejamento de coleção. 5ª ed. São Paulo: Ed. da Autora, 2013

[20] VASQUES, Ronaldo Salvador. **Identificação e análise do vestuário/têxteis presente em museus do traje e moda do século XIX**. 2018. 274f. Tese (Doutoramento em Engenharia Têxtil) – Universidade do Minho, Guimarães-PT, 2018.

[21] VASQUES, Ronaldo Salvador. **Património têxtil e vestuário**: um olhar para os acervos de moda nos museus. 1ª ed. Paraná: Maringá: Ed. do Autor, 2024.

[22] VIANA, Fausto; NEIRA, Luz Garcia. Princípios gerais de conservação têxtil. **Revista CPC**, n. 10, p. 206-233, 2010. Disponível em: https://revistas.usp.br/cpc/article/view/15667/17241. Acesso em: 29 de set. 2025

Capítulo 7

Representação social de poder e rebeldia no jornalismo impresso no começo do século XX – literatura e anarquismo em perspectiva historiográfica

Manuel Marquez Viscaíno Junior

Resumo: As discussões sobre as relações entre o jornal impresso e as formas de poder ganharam significativa relevância no final do século XIX e começo do século XX, quando a expansão produtiva do capitalismo gerou os fenômenos de massa em todas as dimensões da realidade social atingindo fortemente o imaginário coletivo por meio do jornal impresso, então o principal meio de comunicação social. A literatura ocupou um lugar central associando-se intensamente com o jornal impresso e transmitindo representações de poder e rebeldia que permitem um vínculo com manifestações políticas e ideológicas daquele momento, como o anarquismo. Ao abordarmos obras como As Ilusões Perdidas, de Honoré de Balzac (1843) e Recordações do Escrivão Isaias Caminha, de Lima Barreto (1909) revelamos imagens que projetam a tendência histórica da comunicação de massa à manipulação das informações.

Palavras-chave: Jornal Impresso, Representação Social, Literatura, Anarquismo, Poder.

1. INTRODUÇÃO

A compreensão das formas de representação social de poder numa determinada época envolve diversos aspectos constitutivos da realidade social, entre os quais é de grande relevância, a nosso ver, as formas de comunicação social inerentes aos diversos instrumentos de percepção da dinâmica cultural, como foi o caso do jornal impresso entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX.

Nesse sentido, as relações pautadas pelas impressões do cotidiano adquirem uma importância fundamental na percepção dessas relações de poder, pois criam hábitos, formam valores, e interferem continuamente nos vínculos que se estabelecem nas diferentes dimensões das sociedades, construindo, mas também desorganizando e recriando formas de sociabilidade.

Numa perspectiva crítica, e por isso mesmo não monológica e nem dogmática, entendemos que a história das mentalidades se constitui num campo de concepção do fazer historiográfico essencial para entendermos tais processos. Partindo do próprio homem, da sua experiência histórica e do tempo vivenciado, a história das mentalidades, bem ao estilo de Jacques Le Goff (2001), não se detém na linearidade expositiva de um fato originário, nem na impossibilidade de uma síntese totalizante como a pretendida na historiografia marxiana, mas, a contrapelo, pretende encontrar na montagem da obra historiográfica a recuperação da globalidade de um período e os diversos níveis socioculturais em que os objetos de estudo se inserem, permitindo também, pela interação com o sujeito do fazer histórico, seus objetivos e seu problema de investigação, chegar-se próximo à mentalidade de uma época.

Sendo assim, renunciamos de imediato ao resgate da totalidade das produções historiográficas, científicas, disciplinares e acadêmicas sobre o tema trazido aqui para discussão, e nos aventuramos intencionalmente na reflexão sobre algumas obras da literatura e dos vínculos temáticos estabelecidos aqui com as estruturas produtivas e o anarquismo que podem nos permitir vislumbrar e questionar as relações sociais de poder que envolveram a imprensa escrita no nascimento da massificação capitalista, e de como tais relações de poder atingiram de tal forma o cotidiano que não seria exagero supor que acabassem adquirindo um alcance tal que permitisse a manipulação das informações e a construção de atitudes desejáveis ao indivíduo em suas relações sociais.

É claro, assim o entendemos que o enfrentamento de possíveis manipulações por parte da imprensa escrita, ascendente e dominante, pensada naquele momento histórico, traz consigo embutido a construção de formas de resistência, rebeldia e luta política por parte de determinados setores sociais atingidos mais fortemente pelas intenções obscuras da manipulação das informações. Nesse sentido, a dialética entre dominação e resistência se faz presente e acompanha a projeção histórica das relações de poder e formas de representação social aqui estabelecidas.

No campo da literatura, e pensando centralmente nas relações estabelecidas com o jornal impresso durante o processo de massificação nas sociedades capitalistas, destacamos para reflexão a obra de Lima Barreto, Recordações do Escrivão Isaías Caminha, publicada inicialmente em Lisboa, em 1909, e a obra de Honorè de Balzac, As Ilusões Perdidas, que teve publicação completada em Paris, em 1843.

Há inúmeras ligações que podemos fazer entre as duas obras, mas destacamos inicialmente que o romance As Ilusões Perdidas, de Balzac, indicou um caminho literário que se expandiu rapidamente e colidiu em sua abordagem com o nascimento do

jornalismo de massa de massa desde meados do XIX na Europa Ocidental. Já as Recordações do Escrivão Isaias Caminha, de Lima Barreto, teve um impacto fulminante sobre o entendimento das sombras que envolvem o mundo da imprensa escrita e os bastidores dos grandes jornais da sua época, impacto esse que atingiu o próprio autor em cheio, e deu considerável suporte ao entendimento do poder de manipulação da nascente imprensa escrita de massa no Brasil durante o século XX, rendendo ao autor, após sua morte, um lugar destacado como precursor na moderna literatura brasileira, mas em vida, um execrável desprezo por parte dos círculos de informação dominantes na grande imprensa escrita.

2. AS ILUSÕES PERDIDAS COMO RESULTADO LÓGICO DA EXPANSÃO DO CAPITALISMO MODERNO

As Ilusões Perdidas, de Balzac, é considerada por Paulo Rónai (1978) a obra mais significativa da sua vasta produção literária, confundindo-se com a própria história de vida do autor. A história é bem conhecida, Luciano de Rubempré, a personagem principal da obra, é um ambicioso jovem da província interiorana do século XIX na França, poeta e incipiente romancista, que parte para Paris atrás do sucesso das suas publicações, visando a fama e a aceitação na efluviante elite de nobreza aburguesada parisiense, e contando com os parcos recursos da sua irmã Eva e do cunhado David Séchard, os quais levaria literalmente à falência e à ruína com suas desventuras e temeridades. Aventura-se então na capital francesa à época da Restauração, impregnado pelos coquetes aristocráticos decorrentes da sua associação oportuna com a Sr.ª de Bargeton, a qual logo o deixa à míngua.

Seria uma grosseria da nossa parte com os eruditos e especialistas literários que se debruçaram primorosamente no entendimento dessa emblemática obra de Balzac esboçar uma síntese de toda a narrativa de Balzac e debater, amiúde, conceitos avançados no campo da estética literária e figuras de linguagem inerente à narrativa balzaquiana. Cientes dos nossos limites e objetivos neste estudo, nos lançamos diretamente aos pontos que nos interessam, contando com a compreensão do leitor para esse recurso de método, nada sutil, aqui aplicado.

Assim, destacamos de imediato que a narrativa de Balzac expõe os meandros da grande imprensa escrita à sua época, as sutis e até mesmo sórdidas formas de manipulação das informações que se realizam na produção de um jornal com relativo alcance social, e os conflitos e aflições a que se expõe o moderno jornalista desde meados do século XIX, premido entre a suposta missão elucidativa do seu saber fazer, e a aceitação lenta e gradual das formas de corrupção que precisa considerar quando envolvem, fermentadas por suas ambições, a projeção do seu talento tanto internamente na produção do jornal impresso e no respeito que ali se possa angariar quanto nas relações sociais pretendidas, por meio da representação social que se projeta a respeito do seu mérito e genialidade.

Um segundo ponto a ser considerado no romance de Balzac, quanto ao conteúdo, diz respeito às vivas relações de poder e embates entre classes sociais e poderes econômicos que a obra revela. Com efeito, Paulo Rónai (1978) considera a trama e seu desenvolvimento inovadores em diversos sentidos. Na descrição das personagens e do mundo que representam realizada por Balzac temos a percepção da decadente aristocracia - ainda muito presente no meio rural francês mesmo após décadas da tempestade revolucionária de 1789 - e das transformações econômicas e produtivas que marcaram a expansão do capitalismo industrial na França até meados do século XIX. É

essa decadente aristocracia que é transformada nos círculos parisienses elitizados em imagem, em estilo de vida refinado, ainda que validada somente pelo lastro da fortuna monetária que cada vez mais responde a uma concessão ou um falseamento de classe da ascendente burguesia. Faz par, assim, com essa decadente classe aristocrática a ascende classe burguesa, estabelecendo uma anacrônica simbiose somente compreensível no mundo ambíguo da cotidianidade.

Há ainda, o retrato vivo por parte de Balzac das agruras da vida operária e principalmente dessa condição no meio produtivo essencial da sua obra, a oficina de produção do jornal, do material impresso e publicado, as lidas com as máquinas e suas cifras, custos, necessidade de inovações, a competição febril, a tipografia e seu mundo em expansão. É nesse ambiente, nessa cotidianidade conflituosa e ascendente exposta por Balzac, que encontramos, conforme Paulo Rónai, a figura emblemática de David Séchard, uma das três personagens centrais da obra segundo o mesmo.

David Séchard representa aquele gênio inventivo, operário e pequeno empreendedor ao mesmo tempo, que, se luta desesperadamente para triunfar, sente, não por infortúnio, como se pretende na interpretação corrente da limitação social ao desejo de ascensão pelo trabalho, mas sim pelas fortes amarras que a expansão capitalista impõe, o peso da constante dilaceração da alma e esgotamento do corpo diante dos obstáculos concretos que se lhe impõem sistematicamente. Ainda assim, a cada dia, levanta-se movido pela fé e acredita que haverá de vencer.

Encontramos também na narrativa balzaquiana essa classe social em que radica o jovem estudioso, moldado por uma ética da virtude e uma moral férrea motivadora da força criativa, viva, direta, que pretende se impor, por meio do esforço estoico e obstinado a seus ideais, a esse mundo de submissões e favores que tanto dilapidam o espírito e aprisionam a alma. Sobrevivendo como pode, mas pregando a dignidade da perseverança e do destino da história aos justos, Daniel de Arthez era a personagem ambígua que representava a alma do Cenáculo, associação de amigos artistas e estudiosos, que, compondo um todo pelas partes que representavam, dão uma formidável ideia do quanto os jovens idealistas são uma necessidade da história moderna e do progresso da História, embora esta nem sempre faça jus ao seu valor no presente. De Arthez, no entanto, expressa sob a genialidade de Balzac a sentença que acompanha os jovens itinerantes que buscam o progresso em outras paragens, movidos apenas pela fé e pelo talento, desejosos de reconhecimento e que se deparam com a sordidez do poder econômico e das tramas políticas coniventes com o apequenamento dos grandes ideais. A história de milhares de corpos e mentes dizimados pelas amarras da dominação econômica e oprimidos pelas representações de poder que gradualmente corrompem sua vontade transformadora. Se o abandono da Sr.ª de Bargeton na hora das dificuldades foi a primeira desilusão, a dura e triste realidade de não encontrar receptividade e aceitação do seu potencial, tornando-se mais um no turbilhão que move as engrenagens, foi a segunda ilusão perdida revelada por Daniel de Arthez.

No conjunto das três formas de personagem apontadas, com o perdão aqui por não retratar minimamente as imprescindíveis personagens femininas projetadas na imaginação fértil e significativa para as representações sociais de poder construídas por Balzac, temos as imagens de uma síntese possível das lutas de classes que tão explicitamente marcaram as sociedades modernas durante toda a segunda metade do século XIX e princípio do século XX, lutas essas que se enraizaram nas estruturas sociais e tomaram a forma cultural que permite desvendar as continuidades, as projeções, as formações de imagens e juízos que se recriam nos valores.

Assim, como exemplo ambíguo e contraditório da primeira representação social de poder nas personagens de Balzac, ainda que de um poder decadente se não estiver lastreado por uma bolsa generosa em moedas, encontramos o jovem Luciano de Rubempré, protagonista principal do romance de Balzac, e que expõe a decadência do meio rural francês onde jovens empobrecidos ainda sonham com os ideais da aristocracia e pretendem alcançar a fama e a notoriedade na grande cidade.

Movido a esse ideal, de status e riqueza, não por sua origem de classe, marcada pela luta intensa para a progressão social e pela precariedade da vida no meio rural, mas sim pela adesão a essa representação social de poder a que aspira, uma vez que fora educado para triunfar desde sempre dilapidando os recursos da família, Luciano de Rubempré oscila ansiosamente entre os deletérios meios sociais aristocráticos parisienses, os quais, entretanto, somente se estabelecem satisfatoriamente se estiverem ancorados na realidade arrogante da carta de créditos da classe social burguesa. O nobre aristocrata, decadente, venderá sua imagem ao burguês ascendente.

Mas, crucial no entendimento das personagens tão específicas e centrais nas Ilusões Perdidas, está a clarificante proposição de Paulo Rónai (1978): as três personagens apresentadas, Luciano de Rubempré, David Séchard e Daniel de Arthez representam, cada uma com seu universo e conjunto de relações, a personalidade ambígua e criativa do próprio escritor, Honoré de Balzac, bem como as contradições entre as representações sociais de poder e as formas de rebeldia em que se debatia seu espírito irrequieto e observador.

No centro de tudo, no núcleo da reveladora trama desenhada nas Ilusões Perdidas, o jornal, a mídia jornalística impressa, a fábrica de noticiais, de modelos, de atitudes, de opiniões. Balzac, o primeiro a publicar suas obras no gênero romance em folhetim em 1836, conforme Luíza Alvim (2017) desencadeia a primeira grande crítica feroz ao jornal impresso e aos jornalistas, feita de dentro, movida pela própria competição entre as empresas jornalísticas pelos escritores em ascensão, as verdadeiras iscas de atração da atenção das multidões de leitores por meio do interesse despertado pelas publicações de novelas e romances em partes dramáticas nos folhetins.

O próprio Balzac se aventurou na impressão escrita, como seu personagem David Séchard, mas, tentando se libertar dos condicionantes e privações de escrever para os grandes jornais, terminou essa aventura de forma trágica. Por meio da centralidade na sua narrativa no romance As Ilusões Perdidas, Balzac faz a crítica de dentro das relações de poder envolvendo o jornal impresso e seus impactos sobre o cotidiano das sociedades. Ancorada na sua experiência do mundo real, embora com recordes de historicidade e subjetividade, o que não diminui, ao contrário, reforça o peso da sua narrativa, sua crítica ao grande jornal impresso faria com que Balzac sofresse vivas oposições e represálias desatadas pelas figuras sociais e interesses econômicos que se sentiram atingidos pela magnitude da representação social realizada por Balzac. Escrever se tornou, assim, um ato de luta e de resistência.

Trata-se, é crucial, de perceber-se que o cotidiano revela formas de poderes esmagadores e dominantes que, no vir a ser da história, conduz também à representação social de contrapoderes, forças de resistência, de enfrentamento, de rebeldia, que escapam até mesmo à intenção dos criadores de imagens. Luíza Alvim (2017) aponta, nesse sentido, que o gênero literário que consagrou escritores como Balzac no gosto popular, o romance-folhetim atraiu crescentemente o interesse de massas significativas de leitores

acompanhando a expansão industrial e as necessidades produtivas do capitalismo. O jornal foi a ferramenta privilegiada de expansão dessa cotidianidade.

Reforçando uma aparente necessidade da época, do momento, do presente, da imagem de modernidade, criavam-se laços firmes na cultura popular envolvendo a consulta diária ao teor dos jornais impressos e as várias divisões de afinidades eletivas que o mesmo contém. Enquanto isso aumentava a taxa de alfabetização crescentemente nos principais centros urbanos europeus e a forma de novela continuada dos romances folhetins fazia ganhar público, consumo e acúmulo de capitais aos proprietários dos grandes jornais.

Nesse contexto, a denúncia de dentro e seu possível alcance, como no caso de Balzac, permitem ao jornal impresso dialeticamente desatar uma força de atuação contestadora nas sociedades modernas do século XIX e começo do século XX que colocam jornais, jornalistas e o produto cultural desse processo num forte campo de disputa ideológica. O jornal e o teor jornalístico inflamador, crítico, e denunciante de aspectos vis da vida social são uma ameaça real aos detentores do poder econômico e político. Em que pese sua popularidade e genialidade Balzac não deixou de ser considerado ameaça, e foi enfrentado com vigor por grupos sociais identificados com a manutenção do *status quo* vigente devido ao significado das suas representações sociais:

> Feito o desconto dos exageros resultantes do preconceito, deve-se reconhecer que Balzac conhecia admiravelmente bem os segredos do jornal e deu uma série de retratos de redatores e diretores [...] cada um dos quais é uma obra-prima. [...] O poder desmoralizador da publicidade – que nem tinha nome então – é adivinhado e desmascarado pela primeira vez.
>
> Pelas ramificações do jornalismo chegamos a outros ambientes: o da indústria editorial e o comércio dos livros, o dos teatros [...], o da política conluiada com a imprensa, o da aristocracia conluiada com a política. Por trás de tudo, o dinheiro agindo desavergonhada e impiedosamente... (Rónai, 1978, p.10).

Considerando a distância no tempo, e tantas mudanças econômicas, políticas e sociais que as sociedades contemporâneas expressam, apesar das assimetrias de desenvolvimento entre os centros de poder econômico e político mundial, não deixa de ser viva a imagem que Balzac construiu sobre as relações de poder envolvendo a imprensa jornalística e o alcance social do jornal em 1843. Foram estas, em toda sua obra em vida, e isso não é pouco, as cores mais fortes e os traços mais incisivos utilizados por Balzac, conforme enfatiza Paulo Rónai:

> Exasperado, não sem motivo pelas injustiças dos jornais [...], Balzac, no entanto, não estava apenas exercendo uma vingança pessoal. Sua observação divinatória permitiu-lhe antever o imenso poder concentrado nas mãos do jornalista, e com seu pessimismo inato descobriu todos os abusos a que esse poder se prestava. Mais uma vez, o escritor pegou *in statu nascendi* uma das instituições essenciais do século XIX, quando ninguém lhe percebia ainda a importância transcendental. (Rónai, 1978, p.09).

Conforme Paulo Rónai, atacado pelo meio jornalístico empresarial dominante, apesar de seu sucesso como atrativo aos capitais de que os meios produtivos necessitavam, Balzac

reagia com vigor e até mesmo descontrole, comparando tal meio a doenças sociais que ameaçavam a nação. De fundo, ainda, a ideia de que o jornalismo era na verdade uma degeneração da literatura, um comércio de ideais úteis que gradualmente conduziria a sociedade à domesticação e ao declínio cultural. Essa era, assim, a grande ilusão perdida (Gaudêncio, 2017, p. 9).

Balzac assistiu ao auge, mas não ao declínio do estilo que criou - o romance-folhetim, que entraria em decadência na França após a Comuna de Paris de 1871 e a impregnação pelo gênero de literatura de conteúdos conservadores e até mesmo reacionários, vindo a desaparecer na França e outras regiões da Europa logo depois da Primeira Guerra Mundial (Alvim, 2017, p. 05).

Prevenida, as classes populares e principalmente os operários passariam cada vez mais desde o final do século XIX a produzir seus próprios jornais impressos, fenômeno que teve relevância significativa no surgimento e expansão do anarquismo. No Brasil, como economia periférica e culturalmente mais distante dos grandes centros mundiais de poder político e econômico, o romance-folhetim teve uma vida mais longa, caracterizando as obras iniciais de grandes escritores, como Machado de Assis, que se tornou um ícone da literatura brasileira. Afonso Henriques de Lima Barreto, da mesma época, teve os mesmos ímpetos de Balzac, mas com desfechos e implicações bem diferentes. Trataremos destas questões a seguir.

3. AS RECORDAÇÕES DO ESCRIVÃO ISAIAS CAMINHA, DE LIMA BARRETO E O ANARQUISMO.

O exercício historiográfico aqui realizado caminha pela produção de imagens, associações de signos, símbolos, visando possibilitar a percepção de representações sociais de poder e de formas de resistência tão bem significados pela história das mentalidades conduzida principalmente por Jacques Le Goff e pelos conceitos inovadores nos estudos realizados por Michel Focault. Somente por isso, em contribuição aos objetivos deste incipiente estudo nessa temática das representações sociais e formas de poder envolvendo a imprensa escrita nos propomos aqui a desenvolver as relações intituladas logo acima, mais abrindo do que finalizando questões.

Não pretendemos, novamente, atropelar tantos e tão cuidadosos estudos de uma vasta produção historiográfica e literária que trata das duas possibilidades compreensivas em relação ao nosso problema, dominação e resistência envolvendo a imprensa escrita, permitidas pelo vetor reflexivo formado pela vida e obra de Lima Barreto e o anarquismo. É necessário nos aferrarmos ao método e indicarmos um único e possível caminho aos nossos objetivos: a representação social de poder no jornal impresso na obra de Lima Barreto e a ação política e cultural presente no anarquismo, o qual que se apropriou dos jornais impressos e o transformou no principal instrumento autônomo de suas propostas e intenções políticas e ideológicas, criando também um vasto campo cultural.

Lima Barreto nasceu, viveu e morreu na cidade do Rio de Janeiro entre 1881 e 1922. Filho de tipógrafo com trânsito entre monarquistas e funcionário da Imprensa Nacional e de mãe professora de primário, Lima Barreto projetou em aspectos concretos da sua própria vida o enredo criado para sua personagem principal, Isaias Caminha, na obra aqui problematizada, As Recordações do Escrivão Isaias Caminha (1909).

Há uma grande discussão na literatura brasileira sobre as obras centrais e mais significativas de Lima Barreto. Recordações do Escrivão Isaias Caminha, publicada em

Lisboa em 1909, para alguns críticos literários não é sequer considerado um romance em todo seu sentido literário, diz-se que há componentes falhos, imprecisões de narrativa, mas sim, para os objetivos deste estudo que realizamos essa é a grande obra, suas representações sociais de poder, suas imagens, denúncias, a mentalidade que transparece da narrativa, e os vínculos com o processo social vivido pelo próprio autor são essenciais aos nossos propósitos.

Isaias Caminha é um jovem simples, de uma humilde família do interior do Rio de Janeiro, que, a expensas da difícil situação em que vive com a mãe, utiliza-se de um apadrinhamento formatado pelo coronelismo provinciano brasileiro de início do século XX e parte para o Rio de Janeiro para estudar e realizar suas ambições de nome e projeção social. A decisão é difícil, o jovem Isaias Caminha é inseguro, mas persiste em seus objetivos, sofrendo decepções e privações em momentos marcantes da primeira parte da narrativa, como se fossem sombras e aparições que o alertassem do que estaria por vir, com mais intensidade de forma cruel.

O mal que se revela e que assola as pretensões do jovem Isaias Caminha seria o mesmo de que padece a parte majoritária da sociedade brasileira desde os primórdios da frágil constituição social da nação, uma dura e opressora discriminação, a rejeição da cor, a negação pela parte dominante e criadora das estruturas de poder na sociedade brasileira daquilo que há de mais comum no brasileiro, os seus traços, sua mestiçagem, sua brasilidade, sua identidade distinta do padrão dominante do europeu colonizador. Contraditoriamente, aquilo que mais se deveria valorizar no povo simples brasileiro passa a ser fonte da maior repulsa e rejeição aos filhos da terra.

Estudante de ofício, orgulhoso do seu talento e ambicioso, Isaias Caminha, personagem que se confunde com momentos cruciais da vida de Lima Barreto, enfrenta o empobrecimento, o engano, a invisibilidade, o desprezo dos políticos e das instituições que deveriam zelar pela sua cidadania. A intriga insidiosa o leva à prisão, à humilhação, ao desespero, ao rebaixamento do espírito, e, enfim, ao flagelo das ilusões perdidas. Isaias Caminha sofre, amarga a rejeição e experimenta a revolta.

Aos poucos, com penúria e sofreguidão, o jovem Isaias Caminha abre caminho na rígida sociedade carioca, e inserindo-se em círculos de jovens pensadores, estudiosos, dilui gradualmente os círculos de isolamento que o excluem e empurram à marginalidade social. Mas é por pena e compaixão que, enfim, recebe uma oportunidade para trabalhar num ascendente jornal da época na cidade do Rio de Janeiro, O Globo, momento em que Isaias Caminha consegue certa estabilidade, passando a observar mais de perto os meandros e labirintos da imprensa escrita e jornalística brasileira.

Nesse ponto, contudo, nos detemos na narrativa, pois a personagem de Lima Barreto passa a realizar uma descrição do meio jornalístico na primeira década do século XX no Brasil que revela tanto as perspectivas de representação social de poder que o jornal impresso de grande circulação traz quanto a sordidez do meio e a fraqueza de princípios e virtudes em que apoia sua inegável expansão econômica e alcance social.

As denuncias formuladas por Lima Barreto por meio de Isaias Caminha aos meandros e práticas adotadas no jornal O Globo e as fortes imagens que constrói atraem a ira do jornal em que de fato o escritor trabalhava, o Correio da Manhã, jornal que se identificou desde sua origem e até seu encerramento, por contingência das perseguições movidas pela ditadura civil militar no Brasil, com um perfil de crítica aos governos então representantes do poder político.

O poder que movimentou Lima Barreto, ele mesmo um pardo de aparência humilde, estudante, atuante de forma discreta nas causas políticas mais libertadoras da sua época, causaria um preço considerável a ser pago, o qual, em que pese a continuidade da sua produção literária até a sua morte em 1922, procurou isolá-lo e cercea-lo, contribuindo assim decisivamente para o alastramento da sua doença e o desfecho da sua vida já em condições bastante precárias, após a internação num hospital psiquiátrico.

É nítida a influência dos principais romancistas da época sobre a obra de Lima Barreto em Recordações de Isaias Caminha. Não há, para o leitor que transitou sobre o romance histórico, como não se perceber o traço de Stendhal, Vitor Hugo, Emile Zola, Tolstoi, Dostoievski, para ficarmos, com todo o respeito aos demais, nesses que são citados na narrativa ou percebidos no traço da escrita.

Ao descrever em sua obra a entrada na redação do diretor do jornal *O Globo*, Ricardo Loberant, e do redator-chefe do jornal, Aires d'Ávila, Lima Barreto constrói por meio da sua personagem em Isaias Caminha uma representação social de poder que poderia estar, talvez, apenas no campo da ficção, mas que, pela força da imagem, ainda hoje sentimos a continuidade de tais relações entre os distintos grupos da sociedade:

> [..] Os dois penetraram na redação pondo na sala uma inexplicável atmosfera de terror. Pelos longos anos em que estive na redação do O Globo, tive ocasião de verificar que o respeito, que a submissão dos subalternos ao diretor de um jornal só deve ter equivalente na administração turca. É de santo o que ele faz, é de sábio o que ele diz. Ninguém mais sábio e poderoso do que ele na Terra. Todos têm por ele um santo terror e medo de cair da sua graça, e isto dá-se desde o contínuo até o redator competente em literatura e coisas internacionais.
>
> Passando por entre as mesas, tal era a concentração das faces e o ar aterrado daqueles homens tão arrogantes lá fora, tão sublimes na rua, que eu pensei que se fossem atirar ao chão para serem pisados por aquele novo deus [...] (Barreto, S/D, p. 87).

É uma viva imagem de poder, da forma mais dominante de poder com a expansão da administração cientifica sob o capitalismo financeiro, e dessa razão instrumental que se consolidou com tal processo. Como enfrentar as formas de manipulação das informações e o controle político e ideológico dos conteúdos de dentro, da produção das informações, se, num ambiente semelhante ao da narrativa, está implícito no contrato a submissão do amor próprio aos valores correntes e dominantes naquela forma relacional de poder? Essa questão nos remete tanto ao pensamento de Michel Focault e às formas cotidianas de poder quanto a um aspecto central do legado filosófico da Escola de Frankfurt, a associação entre uma ideologia controladora e alienante vinculada à produção de uma cultura de massas e o cerceamento autoritário à prática imposto pela razão instrumental.

E prossegue, Isaias Caminha, por meio de Lima Barreto, expondo sua indignação pela maneira natural e convicta em que se desenvolve a manipulação das informações e a corrupção dos fatos na edição das imagens lançadas ao cotidiano popular pela imprensa:

> Naquela hora, presenciando tudo aquilo, eu senti que tinha travado conhecimento com um engenhoso aparelho de aparições e eclipses, espécie complicada de um tablado de mágica e espelho de prestidigitador, provocando ilusões, fantasmagorias, ressurgimentos, glorificações e apoteoses com pedacinho de chumbo, uma máquina Marinoni e a

> estupidez das multidões.
>
> Era a imprensa, a Onipotente Imprensa, o quarto poder fora da Constituição! (Barreto, S/D, p. 99).

Essa ideia, do quarto poder na ordem constitucional moderna, é algo que tem raízes no campo das mentalidades e das construções críticas envolvendo a mídia, e no caso a imprensa jornalística escrita. Contra isso, contra esse mundo de armações e poderes controladores das dimensões constitutivas do real, levantaram-se sempre os setores sociais mais organizados, mormente aqueles que sentiram mais intensamente na pele as agruras da dominação. Lima Barreto insere, na mesma obra, passagens em que destaca alguns insurrectos próximos, como o ambíguo Abelardo Leiva, o poeta e revolucionário que oscilava entre os encantos das jovens burguesas e sua intenção desmedida de criar a desordem, a confusão e semear o caos: "- Eu quero a confusão geral, para que a ordem natural surja triunfante e vitoriosa!" (Barreto, S/D, p. 78).

Era um desses jovens anarquistas do começo do século XX que queria pela destruição de toda forma de *status quo* dominante permitir a passagem para uma nova ordem racional, curiosamente, somente compreensível pelas dimensões da mentalidade da época, uma ordem social radicada no chamado Apostolado Positivista, onde se prestava um verdadeiro culto ao alcance desse "[...] sobre-humano cérebro de Comte [...]" (Barreto, S/D, p. 80). Lima Barreto indagou durante a narrativa, num instante de profunda percepção, dando voz a Isaias Caminha, como poderia um anarquista cultuar a suposta cientificidade de uma nova ordem a ser instaurada e que, pelo culto à Humanidade, faria o ser humano libertar-se de todas as mazelas e atrasos que o impediam de conquistar um futuro de ordem, progresso e amor.

O próprio Lima Barreto escreveu em jornais de estudantes, como A Lanterna, em 1901, quando expos de forma contundente suas críticas sobre os padrões sociais controladores da sua época. Escreveu na revista *Floreal*, em 1907, uma das primeiras a publicar o pensamento anarquista no Brasil, além de diversos jornais de inclinações libertárias, como A Voz do Trabalhador, o A.B.C., e outras revistas libertárias como Careta, Lanterna, Tagarela, O Debate. Jane Mary C. Bezerra (2010) trabalha de forma bastante extensiva essa relação entre anarquismo e forma literária em Lima Barreto, destacando tanto o histórico das publicações anarquistas no Brasil quanto o vínculo estabelecido entre estas e a vida e obra de Lima Barreto.

Nesse sentido, os jornais impressos e revistas do período revelam também o espaço da resistência e da perspectiva de enfrentamento da grande imprensa escrita e dominante na própria trajetória literária de Lima Barreto. É de supor-se que esse viés da vida política de Lima Barreto não seja tão observado na exposição da sua memória, principalmente pelos grandes centros midiáticos de poder, que preferem enfatizar a linearidade das obras publicadas, o enfrentamento com o Correio da Manhã, seu ostracismo nos meios de comunicação de maior alcance, a doença e a morte sofrida.

Mas não é mais viva e criativa essa outra imagem de Lima Barreto, a do estudante rebelde e curioso de explicar o mundo, que criticou o serviço militar obrigatório, que denunciava as armações políticas da época, enfrentou a opressão da Igreja católica naquele momento, que acreditou e debateu as principais correntes do anarquismo, destacando a autogestão e suas possibilidades, tornando-se um dos primeiros pensadores e literatos no Brasil a saudar a Revolução Bolchevique na Rússia em 1917 e a desejar que o mesmo acontecesse no Brasil em benefício da população mais pobre.

Apesar de todas as formas de controle pretendidas pela imprensa escrita dominante e identificada ao capital em expansão no final do século XIX e século XX, a trajetória de Lima Barreto mostra que é por meio da ação política organizada na própria imprensa escrita que se pode enfrentar esse poder. É nessa perspectiva que inserimos, de forma conclusiva, mas não encerrando a discussão, que entendemos como bastante significativa, a relação do anarquismo e suas diversas correntes, no Brasil e no mundo, com a publicação e edição da imprensa escrita, de forma autônoma e cooperativa, em jornais e revistas.

Há uma indiscutível historiografia abrangente e cada vez mais reveladora das possibilidades libertadoras representada pelo anarquismo, ideologia que representou a grande força popular do final do século XIX e começo do século XX e que se manteve viva no imaginário e nas mentalidades, sobrevivendo a perseguições e manipulações e ainda hoje, num mundo em que a mídia digital e as formas tecnológicas e individualizantes de poder informativo são extensamente agressivas e totalizantes, resiste de forma tenaz e propõe um caminho de veiculação das informações que não se curve aos ditames econômicos e políticos associados à opressão e à manipulação dos fatos. A autonomia da informação diante do poder econômico e político opressor.

No campo das experiências históricas, das relações vividas e vivenciadas entre o anarquismo e o mundo da imprensa escrita, e nos embates concretos em que a ação política organizada se opôs às formas autoritárias de opressão e de dominação, um conjunto considerável de trabalhos, estudos e obras que merecem ser iluminados pela justa referência precisam ser apontados, afinal, Pierre J. Proudhon (2001) foi ele mesmo um tipógrafo e trabalhou em jornais, Errico Malatesta lutou a vida toda pela liberdade de expressão e se utilizou extensamente da organização de jornais. A própria organização política do anarquismo e suas histórias de lutas, como na Comuna de Paris de 1871 e diversos outros movimentos, em São Paulo em 1917, no Rio de Janeiro em 1918, na Espanha em 1936, resultam desse poder de fazer autônomo, suas próprias produções de informações, suas próprias imagens da sociedade e suas relações de poder.

Afinal, encerramos nossa aventura reflexiva construindo uma imagem daquilo que nos manteve até aqui motivados, o pensar sobre a história, esse labirinto de possibilidades, não se tornará escrita numa única pincelada nem será uma ciência explicativa por meio de uma síntese a ser condensada. Mas, talvez, a história seja melhor compreendida ao despejarmos um pote de tinta sobre o papel claro que representa o tempo, os fatos, as situações e acontecimentos, e daí desenharmos os caminhos reveladores do passado na escrita que se projeta do presente, momento em que o historiador se encontra com seu oficio e se absorve no seu trabalho.

REFERÊNCIAS

[1] ALVIM, L. **Os jornais, o romance e o folhetim**. Disponível em: www.ufrgs.br. Acesso em: 13 abr 2017.

[2] BALZAC, H. de. **As Ilusões perdidas**. São Paulo: Abril, 1978.

[3] BARRETO, L. **Recordações do escrivão Isaias Caminha**. São Paulo: Escala (S/D).

[4] BEZERRA, M. C. **Lima Barreto**: anarquismo, antipatriotismo e forma literária. Dissertação de Mestrado (2010). Fortaleza: Universidade Federal do Ceará. Documento em PDF.

[5] FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro, 1989.

[6] GAUDÊNCIO, B. R. de A. **A maldição de Balzac**: imagens do jornalismo no romance Ilusões Perdidas. Associação Nacional de História (ANPUH) PB. Orientador: Luis Custódio da Silva. Disponível em: www.anpuhpb_Bruno. Acesso em: 09 jun 2017.

[7] GELEDÉS. **Lima Barreto, homenageado da Flip, escreveu crônica contra o feminicídio em 1915**. Postado em 25/06/2017 por Natalia, reportagem extraída do jornal Brasil de Fato. Disponível em: http://www.geledes.org.br. Acesso em: 26 jun 2017.

[8] LE GOFF, J. **A nova história**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

[9] _____. **A bolsa e a vida**: a usura na Idade Média. São Paulo: Brasiliense, 1989.

[10] _____. **Reflexões sobre a história**. Lisboa: Ed. 70, 1982.

[11] LOPES, M. **Um anarquista carioca**: o escritor Lima Barreto e suas ligações com o movimento libertário. Boletim Emecê. Núcleo de Pesquisas Marques da Costa. Nº 22, março de 2012. Disponível em: http://marquesdacosta.wordpress.com. Acesso em: 12 abr 2017.

[12] MALATESTA, E. **Escritos revolucionários**. São Paulo: Novos Tempos, 1989.

[13] PROUDHON, P. J. **Do princípio federativo**. São Paulo: Imaginário, 2001.

[14] RÓNAI, P. Nota Introdutória. In: BALZAC, H. de. **As Ilusões perdidas**. São Paulo: Abril, 1978.

Autores

AUTORES

ANDERSON LINCOLN VITAL DA SILVA (ORGANIZADOR)

Advogado. Doutorando em Educação pela ULBRA. Mestre em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia pela Universidade Federal do Amazonas. Graduado em Direito pelo Centro Universitário Luterano de Manaus e Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Amazonas. Especialista em Direito Tributário pela Faculdade Metropolitana de Manaus - FAMETRO. Professor da Universidade Federal do Amazonas – UFAM

ALEXANDRE BANDEIRA MONTEIRO E SILVA

Docente e Pesquisador da Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Economia - FACE - da Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD

ALISON SANTANA ROCHA

Mestrando no programa de pós-graduação Memória: Linguagem e Sociedade (UESB)

LARISSA PEREIRA OTINO

Acadêmica do segundo ano do bacharelado do curso de moda da Universidade Estadual de Maringá Campus Regional, de Cianorte, vinculada ao grupo de pesquisa Laboratório Património Têxtil, vestuário e museologia (LPVM), bolsista CNPq.

LUCIANA ARAÚJO DOS REIS

Doutora em Ciências da Saúde pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

MARIA DA LUZ BERNARDES RODRIGUES VALE-DIAS

Universidade de Coimbra, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Center for Research in Neuropsychology and Cognitive and Behavioral Intervention (CINEICC) - Coimbra, Portugal

MARIA LAURA APARECIDA SANTOS DE SOUZA

Graduada em Ciências Econômicas pela Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Economia – FACE - da Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD

MARIANA FERREIRA LOPES DIAS

Universidade de Coimbra, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação Coimbra, Portugal

RONALDO SALVADOR VASQUES

Doutor em Engenharia Têxtil pela Universidade do Minho/Portugal (2018) pelo Programa de Pós-Graduação em Engenharia Têxtil/Bolsista da Fundação Araucária e Líder do Grupo de Pesquisa Institucional : LABORATÓRIO PATRIMÔNIO TÊXTIL, VESTUÁRIO e MUSEOLOGIA (LPVM) desde de abril/2025. (FA), com o título revalidado em Doutor em Design (2018) pelo Programa de Pós-Graduação em Design, vinculado à área de concentração Design, Arte e Tecnologia da Escola de Ciências Exatas, Arquitetura e Design da Universidade Anhembi Morumbi (UAM) Mestre em História- Universidade Estadual de Maringá/PPH/ Maringá-Pr (2011). Especialista em Administração em Marketing - FESP Curitiba (1999). Graduado em Engenharia Têxtil - UEM/CRG (1997).

SÉRGIO LUIZ DE OLIVEIRA MUNIZ

Graduando, UFS/DGEI - Universidade Federal de Sergipe Departamento de Geografia (Itabaiana)

AUTORES

TATIANE DIAS CASIMIRO VALENÇA

Doutora em Memória: Linguagem e Sociedade pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB)

VALTER LUIZ DE MACEDO

Geógrafo, mestre e doutor em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR/UFRJ), professor do Instituto de Geografia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IGEOG/UERJ) e do Colégio Brigadeiro Newton Braga (CBNB/III COMAER) e membro pesquisador do Grupo de Estudos do Território e de História Urbana (GESTHU/IPPUR/UFRJ).

VANESSA DIAS DE OLIVEIRA

Professora Doutora, UFS/DGEI, Brasil - - Universidade Federal de Sergipe Departamento de Geografia (Itabaiana)
coletiva.

www.poisson.com.br
contato@poisson.com.br

@editorapoisson

https://www.facebook.com/editorapoisson